



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

KARINA MESSIAS DA SILVA

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO TURÍSTICA EM NATAL: A
PESRPECTIVA DO RESIDENTE**

NATAL /RN
2007

KARINA MESSIAS DA SILVA

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO TURÍSTICA EM NATAL: A
PERSPECTIVA DO RESIDENTE**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação e pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação da Prof^ª.Dr^ª. Maria Aparecida Pontes da Fonseca.

NATAL/ RN

2007

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).
NNBSCCHLA.

Silva, Karina Messias da.

O processo de urbanização turística em Natal : a perspectiva do residente /
Karina Messias da Silva. - Natal, RN, 2007.
125 f.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Aparecida Pontes da Fonseca.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia.

1. Urbanização turística – Dissertação. 2. Produção - Espaço turístico – Dissertação. 3. Áreas de lazer – Perspectiva do residente – Dissertação. I. Fonseca, Maria Aparecida Pontes da. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 911.375.5(813.2)

KARINA MESSIAS DA SILVA

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO TURÍSTICA EM NATAL: A
PERSPECTIVA DO RESIDENTE**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação e pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação da Prof^ª.Dr^ª. Maria Aparecida Pontes da Fonseca.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª.Dr^ª. Maria Aparecida Pontes da Fonseca – UFRN

Orientadora

Prof^ª.Dr^ª. Edna Maria Furtado - UFRN

Examinadora

Prof^ª.Dr^ª. Silvana Pirilo Ramos - UFAL

Examinadora

AGRADECIMENTOS

À professora, Maria Pontes, pela atenção dada e pela sua paciência no decorrer da orientação.

Ao meu amigo, Henrique, pelo incentivo e apoio dado em todos os momentos.

Ao casal, Eliana e Carlos André, pela ajuda constante ao longo do mestrado.

À Jane Roberta, companheira de mestrado, que gentilmente se dispôs a me ajudar na aplicação dos primeiros questionários.

As amigas, Maria Luiza, Maria Dágua e a Stela, que me acompanharam durante a pesquisa de campo e com a ajuda delas, pude vencer mais esse desafio.

Às amigas que fiz no mestrado, Francisca, Ana Amélia e Kátia, pelo apoio emocional e as duas ultimas, pela consultoria em estatística, quando necessário.

À secretária da coordenação do mestrado, Rosali, pelo apoio dado em todos os momentos necessários.

Ao amigo Luiz Antônio, que me ajudou na elaboração do material cartográfico, como também pelo seu incentivo.

Aos meus pais, e a minha irmã, Raiane, que esteve ao meu lado, sempre que possível, durante a pesquisa de campo.

Ao Adriano, que esteve comigo nos últimos momentos da dissertação e que colaborou para a finalização do estudo.

E aos demais amigos que me ajudaram nessa caminhada.

E por fim, agradeço aos cento e dezesseis residentes que gentilmente responderem aos questionários e, sem os quais, não teria chegado ao término desta dissertação.

Muito obrigada a todos,

SILVA, Karina Messias. **O processo de urbanização turística em Natal/RN: a perspectiva do residente.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - PPGGe- UFRN, Natal, 2007.

RESUMO

O objetivo do estudo foi analisar e discutir o processo de urbanização turística na cidade do Natal enfocando a atuação do residente enquanto agente produtor do espaço turístico. A produção e especialização dos espaços na Cidade para o desempenho da atividade turística têm provocado à intensificação de problemas de natureza socioambiental que aos vem poucos afastando os residentes das praias. O recorte espacial do estudo contemplou as quatro praias de Natal/RN, as Praias do Centro, a Via Costeira, Ponta Negra e a praia da Redinha. Para isto, foi realizado um estudo de caso, utilizando a técnica de questionário, com a aplicação de cento e dezesseis (116) questionários aos residentes, com faixa etária a partir dos trinta e cinco anos, entre as quatro Regiões Administrativas da Cidade. Os resultados obtidos revelam que o processo de urbanização turística tem interferido sobre as práticas do lazer dos residentes, na medida que as áreas turística tem apresentando uma tendência a aparição e intensificação de problemas de ordem socioambiental, como prostituição, insegurança, poluição das praias, etc. A associação desses problemas têm repercutido negativamente sobre os espaços turísticos e estão aos poucos afastando os residentes. Mediante esse quadro problemático, conferido aos espaços turísticos na cidade, o residente ainda não tem se posicionado de maneira crítica na defesa destes, optando por não se manifestarem ou adotando uma forma discreta de manifestação, como, por exemplo, a sua saída gradual das áreas turísticas e elegendo praias em outros municípios. Os resultados do estudo são de grande relevância para o direcionamento de um planejamento turístico comprometido com a participação do residente no processo de planejamento. O estudo vem a corroborar com a importância da participação do residente, diante do planejamento turístico, pois ele é uma agente fundamental para a sustentabilidade dos espaços turísticos.

Palavras-chaves: Produção do Espaço Turístico, Urbanização Turística, Residente e Áreas de Lazer.

SILVA, Karina Messias. **The process of tourist urbanization in Natal/RN: the perspective of the resident.** Dissertação (Mestrado in Geography) - PPGe- UFRN, Natal, 2007.

ABSTRACT

The objective of the study was to analyze and discuss the process of urbanization in the tourist city of Natal focusing on the actions of the resident agent as a producer of space tourism. The production and expertise in the areas of the city for the performance of tourism have led to the intensification of social problems of nature that comes to few expelling the residents of the beaches. The cut space of the study included the four beaches of Natal / RN, the praias do Centro, Via Costeira, Ponta Negra beach in the Redinha. For this, was conducted a case study, using the technique of questioning, with the application of one hundred and sixteen (116) questionnaires to residents, with age from thirty-five years, between the four of the City Administrative Regions. The results show that the process of urbanization has interferido tourism on the practices of the recreation of residents in the areas as tourism has shown a trend seen in the intensifying problems of social order, such as prostitution, insecurity, pollution of beaches, etc. The combination of these problems are reflected negatively on the tourist areas and are gradually removing the residents. Through this framework problematic, given to tourist areas in the city, the resident still has not positioned the way criticizes the defense of these, choosing not express or adopting a form of discrete event, such as the gradual exit of the areas and electing tourist beaches in other municipalities. The results are of great significance for the direction of a trip planning committed with the participation of the resident in the planning process. The study is to corroborate with the importance of the participation of the resident, before the trip planning, as it is a fundamental agent for the sustainability of space tourism.

Word-keys: Production of the Tourist Space, Tourist, Urbanization, Resident and areas of leisure.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Hotel Reis Magos em pleno funcionamento nos anos sessenta e setenta-----	58
Figura 2 - Hotel Reis Magos desativado em 2007-----	59
Figura 3 - Visão Parcial das Praias do Centro (Praia dos Artistas e Praia do Meio - 2007-----	60
Figura 4 - Reurbanização do Calçadão nas Praias do Centro-2001-----	61
Figura 5 - Quiosque instalado na Praia do Meio após a Reurbanização-2001-----	62
Figura 6 - Visão Parcial da Via Costeira-----	64
Figura 7 - Esgoto na Orla de Ponta Negra-2007-----	67
Figura 8 - Equipamentos Instalados após a Reurbanização da Praia da Redinha- 2003--- -----	69
Figura 9 - Frequentadores Conciliando suas Práticas de Lazer com a Poluição na Praia - Ponta Negra -2007-----	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estimativa da Receita Turística na Cidade de Natal, 2000 - 2006-----	44
Gráfico 2 - Estimativa da Receita Turística no Rio Grande do Norte, 2000-2006----- -	44
Gráfico 3 - Evolução do Fluxo Turístico em Natal – 1996, 1999/2006-----	49
Gráfico 4 - Principais Motivos que Causam o Afastamento dos Residentes das Praias de Natal -----	95
Gráfico 5 - Frequência às Áreas Litorâneas ao Norte e ao Sul do Município de Natal/RN, segundo Opinião dos Residentes Pesquisados-----	96
Gráfico 6 - Principais Medidas para o Retorno dos Residentes às Praias da Cidade, segundo Entrevistados-----	110

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Município de Natal -----	16
Mapa 2 - Distribuição do Percentual de Frequentação das Praias do Litoral Sul, segundo os Residentes- 2007-----	97
Mapa 3 - Distribuição do Percentual de Frequentação das Praias do Litoral Norte, segundo os Residentes- 2007-----	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Capacidade dos Meios de Hospedagem no Município de Natal /RN – 2000/ 2006-----	48
Tabela 2 - Nível de Satisfação do Residente em relação ao Fluxo Turístico de Brasileiros e Estrangeiros – 2007-----	91
Tabela 3 - Aspectos Positivos proporcionados pelo Turismo, segundo Entrevistados-----	92
Tabela 4 - Aspectos Negativos proporcionados pelo Turismo, segundo Entrevistados-----	93
Tabela 5 - Nível Socioeconômico dos Residentes que Frequentam Praias em Outros Municípios 2007-----	100
Tabela 6 - Formas de Reivindicações dos Residentes em Relação aos Problemas Socioambientais-----	101
Tabela 7 - Benefícios que a Atividade Turística poderá gerar para a População Local, segundo os Entrevistados-----	109

LISTA DE SIGLAS

ABIH - Associação Brasileira da Indústria Hoteleira;

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento;

CEFET/RN - Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte;

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente;

FUNCERN - Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte;

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte;

OMT - Organização Mundial do Turismo;

PNGC - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro;

PD/VC - Parque das Dunas / Via Costeira;

PRODETUR/RN - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte;

SEBRAE/RN - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte;

SEMURB - Secretaria Municipal de Meio ambiente e Urbanismo;

SETUR - Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	12
1. TURISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO -----	21
1.1. A valorização das Práticas de Lazer e a Expansão do Turismo-----	21
1.2. A Urbanização Turística-----	25
1.3. Os Agentes Produtores do Espaço Turístico -----	37
2. O TURISMO E O URBANO EM NATAL -----	40
2.1. A Expansão do Turismo-----	40
2.2. A Produção dos Espaços Turísticos-----	52
2.3. Os Problemas Socioambientais-----	70
3. O RESIDENTE E A URBANIZAÇÃO TURÍSTICA EM NATAL -----	78
3.1. As Novas Territorialidades no Espaço Turístico-----	79
3.2. A População Local e o Planejamento Turístico -----	84
3.3. O Papel do Residente diante da Urbanização Turística -----	89
3.3.1. A Inserção Passiva do Residente na Produção dos Espaços Turísticos-----	93
3.3.2. A Inserção Ativa do Residente na Produção dos Espaços Turísticos	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	112
REFERÊNCIAS -----	117
ANEXO -----	123

INTRODUÇÃO

O Turismo em Natal tem se firmado nos últimos anos como uma atividade econômica de grande relevância, motivando o Poder Público a investir na sua consolidação. Com o discurso governamental de que tal atividade é capaz de ampliar os benefícios para a população local, o Poder Público utiliza-se desse elemento para justificar suas ações na captação de investimentos turísticos para a Cidade.

O modelo de Turismo desencadeado no Nordeste Brasileiro, como também na cidade de Natal, tem conferido uma especialização dos espaços para a recepção do fluxo turístico internacional, através das Políticas Públicas de Turismo, que propiciam a ampliação e melhorias infraestruturais nas áreas eleitas para a efetivação da atividade. Só que à medida que esses espaços se qualificam, verifica-se uma tendência à intensificação de problemas de natureza socioambiental.

Isso se dá porque o processo de produção dos espaços turísticos na cidade de Natal apresenta algumas especificidades, em se tratando da natureza da forma como essa produção se realiza, ou seja, enquanto alguns espaços efetivamente se especializam, outros apresentam uma tendência, determinada pelos agentes turísticos a ficarem fora desse processo.

As praias do Centro da Cidade e a praia da Redinha, por exemplo, localizadas, respectivamente, na região leste e norte, apesar de produzidas para o visitante, não se constituem espaços com intensa produção turística, restringindo-se a serem espaços consumidos e produzidos apenas pela população local de menor poder aquisitivo, diferentemente da praia de Ponta Negra, que, por dispor de um intenso processo de urbanização turística, tem o privilégio de contar com as Classes Média e Alta como os seus principais freqüentadores.

Poder-se-ia perguntar qual a principal razão disto. A resposta está no fato de, nas praias acima citadas, notadamente nas praias do Centro, se observarem problemas socioambientais do tipo: prostituição, violência, poluição da praia, dentre outros, determinantes do afastamento gradativo, por parte dos residentes, desse espaço de lazer, principalmente os das Classes Média e Alta.

Todavia, Ponta Negra, com toda a requintada produção do seu espaço turístico, não ficou imune a esse tipo de problema: paradoxalmente, tem sido alvo de algumas contradições,

pois, o que se tem observado é que, quanto mais a atividade turística se intensifica na área, mais se verifica uma tendência ao aparecimento e intensificação dos mesmos problemas socioambientais que afetam as praias do Centro, notadamente.

O residente daquela área também vem sendo desterritorializado de sua área de lazer em favor dos turistas, contribuindo para acentuar os problemas de ordem socioambiental. A prostituição, a violência, a poluição da praia, entre outros problemas, são apontados pelos residentes como sendo os fatores determinantes da interferência nas práticas de lazer costumeiramente realizadas nesse espaço.

Aliás, a *turistificação* dos espaços na Cidade tem colocado as localidades turísticas diante de uma **problemática** socioambiental, pois, em cada fase em que a atividade se desenvolve, os problemas de ordem socioambiental surgem, interferindo nas práticas de lazer dos residentes.

Esta, por sinal, é a **questão** principal levantada nesta pesquisa, qual seja: o papel do residente diante do processo de urbanização turística.

Dois hipóteses nortearam o desenvolvimento do trabalho-, a **primeira** considera que o residente se constitui um importante agente produtor do espaço turístico, intervindo no processo de urbanização turística, tanto ativamente, ao reivindicar o direito ao lazer, quanto passivamente, ao diminuir sua frequência nas áreas em processo de turistificação. A **segunda hipótese** se reporta ao fato de que a frequência por parte do residente às áreas turistificadas é essencial para garantir a sustentabilidade da destinação turística.

O estudo teve como objetivo geral analisar a participação do residente enquanto agente produtor do espaço turístico natalense e como objetivos de natureza específica:

- Identificar em que medida o processo de urbanização turística vem afastando o residente das praias urbanas da Cidade;
- Analisar os motivos que vêm levando os residentes a se ausentarem das praias de Natal;
- Identificar como o intenso processo de urbanização turística tem afetado as práticas de lazer dos residentes;
- Analisar o posicionamento dos residentes diante da incidência dos problemas socioambientais verificados nas praias da Cidade.

A **justificativa** para a escolha do tema centra-se no fato de o crescimento da atividade turística estar revelando uma problemática socioambiental que insere os espaços turísticos e a população local.

O exemplo ocorrido nas praias do Centro e agora com a praia de Ponta Negra, onde os problemas socioambientais (prostituição, violência poluição nas praias, etc.) começam a interferir nas práticas de lazer dos residentes, ao mesmo tempo que revela a saída gradual desses residentes das áreas de praias, revela também uma tendência de tais locais à degradação ambiental.

Essa constatação, de que existe uma relação estreita entre o residente e a sustentabilidade dos espaços turísticos, serviu de base para a realização do estudo, possibilitando uma análise socioespacial crítica, cujo alvo principal recaiu sobre a atuação do residente nos espaços turísticos na Cidade, considerando, assim, a sua importância para a sustentabilidade de tais espaços, uma vez que a sua freqüentação a esses locais o faz agente produtor desses mesmos espaços.

O estudo se reverte de uma linha de pesquisa de grande importância, pois se trata de uma vertente da atividade turística direcionada para o residente, considerando este um agente importante para a sustentabilidade dos espaços turísticos. Entendemos aqui-, que a participação do residente no processo de urbanização turística não se restringe a uma simples posição de mero expectador do processo, mas a de um agente fundamental que participa plenamente dessa produção espacial para fins turísticos, tanto pelos seus impostos pagos, quanto pela sua presença, ao desenvolverem suas relações de sociabilidade nos espaços turísticos.

Comumente os trabalhos existentes sobre a temática do Turismo têm dado pouca ênfase à atuação do residente diante da atividade turística. Geralmente são os atores hegemônicos – o Estado, os empreendedores turísticos, e o turista-, que se destacam nos estudos e pesquisas no campo do Turismo. Comumente os moradores locais aparecem nos trabalhos como agentes passivos diante do processo de apropriação espacial pelo Turismo, salvo alguns trabalhos acadêmicos que, ao fazerem uma leitura socioespacial do fenômeno turístico sobre a Cidade, relatam situações em que alguns segmentos da Sociedade Civil se organizaram e reagiram contra a exploração do meio ambiente pela atividade.

Como a atividade turística é passível de acarretar danos ao meio ambiente, esta, por sua vez, necessita de um planejamento compartilhado com todos os atores envolvidos na atividade, inclusive, com a participação da Sociedade em todas as etapas do processo de gestão da atividade. Por isso o estudo enveredou pela análise do residente, enquanto sujeito

atuante no processo de urbanização turística, por entendermos que ele possui responsabilidade diante dos constantes problemas socioambientais que surgem nos espaços apropriados pela atividade turística na Cidade.

O recorte temporal do trabalho define-se pelo início dos anos 2000 aos dias atuais, período em que ocorre uma intensificação no processo de urbanização turística e conseqüente internacionalização da atividade turística na Cidade, resultando no aumento do fluxo de turistas estrangeiros.

O recorte espacial abrange as quatro praias da cidade: as Praias do Centro, a Via Costeira, Ponta Negra e Redinha. O Mapa abaixo mostra a localização da área de estudo:



Nota: Mapa trabalhado por Paiva, 2007.

MAPA 1- Município de Natal, 2007

Com relação aos **procedimentos metodológicos** que possibilitaram a realização da pesquisa, optamos pela abordagem dialética, entendendo que o Turismo é uma atividade arquitetada num contexto contraditório, que tende a eleger (e se apropriar de) partes seletivas do espaço-, e sobre ele organizar todos os elementos preexistentes, em função da obtenção de divisas, que é compartilhada entre seus planejadores.

Com relação às técnicas de pesquisa adotadas para a coleta dos dados, optamos pela aplicação de questionários junto à população local, no período de janeiro a maio de 2007. Os questionários foram aplicados junto aos moradores da cidade, englobando, nessa amostra, residentes de várias camadas sociais.

O cálculo da amostra não se baseou em dados estatísticos, por o trabalho constituir-se de um estudo de caso-, a quantidade de questionários aplicados (116) não corresponder a uma análise expressiva da população da cidade.

Os questionários foram distribuídos entre as quatro Regiões Administrativas da Cidade. Através do cálculo do número de habitantes de cada região, pôde-se chegar à seguinte porcentagem de distribuição dos questionários: 18,1% foram aplicados na *Região Sul* da Cidade; 19%, na *Região Leste*; 30,1%, na *Região Oeste* e 32,8%, na *Região Norte* da Cidade.

Estruturamos com perguntas abertas e fechadas, os questionários foram divididos em quatro blocos, a saber: I - Caracterização da População; II - Relação entre Residente e Áreas Turísticas; III - Relação Residente / Turismo; IV - Residente e o Planejamento Turístico (ver Anexo I).

Nas questões abertas, que permitiam respostas variadas e amplas, optamos por categorizar todas as respostas dos entrevistados para uma melhor análise dos resultados.

Ainda sobre os procedimentos metodológicos, entre as questões contidas no questionário, houve a utilização dos princípios da escala de Doxey (1975), na forma de alternativas, para que o entrevistado escolhesse a fase na qual ele se identificaria. Ressaltamos aqui-, que o emprego dessa escala é apenas um ponto a ser observado no trabalho de maneira complementar à nossa análise sobre os fatores que podem estar relacionados com a saída do residente das praias. No entanto, não seguimos à risca o referido modelo, por este não ser o nosso foco principal, ou seja, por não estarmos trabalhando com os impactos socioculturais do Turismo, mas com o posicionamento do residente, enquanto agente produtor dos espaços turísticos, focalizando suas ações como defensores dos problemas ocasionados pela atividade ao meio ambiente.

Com relação à característica da população amostral, tem-se que a maioria é constituída pelo sexo feminino (70,7%); os entrevistados do sexo masculino perfazem 29,3%.

O trabalho considerou a faixa etária dos residentes a partir dos 35 anos, por se tratar de uma faixa que vivenciou o início das transformações socioespaciais evidenciadas na Cidade pela atividade turística, conforme o recorte temporal estabelecido neste estudo, que se reporta aos anos anteriores ao ano de 2000.

A amostra foi dividida em três faixas etárias, sendo assim distribuídas: 24,1% encontram-se na faixa etária entre 35 a 39 anos; 26,7% na faixa entre de 40 a 44 anos; 16,4%, no intervalo compreendido entre 45 a 49 anos e 32,8% encontram-se na faixa etária acima de 49 anos.

Quanto ao **Grau de Escolaridade**, - a maioria dos informantes possui Ensino Médio (53,5%), Ensino Superior (22,4%) e Ensino Fundamental (20,7%);

No **questito Profissão / Ocupação**, - utilizamos a união das categorias profissionais segundo áreas econômicas afins dos entrevistados. Dentre as áreas que mais se destacaram temos: Estudante (11,2%); Comércio (11,2%) e Educação (17,3%);

Renda Familiar, - 48,3% encontram-se na faixa de renda situada entre 01 a 03 salários mínimos; 25,9% até 01 salário mínimo; 12,9%, de 03 a 05 salários; 8,6% de 05 a 10 salários mínimos e 4,3% acima de 10 salários. Os dados da renda evidenciam que a maioria dos entrevistados faz partes das classes sociais de menor poder aquisitivo.

Além das técnicas de pesquisa acima descritas, utilizamos como procedimento metodológico, a leitura de material bibliográfico sobre o Turismo e urbanização turística, como também o levantamento de outras fontes bibliográficas secundárias, disponíveis na Internet, tais como: matérias de jornais veiculadas na Internet (Tribuna do Norte), pesquisas realizadas por órgãos do Governo, instituições públicas e privadas divulgadas em seus respectivos *sites*, como por exemplo, o CEFET/RN (Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte); IDEMA (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte); IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); SEBRAE/RN (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte); SEMURB (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo).

Os capítulos constituintes do trabalho foram divididos de maneira a abarcar o fenômeno turístico, desde a sua formação enquanto atividade organizada até a sua expressão espacial, representada em um processo de urbanização motivado pelo desenvolvimento da atividade turística, denominada de “urbanização turística”-, bem como a participação da Sociedade Civil nesse processo.

Estudar a relação do Turismo com o espaço, enfocando os principais acontecimentos que possibilitaram a popularização das viagens de férias, bem como as motivações que foram e são apreendidas como recurso mercadológico imprescindível para venda e (re) criação de novos destinos turísticos espalhados pelo mundo; as origens do termo sobre a urbanização turística, os seus desdobramentos para a realidade brasileira, o seu vínculo na reordenação socioespacial e os principais agentes produtores do espaço turístico-, foram assuntos contidos

no **primeiro capítulo** do trabalho, tendo o aporte conceitual dos seguintes autores: Corrêa (1989), Trigo (1993), Lage; Milone (1996), Vera *et al.* (1997), Santos (1997), Clavé (1998), Coriolano (1998), Urry (1998), Falcão (1999), Krippendorf (2000), Luchiari (2000), Cruz (2002), Macedo (2002), Marcellino (2002), Bacal (2003), Boyer (2003), Castrogiovanni (2004), Mascarenhas (2004), Silva, M.G (2004).

Ainda nessa parte do estudo tratamos do assunto referente aos efeitos negativos advindos do contato entre o turista e o residente, com temas referentes ao planejamento turístico. Os autores que trabalham com essa temática são: Ruschmann (1999); Boss (2001), Cooper *et al.* (2001), Archer e Cooper (2002), OMT (2003) e Pearce (2001).

O segundo capítulo se remete à produção dos espaços turísticos na cidade de Natal e os problemas socioambientais associados ao Turismo, tendo a contribuição dos seguintes autores: Lopes Júnior (2000), Souza (2000), Coriolano (2001), Mendonça (2001), Santos (2001), Cruz (2002), Yázigi (2003), Silva (2004), Fonseca (2005), Furtado (2005), Neverovsky (2005) e Lima (2006).

O terceiro capítulo faz uma análise do residente enquanto agente produtor dos espaços turísticos, além de conter os resultados do estudo. Autores como Carlos (1984), Gottdiener (1997) e Santos (1999); reforçamos a análise sobre o entendimento de como a Sociedade esta inserida na produção dos espaços.

Entender a relação do Turismo e o Meio Ambiente, considerando tanto o meio natural como o social, foi um passo importante para compreender como deve atuar um planejamento turístico participativo, a fim de salvaguardar os interesses da população, que tanto tem sido posta à margem desse processo de urbanização turística - apesar de aos poucos vir mantendo, no seu cotidiano, um contato com turistas de diversas nacionalidades.

A relação dos residentes e os espaços turísticos, expressada na formação dos movimentos sociais contra a intensa produção e transformação do meio ambiente na Cidade, é uma realidade inerente ao contexto político do País, num contexto neoliberal, onde a negligência do Poder Público por questões básicas, como saúde, lazer, segurança, etc, termina por deixar estas em segundo plano, diante dos interesses econômicos, propiciando, dessa forma, a emergência de movimentos urbanos na luta pelo direito a saúde, lazer, proteção do meio ambiente etc. Autoras como Gohn (2005) e Coriolano e Silva (2005)-, descrevem tal situação.

Os movimentos sociais na Cidade, desde a fase inicial da atividade turística até os dias atuais, são relatados por autores como Lopes Júnior (2000) e Silva, M.F. (2004). Movimentos sociais característicos das contradições que essa forma de urbanização turística acarreta, com

a sua lógica em produzir e especializar certos espaços na cidade para o visitante, são enfocados por com Fonseca e Costa (2004).

Contrapondo a essa lógica, alguns autores como Mendonça (2001) e Pearce (2001)-, fazem menção à importância da incorporação da perspectiva do residente diante do planejamento turístico nas suas diversas formas de execução. O capítulo mostra também um exemplo de gestão participativa no turismo, na Prainha do Canto Verde (CE), mencionado por Mendes e Coriolano (2003).

1 TURISMO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Este capítulo se volta para uma análise do Turismo, enquanto atividade baseada na exploração e exaltação das práticas de lazer, que foram apreendidas pelos agentes turísticos, desencadeando sobre os espaços selecionados uma forma de urbanização impulsionada por tal atividade. Dessa forma, iremos abordar nesta parte do estudo, a origem do termo *urbanização turística*, bem como, os principais agentes produtores do espaço turístico e as especificidades do processo de urbanização turística no litoral brasileiro.

1.1. A Valorização das Práticas de Lazer e a Expansão do Turismo

Primeiramente iremos nos reportar a uma breve conceituação do que vem a ser o lazer, para, em seguida, contextualizá-lo com o desenvolvimento da atividade turística enquanto prática de lazer e de recreação, tão propagadas na Sociedade contemporânea e que tem forte repercussão espacial.

Marcellino (2002) aponta que existem certas dificuldades quando se tenta conceituar o termo *lazer*. Comumente, a palavra vem sendo empregada parcialmente, limitando o seu significado. Geralmente, a palavra lazer é associada às atividades recreativas, bem como à prática que possibilita o “repor das energias”, desperdiçadas ao longo do dia pelo desempenho de alguma tarefa estressante.

O referido autor, porém, descreve características atinentes ao universo do lazer que ampliam o seu conceito. Primeiramente, ele enfoca que, para a realização do lazer, é necessário que haja *tempo* disponível e que ele seja capaz de promover *descanso* físico e *divertimento* para quem o pratica. Neste caso, as diversas formas de divertimento permitirão o *desenvolvimento pessoal e social do indivíduo*, na medida que este passa a conhecer outros locais, bem como novas pessoas, interagindo com realidades sociais distintas das que ele convive diariamente.

Outra característica atinente ao lazer revela que ele contém um valor *altamente educativo*, na medida que possibilita a prática pedagógica através de diversas ações recreativas desenvolvidas em grupos. Por fim, o lazer deve ser entendido como uma possibilidade de escolha do indivíduo e, portanto, uma prática *espontânea e*

descompromissada, livre de qualquer interferência ou modismos. Sendo assim, “o lazer pode e deve ser identificado como uma ação cultural, uma oportunidade para a realização democrática e de desenvolvimento pessoal e social” (CORIOLANO, 1998, p.28).

O Turismo que conhecemos hoje está intimamente relacionado à valorização das práticas de lazer em nossa Sociedade. Atrelados à difusão do lazer, têm-se também a existência do tempo livre e o desejo de viajar, que fizeram com que o Turismo ganhasse proporções significantes, tornando-se uma das atividades econômicas que mais crescem em todo o mundo. Essa atividade se beneficiou e pôde se expandir consideravelmente, devido a questões socioeconômicas, culturais e políticas, inerentes à Sociedade dita Pós-Industrial.

Além dos fatores citados acima, os avanços tecnológicos representam um ponto crucial na difusão do Turismo pelo mundo. A associação entre a evolução dos meios de transportes e o progresso das comunicações, possibilitou a redução das distâncias de maneira notável, permitindo que mais pessoas se deslocassem, para qualquer parte do mundo, em questão de horas. (LAGE; MILONE, 1996).

Autores como Trigo (1993)-, se reportam aos primórdios da prática do Turismo como atividade econômica organizada a partir de meados do século XIX, embora- tenha sido somente com a década de 1950 que ocorreu a transformação deste em uma atividade econômica de massa bastante significativa, em termos socioeconômicos e culturais.

Tal fenômeno democratizou-se nos Países Desenvolvidos, devido às conquistas trabalhistas nas Sociedades Industriais do século XIX, através da diminuição da jornada de trabalho, das melhorias salariais e das férias remuneradas, que contribuíram para o desenvolvimento da atividade turística.

A diminuição dos dias trabalhados, por exemplo, possibilitou a ocorrência do tempo livre, podendo este ser gasto com atividades de lazer. Essa divisão do tempo (do trabalho e do lazer) permitiu que as Sociedades Industriais administrassem bem o que era destinado ao trabalho e ao lazer. Para Bacal (2003, p.98), “o tempo reservado ao lazer emerge como fenômeno complementar e justificado ao tempo do trabalho (necessário), e não como um elemento conflitante com o mesmo”. Assim, as horas de folga foram aos poucos sendo preenchidas por atividades que proporcionavam um sentimento de satisfação íntima, como as viagens turísticas (BACAL, 2003, p.98).

A Sociedade Contemporânea tem valorizado cada vez mais as práticas de lazer, através de viagens para locais distantes do seu cotidiano, tornando-as, assim, importantes para se manter uma considerável qualidade de vida. Os motivos das viagens são diversos, mas,

segundo Krippendorf (2000), o objetivo principal é a fuga do cotidiano, que se torna estressante, notadamente nas grandes cidades.

O Turismo, como atividade econômica organizada (pelos agentes de mercado turístico), vem se beneficiando com a valorização dessa fuga da vida urbana, oferecendo destinos turísticos paradisíacos para aqueles que desejam um contato maior com a Natureza. Assim, essa atividade se especializa em proporcionar aos turistas o que eles desejam, “O contato culturas diferentes, a procura por aventura ou o (re) encontro com o ambiente natural, distanciado do sabor urbano, estão entre as causas que forçam a criação de novos segmentos do turismo” (CASTROGIOVANNI, 2004, p.15).

A criação dos destinos turísticos, segundo Bayer (2000), consistiu em invenções da elite, principalmente os britânicos, que, ao buscarem novos lugares para a realização das suas práticas de lazer, inventavam novos modismos seguidos pelas demais classes sociais, contribuindo, assim, para a popularização desses locais. Esse processo ocorreu com os balneários marítimos, com a temporada de inverno no sul da França, principalmente na Riviera, em seguida, as montanhas ou Alpes Suíços, eleitos pela elite como locais para a realização de suas práticas de lazer e esportes de inverno.

A descoberta e a apropriação de determinados lugares para o desempenho das práticas de lazer da classe elitista foram responsáveis pela invenção de novos cenários e espaços destinados ao desempenho de determinadas modalidades de recreação. As montanhas, por exemplo, que anteriormente despertavam medo, por ser um ambiente pouco explorado e inabitável, ao serem exploradas pelos aventureiros, e depois pela elite, passaram a se tornar lugares propícios para as práticas de lazer e recreação dessa classe. Aliás, a criação de lugares específicos para o desempenho de diversas modalidades de lazer foi um processo elitista, que se iniciou no período compreendido entre o século XVII e o início do século XX.

Bayer (2000) mostra que as invenções das novas destinações turísticas continuaram no século XX, agora com a elite formada pelos ricos americanos que, ao descobrirem a Flórida, criaram mais um local de diversão e de férias como um novo paraíso exótico. Com esse imaginário do paraíso, os americanos criaram uma nova cultura, baseada na beleza do corpo saudável, conquistado através de práticas esportivas (*mountain bike, a vela, o surf*) (BAYER, 2000).

Os locais escolhidos para a exploração das práticas de lazer são diversos, e o Turismo cada vez mais vem valorizando as áreas litorâneas para o desempenho das suas atividades. O interesse pelo litoral para a realização de práticas de lazer data do século XVIII, tendo sua

difusão na Europa, nos balneários turísticos, inicialmente freqüentados pela elite (URRY, 1998).

A princípio, a praia era utilizada para fins medicinais, mas, ao longo do tempo, essas práticas foram substituídas pela diversão, a ponto de o significado da praia não estar mais ligado à cura das enfermidades, mas ao lazer e ao entretenimento, conforme Urry (1998).

Mesmo nos dias atuais, com a diversificação do produto e destinos turísticos, o produto *praia*-, ainda é muito procurado, principalmente pelo público europeu que viaja de férias para os países tropicais, onde a estação do verão é uma constante, notadamente o caso do nordeste do Brasil.

Assim, o imaginário da praia como local de lazer foi rapidamente difundido pelo mundo e hoje se constitui como um dos principais produtos vendidos pelo mercado turístico. É com esse imaginário de lazer, diversão e prazer que o Turismo se apropria desse simbolismo, vendendo tal imagem como recurso mercadológico de fator relevante para a criação tanto das necessidades turísticas como das motivações das viagens. Nessa linha, Clavé (1998, p.25)-, mostra que:

Num contexto de produção industrial, de crescimento de rendas e de melhorias técnicas, o convencimento da necessidade de haver férias são os motivos que provocam a multiplicação de centros turísticos de praia em todos os espaços banhados pelo sol, situados na periferia das principais concentrações urbanas e industriais do mundo.

O autor mostra exemplos de algumas cidades européias, onde o Turismo impulsionou a criação de centros turísticos: “Na Europa, este fenômeno conduz à aparição de numerosos centros turísticos ao redor do Mediterrâneo ou a sua revitalização como tais. Este é o caso da França, Espanha, Itália, e mais tarde, Grécia, a antiga Iugoslávia, o norte da África e Turquia” (CLAVÉ, 1998, p.25).

Embora a atividade turística tenha adquirido o caráter de atividade de massa, com grandes contingentes de pessoas realizando viagens turísticas, o Turismo ainda não se constitui como uma prática de lazer acessível para todas as camadas sociais. Mesmo diante das facilidades de compra de tal produto, poucos se dão ao luxo de consumi-lo, ocorrendo, desta forma, a exclusão de parcela da população desse processo.

Essa realidade evidencia o caráter elitista da atividade, que, embora venha se popularizando, não se reverte em uma atividade de significativa inclusão social. Viajar para

fazer turismo ainda se constitui numa prática social de *status*, distanciando aqueles que querem, mas não possuem renda para tal.

1.2. A Urbanização Turística

O Turismo, ao se firmar como uma das mais importantes atividades econômicas na atualidade, em âmbito mundial, vem adquirindo uma posição privilegiada pelos governos locais, no que concerne às articulações com os atores e impulsionadores da atividade através dos crescentes investimentos públicos para o Setor.

Segundo a Organização Mundial do Turismo - OMT, o número de *chegadas* de turistas aos destinos turísticos, em escala mundial, vem crescendo a cada ano, chegando ao ano de 2007 com uma cifra de aproximadamente 900 milhões de turistas. Um crescimento que representa uma porcentagem de mais de 6%, no período compreendido entre os anos de 2006 e 2007.

O Turismo como atividade econômica-, tem sido considerado como um dos principais responsáveis pelo crescente processo de urbanização de cidades que despontam como destinos turísticos. Esse tipo de urbanização que se destina para fins turísticos é denominado por alguns autores de “urbanização turística”.

Conforme os primeiros estudos acerca da natureza do processo de urbanização turística ocorrido em cidades européias, verificou-se que muitas cidades foram requalificadas para o desempenho do Turismo, em substituição às atividades preexistentes, notadamente a atividade industrial.

Assim, cidades industriais foram reestruturadas para a atividade turística. Essa requalificação urbana fez surgir o desenvolvimento de uma outra forma de urbanização, com o intuito de dotar tais cidades de uma infra-estrutura de apoio e específica para o desenvolvimento do Turismo, tais como hotéis, pousadas, Agências de Turismo, entre outros.

Henriques (1996) mostra que os centros urbanos mundiais são considerados destinos turísticos preferenciais por um número significativo de turistas, devido à conjunção de alguns fatores, tais como: boas condições infra-estruturais, notadamente no Setor de Transportes, associado a uma rede de serviços que auxiliam a atividade turística.

O fascínio que a cidade exerce para o Turismo é justificado por ser, nesse espaço, onde se “sedia os encontros, a informação, a diversão, negócios, serviços, compras, sendo cada uma dessas categorias subdivididas em inumeráveis possibilidades de atração turística” (YAZIGI, 2003, p.72).

No Brasil, a urbanização (tanto no aspecto populacional quanto em infra-estrutura) ocorreu com o processo de industrialização, que, ao mesmo tempo, possibilitou o crescimento e modernização das cidades brasileiras. A partir daí, o processo de industrialização foi responsável pelo crescimento demográfico de algumas dessas cidades, cujo crescimento econômico possibilitou, inclusive, o desenvolvimento de outras atividades econômicas.

A urbanização turística se inicia no Brasil a partir do momento em que o Turismo passa a ser instituído como atividade econômica de grande relevância para algumas regiões brasileiras, principalmente para a Região Nordeste, onde o Turismo teve como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico dessa região.

Inicialmente, a urbanização turística no Brasil surge com a chamada segunda residência, impulsionada pela elite, que elege as áreas litorâneas para suas práticas de lazer e de férias.

Após a implantação dessa atividade no Brasil, as áreas litorâneas entraram num processo de intensa urbanização, representada pela construção de equipamentos de hospedagem e demais estruturas urbanas (rodovias, saneamento, energia elétrica, etc.), complementares a esse tipo de urbanização.

O Brasil, segundo Schluter (2002), foi um dos primeiros países da América do Sul a competir nos mercados extra-regionais, com seu modelo-, “sol, praias e mar”. Ainda segundo a autora, foi criado, no período 1972-1973, o Projeto chamado “Turis”, o qual tinha como objetivo: “montar uma cadeia de balneários na orla do Atlântico, do Rio de Janeiro a Santos, para o turismo interno e internacional” (SCHLUTER, 2002, p.235).

Essas intervenções urbanísticas marcam um segundo momento da urbanização turística no Brasil, que antes fora iniciada pela elite e agora é impulsionada por uma atividade econômica organizada por novos agentes, no caso, os agentes turísticos, em parceria com os governos locais.

Autores como Clavé (1998) vêm discutindo a natureza da urbanização turística em cidades européias, uma vez que esse tipo de urbanização assumiu papel relevante na reestruturação e organização espacial das cidades, que antes eram organizadas em torno de atividades industriais. Assim, a urbanização turística assume o papel de transformar os antigos centros urbanos em novas áreas, atribuindo-lhes outras funções, que se especializam na venda e no consumo de bens e serviços destinados aos visitantes temporários - os turistas.

Nesse contexto, Luchiari (2000, p.108), ao discutir o processo de urbanização turística, enfatiza que “as cidades turísticas representam uma nova e extraordinária forma de

urbanização, porque são organizadas não para a produção, como o foram as cidades industriais, mas para o consumo de bens, serviços e paisagens”.

Já Mascarenhas (2004, p.3) revela um outro aspecto importante relacionado à urbanização turística, haja vista que o autor mostra que essa forma de urbanização se reverte, nos dias atuais, como um processo que vem impulsionando o crescimento das cidades, no que tange ao aspecto populacional-. Diz o autor: “Acreditamos que a urbanização turística se revela como um dos mais significativos motores do crescimento urbano na atualidade”.

Sobre o processo de urbanização turística verificado no Brasil, Cruz (2002) faz uma relação entre o *Turismo e o Urbano* de acordo com três situações distintas: *o Urbano antecede ao aparecimento do Turismo-*, quando o fenômeno de urbanização é anterior ao do Turismo; *o processo de urbanização é, simultaneamente, um processo de urbanização turística do lugar*; quando a infra-estrutura turística é criada para início da atividade; ou ainda, esse processo pode ser posterior ao aparecimento do Turismo e decorrente dele, o que leva a que atividade se beneficie da urbanização preexistente, adequando-a ao processo turístico. Estas duas últimas formas de urbanização turística são as mais comuns nas cidades litorâneas do nordeste brasileiro.

Historicamente, no Brasil, as áreas litorâneas se constituíram como espaços de concentração populacional, dada a sua importância histórica para o início da colonização, devido à exploração de uma dada atividade econômica, que culminou com a formação e o surgimento das primeiras cidades brasileiras ao longo da faixa costeira.

Hoje, tanto no Brasil como em outros países tropicais, as áreas costeiras assumem novas atribuições mercadológicas com a exploração da atividade turística. Dessa forma, o Turismo tem sido responsável pelo desencadeamento de uma intensa urbanização ao longo do litoral brasileiro, revertendo-se também em um fator de atração populacional. Neste contexto, Macedo (2002, p.181) expõe que:

Esse século marca o início de uma nova forma de ocupação da zona costeira, até então exclusivamente de caráter urbano, produtiva para veraneio, para o turismo de férias de amplos contingentes sociais, abarcando os segmentos mais ricos da população brasileira (da crescente classe média às elites).

Essa inserção do litoral brasileiro na atividade turística revela o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho, que entra na era da Globalização, explorando seus recursos naturais e sociais, no intuito de adequar os espaços para os novos investimentos de ordem

internacional. Esses espaços são diretamente inseridos na lógica de produção capitalista ao se especializarem na recepção do fluxo turístico.

Referindo-se à posição que algumas áreas periféricas assumem na atual fase do mercado internacional, Falcão (1999, p.64)-, expressa o seguinte pensamento: “No âmbito dessa nova ordem econômica mundial, novos territórios são anexados ao sistema produtivo que se torna transnacionalizado”. É nesse contexto que o Turismo Internacional se apropria dos espaços brasileiros, para inseri-lo na cadeia produtiva mundial do Turismo, onde-, “este mercado global, e concomitante expansão dos serviços em todos os elos da cadeia da produção do consumo, induzem a uma especialização de regiões e países, consolidam uma nova divisão espacial do trabalho [...]”(FALCÃO ,1999, p.64).

Portanto, é nesse cenário da economia mundial que devemos analisar o Turismo, pois o crescente processo de globalização e de dispersão de empresas internacionais, pelas diversas partes do mundo, na busca por mercados que ofereçam condições favoráveis para a reprodução do capital internacional, como algumas áreas periféricas que são qualificadas para a efetivação da atividade turística. É nesse contexto que Santos (1999) mostra que o espaço hoje é regido por sistema de objetos e ações alheios a realidade dos locais onde a referida atividade irá se desenvolver.

Coriolano (1998, p.17) amplia a discussão com o seguinte pensamento: “a globalização leva as empresas, entre elas as de turismo, a expandir seus negócios, multiplicando os lugares turísticos [...]”.

Retomando a afirmação de Santos (1999), os empreendedores turísticos elegem determinados espaços pelo mundo-, e, partir daí, desencadeiam-se sobre eles, decisões que culminam com a instalação de novos objetos espaciais para o desempenho da atividade turística-, uma produção espacial que apresenta a figura de agentes extra-locais-, comandando o processo produtivo-, decidindo os rumos da atividade sobre os territórios por eles mesmos escolhidos.

Neste caso, verifica-se muitas vezes que as decisões que envolvem a gestão da atividade turística-, tendem a se tornar alheias aos interesses locais, excluindo a população do processo de produção turística.

Tal processo é evidenciado no Nordeste brasileiro, onde alguns espaços estão sendo apropriados e inseridos no mercado turístico internacional, com a qualificação de determinadas áreas para o desenvolvimento da atividade.

Os empreendimentos turísticos distribuídos ao longo do litoral brasileiro apresentam peculiaridades no que tange aos padrões urbanísticos. Desta forma, para o Nordeste, verifica-

se a presença de cadeias hoteleiras com a construção de *resorts*, e, para o Centro-Sul, em alguns trechos da costa, tem-se a construção dos condomínios de segunda residência (CRUZ, 2007).

Macedo (2002), ao analisar o processo de ocupação e requalificação das cidades litorâneas através da urbanização turística, identifica e classifica os padrões característicos dessa forma de urbanização, como:

1- *Urbano Consolidado* – refere-se aos trechos da costa urbanizados de forma tradicional, onde as atividades turísticas recreativas se apresentam como complementares à economia local;

2- *Urbano Balneário ou Urbano Recreativo* - ocorre em extensos trechos da costa-, que são ocupados por loteamento primordialmente destinados à segunda residência ou a veraneio;

3- *Urbano Exclusivamente Hoteleiro* - uma forma pouco comum na costa, constituindo-se de assentamentos urbanos, isolados ou conectados a outros, cuja principal função é a hotelaria. Esses assentamentos caracterizam-se por apresentar instalações isoladas e complexos hoteleiros, cujas formas revelam um padrão internacional. Esse tipo de padrão urbanístico é característico no Nordeste brasileiro, onde a urbanização turística foi responsável pela instalação de grandes complexos hoteleiros ao longo da costa.

4-*Urbano Rústico*- desenvolve-se em área em processo embrionário de urbanização, em geral constituída de pequenas e relativamente isoladas vilas de pescadores. Tais locais são classificados e vendidos como paradisíacos.

A natureza dos diversos modelos urbanísticos encontrados ao longo da costa brasileira, em alguns casos, se reverte de maneira danosa ao meio ambiente, notadamente como ocorre na forma urbana exclusiva para a Rede Hoteleira, com a instalação de hotéis de grande porte em áreas de frágil caráter ambiental, como o ecossistema dunar. No entanto, é essa forma de urbanização a mais expressiva e a mais utilizada em toda a costa nordestina.

O processo de urbanização turística, verificado ao longo do litoral brasileiro, apresenta algumas especificidades, no que tange à organização dos espaços turísticos e dos moradores locais em torno dessa atividade econômica.

No Nordeste, por exemplo, esse processo representa para algumas localidades, a possibilidade de desenvolvimento socioeconômico. Um outro aspecto refere-se à forma de apropriação territorial da atividade nessas áreas, que vem sendo processada através da adoção de modelos urbanísticos de grande envergadura e assentados sobre ambientes naturais, como o ecossistema costeiro.

Além disso, muitos desses empreendimentos limitam o acesso dos moradores nas suas proximidades, devido à localização dos empreendimentos turísticos nas áreas de praia. Essa apropriação e limitação do uso da orla pelos empreendimentos turísticos se revertem em efeitos negativos sobre a população local, devido à privatização de trechos de praias pelos agentes turísticos, interferindo, assim, nos usos desses locais para o lazer e recreação dos residentes.

Ao longo do litoral brasileiro, surgem também algumas especificidades em torno da implementação da atividade turística, como, por exemplo, em cidades do Centro-Sul, onde a urbanização turística não tem com o propósito de soerguer economias estagnadas, nem de se reverter como única alternativa para o desenvolvimento econômico, mas antes de tornar o Turismo uma atividade econômica complementar à economia local, característico do padrão urbanístico do *Urbano Consolidado*. (MACEDO, 2002).

Para essa categoria, enquadram-se as áreas urbano-costeiras das cidades: do Rio de Janeiro, que apresenta atividades econômicas múltiplas; de Santos (SP), com atividades ligadas ao setor portuário-industrial; e de Vitória (ES), que também possui um centro industrial.

Sendo assim, a chegada do fluxo turístico não altera significativamente o cotidiano das pessoas junto aos espaços, nem tampouco, a forma de freqüentar os espaços públicos das praias urbanas, que apresenta a mesma intensidade de uso dos residentes.

Esse modelo de urbanização adotado nessas cidades acima citadas prioriza o espaço público e o seu usufruto pelos moradores, caso evidenciado na cidade do Rio de Janeiro, cujas avenidas à beira mar se tornaram um “elemento-padrão da paisagem urbana e principal cartão-postal dessas cidades; geralmente constitui o espaço público mais bem preservado, a calçada devidamente preservada e limpa” (SILVA, M. G, 2004, p.77).

Esse aspecto na forma de apropriação da faixa litorânea, em preservar o caráter público do calçadão e da orla, é o que distingue o processo de urbanização turística das cidades nordestinas das das cidades do Centro-Sul do País.

No caso do Centro-Sul, o residente manteve a sua rotina, freqüentando as praias em seus momentos de lazer e diversão, além do fato de a faixa entre a orla marítima e o calçadão também se destinar à realização de atrações culturais-, e à instalação de alguns equipamentos temporários para o lazer, tais como: circo, palcos e arenas para *shows*, competições esportivas, comemorações cívicas e festas populares.

Ainda segundo Silva, M.G. (2004, p. 77), os espaços turísticos são freqüentados tanto pelos residentes quanto pelos turistas, pois “o grande espetáculo é a aglomeração de pessoas –

moradores locais ou turistas. O calçadão é o lugar onde todos se encontram e passeiam, inclusive à noite”.

Esse tratamento que é dado aos espaços públicos em algumas cidades do Centro-Sul do País, dotando-os de condições infra-estruturais para o lazer tanto dos residentes como dos turistas que os freqüentam, é um modelo de urbanização que beneficia a melhoria e ampliação da infra-estrutura local.

Segundo Macedo (2002, p.210), as obras infraestruturais das praias são inseridas em projetos arquitetônico-paisagísticos que: “Tem permitido transformar praias inadequadas ao uso em verdadeiros parques lineares, dotados de equipamentos e tratamento paisagístico, que permitem o seu usufruto por veranistas, turistas e moradores”.

No entanto, no modelo de urbanização turística verificado em grande parte das cidades litorâneas nordestinas, verifica-se uma tendência à apropriação de espaços públicos, dificultando a freqüentação e a circulação da população local por esses espaços-, realidade que desmistifica o discurso apregoado pelo Poder Público-, de que o Turismo promoverá o desenvolvimento socioeconômico nos lugares turísticos.

Como essa atividade é considerada uma forma de lazer seletivo e de *status*, ou seja, poucas pessoas têm condições socioeconômicas de pagar por ela. Para a maioria da população que não pode viajar, resta o lazer urbano, circunscrito às áreas públicas, tais como: praias, praças, rios, lagoas, parques, quadras de esportes, etc. Nessas áreas, que se constituem em espaços de fácil acessibilidade, o lazer é realizado de forma gratuita e democrática.

Este trabalho irá focar o lazer praticado nos espaços públicos representados pelas praias de Natal, uma vez que tais espaços, além de se constituírem alvos preferenciais dos agentes turísticos, ao serem inseridos no processo de urbanização turística, acabam por interferir no cotidiano do residente, que tem nesse tipo de espaço a oportunidade de realização de suas práticas de lazer, devido às facilidades de acesso.

Marcellino (2002) enumera alguns fatores que podem interferir nas práticas do lazer da população. Um deles se refere à barreira imposta pela apropriação desigual do espaço público. Embora a praia, por exemplo, se constitua um espaço público, a atividade turística tem se apropriado desse espaço para o desempenho de suas atividades e, em algumas situações, “o espaço público de bem comum, é transformado em espaço privado, desrespeitando a legislação ambiental existente [...]” (FONTELES, 2004, p.42), conforme

estabelecido pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC¹-, que estabelece ser a faixa de praia considerada um bem público e de livre acesso a toda a população.

Assim, o modelo desenvolvido nas áreas turísticas localizadas no Nordeste brasileiro-, apresenta, em alguns casos, uma tendência à privatização dos espaços públicos da orla, ocasionando uma fragmentação socioespacial de seus freqüentadores - a população local.

Um outro ponto que merece atenção está diretamente ligado aos problemas de natureza socioambiental que esse modelo turístico vem acarretando às destinações turísticas, a saber: a prostituição, a poluição, a violência, problemas que têm se intensificado na maioria das destinações turísticas que se adequaram à especialização para a recepção do fluxo turístico internacional.

A intensificação dos problemas socioambientais se reverte negativamente para as práticas de lazer do residente, uma vez que limita o lazer para a maioria da população, tanto com relação à sua freqüência, quanto na qualidade ambiental do lazer no espaço da praia.

Embora a atividade turística seja uma atividade econômica, não podemos, todavia, desprezar o seu lado social-, pois, como o Turismo lida com o deslocamento de pessoas das mais variadas nacionalidades, por várias partes do mundo, a urbanização turística, ao buscar adequar os espaços turísticos para a recepção de um contingente significativo de visitantes em determinados períodos do ano, interage com a população local nas áreas de lazer das praias.

Além do mais, o Turismo é responsável por promover um intercâmbio cultural, aproximando grupos de indivíduos com realidades socioeconômicas e culturais diferentes. Esse contato entre culturas distintas traz um aspecto positivo para aqueles que desejam enriquecer seus conhecimentos, através do contato com o outro, como dizem Archer e Cooper (2002, p.102), “O turismo pode ser um meio muito positivo de aumentar a vida econômica, social, cultural e ambiental de um país”.

É de grande importância levar em conta o funcionamento das comunidades anfitriãs, que passam a receber um fluxo considerado de turistas, no intuito de elaborar estudos que meçam os efeitos sociais do Turismo nessas localidades, culminando com medidas que venham a impedir que ocorra o surgimento de atitudes negativas da comunidade em relação aos turistas.

Existem trabalhos que versam sobre os efeitos socioculturais acarretados pelo desenvolvimento do Turismo em certas comunidades. Esses estudos apresentam alguns

¹ O Gerenciamento Costeiro é respaldado por planos estaduais e municipais, bem como pelas Constituições Federal, Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios em área litorânea. (FONTELES 2004, p.63).

modelos que tentam mensurar os efeitos ocasionados pelo contato entre visitante e morador local. Dentre esses modelos tem-se o de Irridex de Doxey (1975) e o de Butler (1980).

O modelo de “Irridex de Doxey”-, “procura identificar e explicar os efeitos cumulativos do desenvolvimento do turismo sobre as relações sociais com o passar do tempo” (BOSS, 2001, p.144). O citado modelo busca relacionar o estresse ou a irritação crescente da comunidade e o desenvolvimento contínuo do Turismo. Este, por sua vez, é constituído por estágios que demonstram uma seqüência de como essa relação do turista com o residente pode se estreitar ao longo do tempo, culminando numa fase final da atividade.

Ruschmann (1999) *apud* (Mathieson;Wall 1998), analisando os estágios da escala de Doxey, descreve os seguintes estágios:

O primeiro estágio é o da euforia, quando as pessoas recebem os turistas com satisfação, devido às oportunidades que estes podem trazer para a comunidade, como: emprego, negócios e lucros abundantes.

O segundo estágio é o da apatia. À medida que a atividade cresce, o turista é visto como um “meio” de obtenção de lucro, mudando a relação entre o turista e as pessoas da comunidade, que passam a tratá-los com formalidade.

O terceiro estágio se refere à irritação, uma vez que a atividade turística começa a atingir níveis de saturação, ou quando a localidade não consegue atender a uma crescente demanda que necessita de mais equipamentos de apoio.

O quarto estágio se caracteriza pelo antagonismo, ou seja, quando os moradores não disfarçam sua irritação e atribuem a responsabilidade aos turistas pelos problemas socioambientais na localidade. Assim, a relação entre o turista e a comunidade receptora perde seu respeito mútuo e passa a ser hostilizada pela comunidade.

A autora aprofunda sua análise se referindo a um *quinto estágio*, decorrente da relação entre turista e residente. Segundo ela, esse quinto estágio ocorre com o despertar da comunidade a respeito das implicações dos impactos do Turismo, quando esse foi tratado com euforia e com possibilidades de lucro fácil.

Nesse estágio, a população passa a se conscientizar dos efeitos negativos sobre o meio ambiente, sabendo que este não voltará a ser o que era antes do processo de degradação provocado pelo turismo de massa. Diante dessa conscientização, a população pode vir a escolher que tipo de turismo ela deseja para a comunidade.

Tanto Ruschmann (1999) quanto Swarbrooke (2000)-, fazem ressalvas a respeito da progressão desses estágios, enfatizando que se devem buscar medidas que evitem que a atividade turística chegue às etapas finais da escala de Doxey.

Embora os estudos de Doxey (1975) tenham sido realizados de forma pontual, nas localidades turísticas de Bárbaros e nas cataratas do Niagara (CANADÁ), os estágios podem ser empregados com um indicador para um planejamento turístico, a fim de evitar que atitudes descompromissadas com o meio ambiente e com a população local possam vir a prejudicar a qualidade socioambiental das destinações turísticas.

Porém, além dos impactos sociais, há também os impactos socioculturais propiciados pelo aumento de turistas em determinadas localidades.

Tomamos como referência o conceito de impactos socioculturais empregado pela Organização Mundial do Turismo - OMT (2003, p.159-160), segundo a qual: “O termo impactos socioculturais é utilizado para referir-se a mudanças nas experiências no dia-a-dia dos residentes, bem como em seus valores, estilo de vida e produtos intelectuais e artísticos”.

Essa definição mostra certo grau de dificuldade ao se tentar mensurar esses efeitos sobre uma dada comunidade, na medida que nem todos os moradores locais vêm de forma negativa os hábitos culturais dos turistas, e nem sempre a cultura local é prejudicada pela introdução ou contato direto dos moradores locais com os turistas estrangeiros.

Quanto à mensuração dos efeitos socioculturais negativos do Turismo sobre as comunidades receptoras, Ruschmann (1999) enfatiza que, devido à sua estreita inter-relação, é difícil estabelecer uma distinção clara entre impactos sociais e culturais provocados por essa atividade.

A cultura local representa também um fator de atração turística, pois o desejo de conhecer outras culturas e de-, realizar intercâmbio cultural, está entre os motivos que levam os turistas a visitarem algumas localidades, embora, nem sempre esse desejo de conhecer outras culturas seja traduzido em respeito por parte dos visitantes, revertendo, assim, em impactos socioculturais negativos. Dentre eles tem-se: a comercialização ou degeneração das artes e do artesanato e a comercialização de cerimônias e rituais da população anfitriã (COOPER *et al*, 2001, p.201-202).

É de se observar que os impactos socioculturais, ocasionados pelo aumento do fluxo turístico em comunidades receptoras, se tornam mais expressivos para comunidades com um número pequeno de habitantes. Naquelas com um número considerável de habitantes, esse impacto não é muito expressivo (PEARCE, 2001). No caso da cidade de Natal, que apresenta uma população significativa, com setecentos e setenta e quatro mil, duzentos e trinta habitantes (IBGE, 2007), os impactos socioculturais advindos com o crescimento da atividade turística não se constituem como significativos para a população local.

O quadro de problemas de ordem socioambiental pode ser considerado como uma realidade na maioria das cidades brasileiras, resultado de uma organização socioespacial desordenada e de ações públicas que em nada contribuíram para reverter essa situação. Cada vez mais o ambiente urbano se encontra caótico e com implicações na qualidade ambiental das cidades. Yazigi (2003, p.72) se reporta a essa problemática mostrando que:

As cidades brasileiras se tornaram de tal modo hostis, com suas poluições atmosféricas, sonoras e visuais; com sua violência e feiúra, que a hotelaria brasileira desenvolveu algo que nos é muito peculiar: a possibilidade de o próprio hotel ser a motivação turística [...].

Para o referido autor, esse confinamento dos turistas nos *Resorts*-, foi a solução encontrada pela Rede Hoteleira, como alternativa aos problemas socioambientais encontrados nas áreas e entornos turísticos. Esses estabelecimentos oferecem diversas atrações para que os turistas sintam-se protegidos das adversidades do ambiente externo, convivendo com pessoas do mesmo nível social.

Esse modelo de Turismo, em o hotel, por si só, se especializa em oferecer todos os serviços e atrações culturais ao visitante, nega o sentido das viagens turísticas, onde o encontro com a cultura local-, faz parte do universo de motivação para a maioria dos turistas, especialmente se referindo ao turismo de massa.

Apesar disso, porém, alguns estudos apontam que certos segmentos de turistas preferem permanecer mesmo nas instalações dos empreendimentos hoteleiros, devido à idéia de proteção e conforto que estes oferecem, diferentemente dos espaços e entornos turísticos. Também existem casos-, em que uma ala de turistas prefere circular para além dos espaços e entornos turísticos.

O modelo de urbanização turística verificado nas cidades nordestinas, onde os espaços são preparados para o ingresso ao mercado do Turismo Global, especializando-se na oferta e recepção do fluxo turístico internacional, faz com que haja uma intensificação e modernização da Rede Hoteleira local, com a construção de equipamentos modernos, com padrão de qualidade internacional, como, por exemplo, os *resorts*. Esse processo de urbanização turística tem colocado algumas cidades diante de questões delicadas do ponto de vista da organização socioespacial das áreas e entornos turísticos.

Preparar uma cidade para o seu ingresso na atividade do Turismo-, não significa dotar apenas os espaços escolhidos para o desempenho da atividade, mas a cidade como um todo,

ampliando e redistribuindo os benefícios e a renda gerada pela atividade para os demais setores da Sociedade.

Todavia o modelo de urbanização adotado em algumas cidades se volta para a concentração da infra-estrutura em um só espaço turístico, em vez de o Poder Público trabalhar os espaços da cidade como um todo, ou seja:

A concentração territorial da infra-estrutura turística ignora, como modelo, outras possibilidades de urbanização turística como, por exemplo, seu par oposto, ou seja, a desconcentração espacial ou, ainda, um processo híbrido, que poderia combinar concentração e desconcentração, de acordo com cada caso. (CRUZ, 2002, p.147).

Essa concentração espacial da atividade turística pode vir, porem, a prejudicar a sustentabilidade² dos espaços turísticos. A forma como a atividade turística pautada nesse modelo vem se desenvolvendo em muitas localidades do Nordeste Brasileiro, por exemplo, propicia o afastamento do residente, que perde a identidade com o lugar, provoca uma saturação mais rápida dos espaços turistificados-, e desencadeia a migração dos agentes turísticos para outra localidade-, prosseguindo o seu processo de (re) produção espacial. Essa dinâmica espacial conferida à atividade turística pode ser reverter como um fator prejudicial para os espaços que desempenharam intensamente a função turística.

Outras estratégias para a exploração do Turismo podem, contudo, se reverter numa possibilidade para a inserção da população local na cadeia produtiva da atividade, conforme afirmam Coriolano e Silva (2005), ao lembrarem que os pequenos e médios estabelecimentos turísticos-, ofereceriam maiores oportunidades para a inserção da população na atividade turística.

Por fim, o encaminhamento do Turismo e o seu processo de urbanização não devem ser visualizados-, por continuar a seguir o modelo calcado em intervenções espaciais que degradem o meio ambiente, manifestando-se de forma perversa para o conjunto dos residentes. O encaminhamento das potencialidades e debilidades dessa forma de urbanização dependerá da posição do Poder Público-, em continuar priorizando o turismo de massa baseado na intensificação da urbanização nos espaços turísticos e da gestão da atividade compartilhada com agentes externos locais, sem garantias da inclusão do morador local.

² Estamos nos referindo ao termo sustentabilidade à capacidade dos destinos turísticos continuarem atrativos no aspecto ambiental, para que a atividade turística possa se desenvolver por um longo prazo.

1.3. Os Agentes Produtores

Corrêa (1989) mostra que na produção do espaço urbano, os principais agentes constituintes desse processo são: *os proprietários dos meios de produção* (proprietários industriais e das grandes empresas comerciais), *os proprietários fundiários* (proprietários de terras), *os promotores imobiliários* (conjunto de agentes que realizam diversas operações: incorporação, construção civil, etc.), o *Estado* (atua na organização espacial, e a ele são atribuídas várias funções, tais como: grande industrial, proprietário fundiário, promotor imobiliário, etc), e os *grupos sociais excluídos*. Neste caso, o autor considera que estes últimos são agentes do processo de produção do espaço urbano, na medida que eles produzem o seu próprio espaço, através da construção de favelas, apropriando-se dos terrenos públicos existentes na cidade.

Santos (1997, p. 6) considera que o espaço é formado pelos seguintes elementos-, *os homens, as firmas* (empresas pertencentes aos diversos setores da Sociedade), *as instituições* (instituições públicas), o *meio ecológico* (conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano) e as *infra-estruturas* (o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, etc.). Aqui, o autor considera as ações transformadoras do homem sobre o espaço, considerando-o como um importante agente produtor deste.

Na produção do espaço turístico, Knafou (1996) identifica a existência de três fontes de turistificação dos espaços, a saber: os turistas, o mercado e os planejadores turísticos. No entanto, o referido autor não insere o residente em sua análise sobre a produção dos espaços turísticos, concentrando sua visão apenas entre os três elementos acima citados.

Ampliando a análise de Knafou (1996), temos a seguir as três fontes de turistificação dos espaços, inserindo, neste caso, o residente-, como um dos principais agentes da produção dos espaços turísticos.

Neste estudo, estamos considerando os seguintes agentes produtores dos espaços turísticos e principais impulsionadores do processo de urbanização turística: o Poder Público, os empresários do Setor Turístico, os turistas e a população local. A atribuição de cada agente irá culminar na produção dos espaços turísticos.

Primeiramente, têm-se *os turistas*, cabendo a estes a função de serem os consumidores, por excelência, do espaço turístico, e para quem a urbanização turística se destina, sendo responsáveis diretamente pela criação de novos destinos e atrações turísticas, através da exploração de suas motivações pelo mercado turístico.

A segunda é representada pelo mercado turístico. Este, por sua vez, vai produzir e colocar o produto turístico à venda, ou seja, com a criação de lugares turísticos, de acordo com as tendências e modismos, novos destinos turísticos são criados para satisfazerem aos turistas.

Sendo assim, podemos então ampliar essa definição, mostrando os agentes inseridos nessa categoria. São eles:

Os empresários do Setor Turísticos: os investidores, que encontram na atividade turística oportunidades da reprodução do capital, atuando na implantação em estabelecimentos, de infra-estrutura e equipamentos turísticos. Além disso, esses empresários atuam no sentido de buscar junto ao Poder Público-, benefícios para a atividade e captar investimentos para o Setor Turístico, organizando-se na forma de associações.

Os agentes imobiliários também se integram na categoria de agentes produtores do espaço turístico. Atuam no processo de produção desse espaço, na medida que exploram a atividade, propiciando a articulação dos imóveis, através da compra e venda desses bens à clientela turística. Quando essa produção imobiliária encontra dificuldades de se reproduzir, entra no mercado a figura do incorporador, que cumpre o papel de facilitar e garantir o lucro nessas transações (RIBEIRO, 1997). Sobre o papel dos agentes imobiliários, Fonseca e Costa (2004) salientam que esses agentes assumem papéis diversos ao mesmo tempo, como: construtor, incorporador e corretor imobiliário.

A terceira fonte de turistificação é aquela representada pelos planejadores e promotores territoriais. Estes são agentes que atuam preparando os espaços para a atividade turística. Diferentemente dos demais, os turistas e o mercado, os planejadores e os promotores não são externos aos lugares, atuando com iniciativas governamentais em âmbito local, regional e nacional.

Os planejadores são representados pelo *Poder Público, o qual*, por sua vez, irá concretizar a atividade turística em seus territórios, com medidas governamentais, na busca de atrair o fluxo turístico para seus territórios, como também a vinda dos empreendedores turísticos.

O Poder Público, enquanto produtor do espaço turístico, tende a atuar tanto como proprietário fundiário, concedendo terrenos públicos para a implantação da atividade turística, como também-, no papel de agente imobiliário, na implantação de infra-estrutura necessária para a atividade, possibilitando condições mais satisfatórias de seu território.

Ao mesmo tempo em que investe e patrocina a atividade turística, também compete ao Poder Público a função de fiscalizar tais empreendimentos, no que concernem às questões

ambientais. Nesse contexto, Ruschmann e Widmer (2004, p.67) falam das atribuições do Estado, com relação à sua função em cuidar do meio ambiente, pois, para as autoras:

No turismo, cabe ao Estado zelar pelo planejamento através de políticas e da legislação necessárias ao desenvolvimento da infra-estrutura básica, que proporcionarão bem-estar da população residente e dos turistas. Além disso, deve cuidar da proteção e conservação do patrimônio ambiental, aí compreendidos os ambientes natural, psicossocial e cultural, bem como criar condições que facilitem e regulamentem o funcionamento dos serviços e equipamentos nas destinações, necessários ao atendimento das necessidades e anseios dos turistas, geralmente a cargo de empresas privadas.

Muitas vezes as atribuições do Estado tendem a privilegiar os interesses dos agentes capitalistas-, e, diante do processo vigente de globalização e do Neoliberalismo, o Poder Público de um lado, cumpre sua função de agente produtor e, de outro, atua como defensor dos interesses da população, sendo que este último tem sido posto em segundo plano.

Embora Knafou (1996) tenha considerado somente essas três fontes de turistificação dos espaços turísticos: os turistas, o mercado e os planejadores, alguns autores consideram a existência de outro importante elemento na produção dos espaços turísticos, ou seja, a população local. Vera *et al* (1997) são exemplos disto, apontando quatro elementos pertencentes ao sistema turístico, tais como: *os turistas, os gestores públicos* (Municipal ou Estadual) e *os agentes privados, os sistemas de transporte-, e o destino turístico*. Neste caso, esses autores consideram a população local como parte integrante do destino turístico.

Dada a relevância de se considerar o morador local como elemento integrante na produção do espaço turístico, o trabalho se propõe a enfatizar a importância que esse agente assume na produção dos espaços turísticos na cidade de Natal.

Sendo assim, consideramos uma quarta fonte de turistificação representada pelos *residentes*. Eles também irão fazer parte do processo de produção turística, através dos impostos pagos, que reverterão em obras urbanas de apoio à atividade. Além disso, a sua inserção se faz na medida que eles são incluídos nas decisões inerentes ao planejamento turístico-, devido às suas relações sociais junto aos espaços turísticos, uma vez que passam a frequentar as áreas turísticas em seus momentos de lazer, pois a população é considerada conceitualmente como: “os sujeitos do ato da produção social, segmentados em classes sociais” (MENDES;CORIOLANO, 2003, p.31).

Ao analisar a produção do espaço na cidade, Carlos (1984, p.86) identifica que “a produção espacial realiza-se no cotidiano das pessoas e aparece como forma de ocupação e/ou

utilização de determinado lugar num momento específico”. Sendo assim, os espaços na cidade são produzidos através do cotidiano das pessoas através de suas atividades, ou seja,

Do ponto de vista do morador, considerado como consumidor, a cidade é meio de consumo coletivo (bens e serviços) para a produção da vida dos homens. É o lócus da habitação e tudo o que o habitar implica a sociedade atual: escolas, assistência médica, transporte, água, luz, esgoto, telefone, atividades culturais de lazer, ócio, shoppings etc.(CARLOS, 1984, p.86).

Neste trabalho procuramos ressaltar o papel da população local, ou seja, o residente enquanto agente produtor, sendo este responsável pelo modelo turístico urbanístico que vem sendo desenvolvido em Natal. Na medida que sua atuação se faz ativa ou passivamente diante do modelo de turismo vigente, o residente pode vir a ser incluído ou excluído dessa produção espacial impulsionada pela atividade turística.

No entanto, na produção dos espaços turísticos, os principais agentes que se destacam nesse processo são: o Poder Público e os produtores turísticos, conforme reafirma Cruz (2007, p.10):

Os atores hegemônicos da produção do espaço ainda são Estado e mercado. Embora ao longo da história do modo de produção capitalista mudanças profundas tenham ocorrido nos papéis desempenhados por um e por outro, ambos continuam sendo ordenadores daquele processo.

São eles que, juntos, impulsionarão a concretização da atividade nos territórios. Cabe salientar que a formação de parcerias entre ambos- tanto pode acarretar o fortalecimento do Turismo, enquanto atividade econômica, como gerar parcerias que possam se desdobrar em ações para a elaboração de projetos de preservação ambiental.

Dento dessas ações, também podem ser incluídas aquelas que se voltam com uma responsabilidade social, não se restringindo apenas em garantir os interesses dos empresários turísticos, nem em gerar divisas aos cofres públicos. O que pretendemos enfatizar é que sejam dadas garantias à população local, salvaguardando seus interesses de permanecerem em seus espaços de lazer e que estes continuem sustentáveis.

O capítulo versou sobre o tema da produção espacial para fins turísticos e os processos de ordem socioespacial e ambientais desencadeados pela urbanização turística, bem como os agentes produtores contidos na produção do espaço turístico, mostrando as especificidades de cada um em especial e destacando a importância do residente enquanto agente produtor.

2. TURISMO E O URBANO EM NATAL

Este capítulo se destina a discutir a expansão do Turismo na cidade de Natal, impulsionada pelos crescentes investimentos realizados pelo Poder Público (Municipal e Estadual) na preparação e adequação dos espaços turísticos para os investidores do Setor, tanto nacionais quanto internacionais, uma vez que essa produção vem impondo aos espaços uma lógica negativa de exploração capitalista, que tem privilegiado o visitante em detrimento do residente.

2.1. A Expansão do Turismo

A atividade turística em Natal vem crescendo a cada ano devido aos investimentos de ordem governamental - quanto originários da Iniciativa Privada. Assim, o Turismo vem se firmando como atividade econômica bastante significativa para a economia da Cidade-, e do Estado, dinamizando vários setores econômicos.

Esse crescimento da atividade turística teve como ponto de partida a inserção do Estado nas duas Políticas Públicas de Turismo, que, mesmo diante de suas especificidades, foram responsáveis pelo desenvolvimento do Turismo Potiguar. A Política dos Megaprojetos Turísticos (final de década de 1970), possibilitou a construção do espaço turístico da Via Costeira, cujo projeto foi denominado de “Parque das Dunas/ Via Costeira” - PD/VC.

Na década de 1990, a política do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte - PRODETUR/RN - veio consolidar a atividade turística na Cidade, com investimentos em obras de infraestrutura nas áreas de praia. Os espaços contemplados com esses recursos foram a praia de Ponta Negra e a Via Costeira.

Ressaltamos que ambas as Políticas Públicas de Turismo – Megaprojetos e o Prodetur/RN- apresentam suas especificidades quanto aos objetivos, pois o PD/VC foi um programa de implantação de infra-estrutura turística, enquanto o PRODETUR/RN privilegiou a implantação de infra-estrutura básica e o desenvolvimento institucional (FONSECA, 2005, p.133), sendo que, juntas, essas duas políticas complementam o aprimoramento do produto turístico potiguar.

Ainda sobre a política do PRODETUR/RN, esta foi responsável pela produção e adequação da praia de Ponta Negra, em um espaço propício para os empreendedores turísticos nacionais e internacionais.

Detalhando melhor a natureza e as obras realizadas por esse projeto, têm-se primeiramente os agentes envolvidos na articulação e execução dessa política, que foi financiada através da parceria do Governo do Estado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Segundo Fonseca (2005, p.124), os investimentos do PRODETUR/RN foram distribuídos em três componentes, a saber: desenvolvimento institucional, obras múltiplas e aeroportos. Dentre essas obras, em Natal tais investimentos foram aplicados na melhoria e ampliação da infra-estrutura da praia de Ponta Negra, como por exemplo: esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação e a urbanização e iluminação de Ponta Negra, além do esgotamento sanitário da Via Costeira (FONSECA, 2005).

O resultado espacial na implementação e execução das Políticas de Turismo traduziu-se na ampliação e na melhoria da infra-estrutura turística, representada pelo aumento do número dos meios de hospedagem nos espaços turísticos e entornos. Os investimentos do PRODETUR/RN possibilitaram também uma especialização dos espaços turísticos, e conseqüentemente, a atração de investidores internacionais, culminando com a instalação de novos estabelecimentos, tanto na praia de Ponta Negra como na Via Costeira. Sobre este aspecto, Fonseca (2005, p.131)-, complementa mostrando que:

A partir da melhoria do produto turístico potiguar, propiciada pelos investimentos do PRODETUR/RN, ocorreu um aumento do fluxo de turistas internacionais e as redes hoteleiras internacionais começaram a se instalar no Rio Grande do Norte, como por exemplo, o Grupo Pestana (português).

Ressaltamos aqui-, que essa urbanização turística processada em Natal se intensificou devido às duas Políticas de Turismo, inicialmente com a política dos megaprojetos turísticos e-, com a criação do espaço turístico da Via Costeira, que passou a ser uma área destinada à concentração de grandes estabelecimentos hoteleiros, consolidando o padrão dos hotéis de quatro a cinco estrelas.

A construção da Via Costeira se reverteu em uma obra significativa para o Turismo na Cidade, pois, conforme Fonseca (*apud* Cavalcanti³, 1993, p.136):

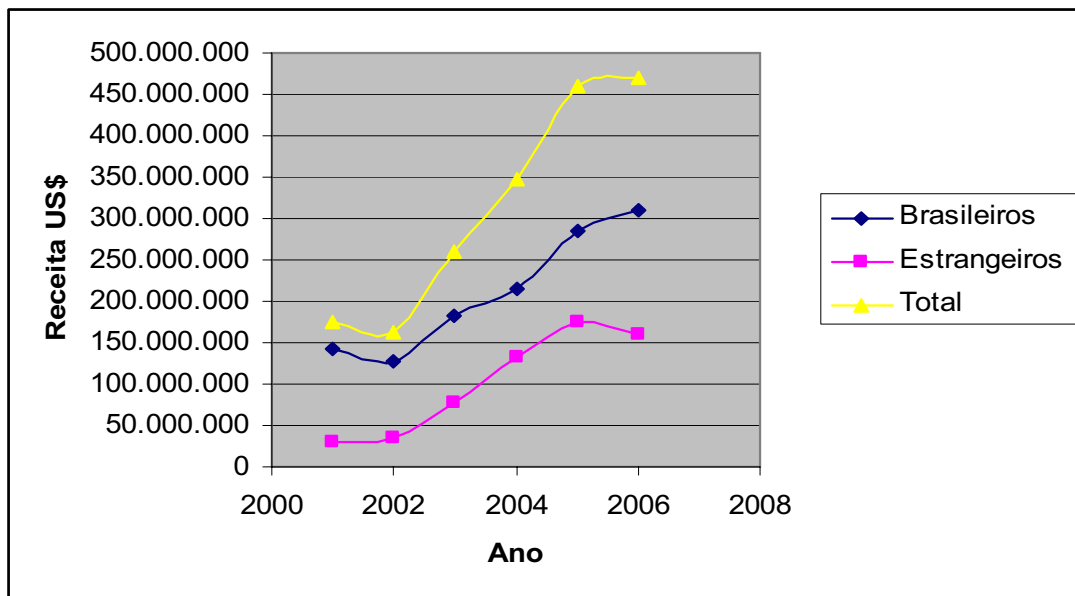
³ CAVALCANTI, Keila Brandão. **Estado e políticas de turismo: a Via Costeira de Natal**. Dissertação (Mestrado). CCSA/UFRN, Natal, 1993.

[...] a atividade turística no período que antecedeu à Via Costeira processou-se de forma incipiente e desarticulada, atendendo apenas às necessidades de permanência dos homens de negócio em suas atividades comerciais e empresariais. Refletindo essa natureza do turismo nesse período, os hotéis de uma forma geral localizavam-se em zonas comerciais.

Dessa forma, as duas políticas de Turismo (dos Megaprojetos Turísticos e a do PRODETUR/NE)-, propiciaram a criação de um ambiente favorável para o mercado turístico, devido à “infra-estrutura turística trazida pelos megaprojetos e a infra-estrutura básica e de acesso viabilizada pelo Prodetur complementando-se, adaptando o território litorâneo regional à nova posição que deve ocupar nesses roteiros mundiais” (CRUZ, 2002, p. 143).

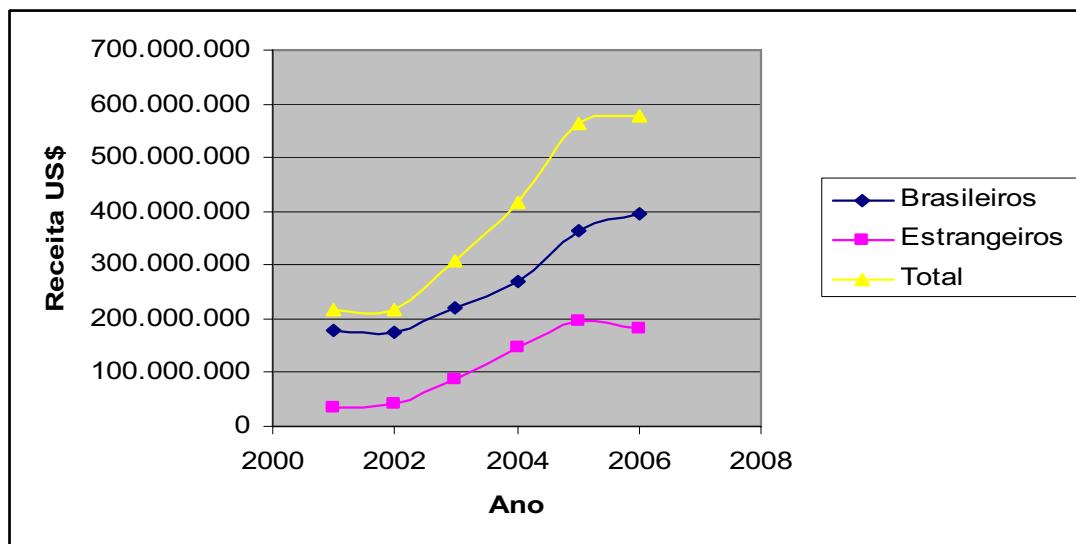
O Prodetur/RN foi criado pelos Governadores dos estados do Nordeste, com o apoio do Governo Federal e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento BID - no intuito de desenvolver e consolidar a atividade turística na Região Nordeste. Com a conclusão das obras do Prodetur/RN, a atividade turística ganhou novos rumos, possibilitando a efetivação de Natal no processo de globalização-, e consolidando a entrada da cidade no circuito internacional do Turismo. Atualmente a Cidade é alvo de investidores estrangeiros, gerando um mercado imobiliário voltado para esse tipo de investidor.

A importância dos investimentos públicos na atividade turística e das respectivas políticas de Turismo para a Cidade (Megaprojetos Turísticos e o Prodetur/RN) acarretou um aumento gradual da receita estadual e municipal, conforme dados cedidos pela Secretaria Estadual de Turismo – Setur/RN. O gráfico abaixo traz a evolução das receitas (estadual e municipal) turísticas, a partir dos anos 2000 até o ano de 2006:



Fonte: FONSECA (2005); SETUR-RN.

Gráfico 1 - Estimativa da Receita Turística na Cidade de Natal, 2000-2006



Fonte: FONSECA (2005); SETUR-RN.

Gráfico 2 - Estimativa da Receita Turística no Rio Grande do Norte, 2000-2006

Embora os dados acima mostrem um período de seis anos de evolução da receita turística, não obtivemos justificativa junto à Secretária de Turismo para o fato de os valores das receitas serem estipulados como estimativas.

Além do aspecto positivo para a economia, o Turismo também é considerado como um dos responsáveis pelo intenso processo de urbanização nos principais pontos turísticos da Cidade, concentrando a maioria dos serviços destinados à atividade em determinadas áreas próximas aos entornos turísticos, como é o caso de Ponta Negra. O entorno desse espaço turístico concentra uma diversidade de serviços, que se constituem desde supermercados a *Shoppings Centers*, como também-, restaurantes, agências de viagens, entre outros serviços distribuídos ao longo da Avenida “Engenheiro Roberto Freire” (antiga Estrada de Ponta Negra), avenida esta que liga os bairros da região sul da cidade à praia de Ponta Negra.

De acordo com Furtado (2005), a “Engenheiro Roberto Freire”, desde a sua inauguração até o início dos anos noventa, se constituía como uma via apenas de passagem para as demais áreas da cidade, mas, a partir de meados dos anos de 1990, essa Avenida passa a concentrar uma variedade de serviços, notadamente no ramo gastronômico e demais serviços-, destinados a atender tanto a turistas quanto aos residentes dos bairros próximos.

Em Natal, os espaços privilegiados da orla estão entrando em um rápido processo de urbanização, decorrente da atividade turística, no que concerne a obras infra-estruturais (esgotamento sanitário, ajardinamento, paisagismo, iluminação, segurança, etc.), realizadas pelo Poder Público e também por investimentos privados, representados pelos empreendimentos turísticos, tais como: Rede Hoteleira, bares, restaurantes-, e demais serviços correlacionados à atividade (bancos, locadoras de veículos, etc.).

Os principais espaços apropriados para o desempenho da atividade turística em Natal são representados pelas praias, consolidando, assim, o seu modelo turístico baseado na exploração das belezas naturais.

O ambiente de praia em Natal é um dos principais espaços públicos da cidade, onde a população realiza as suas práticas de lazer, e também onde são processadas várias formas de sociabilidade, pois esse local é considerado palco de uma série de situações de relacionamento social, como o namoro, a conversa, a troca de informações, o ato de comer em grupo em bares e restaurantes, envolvendo diversas formas de lazer urbano, tanto as consideradas como *lazer ativo*, com a prática de jogos, pesca, natação, remo; como as do lazer passivo, na contemplação do mar e da paisagem. (Macedo, 2002). Todas essas atividades recreativas e sociais são observadas nas praias da Cidade de Natal.

Antes que a atividade turística se firmasse na Cidade, apropriando-se dos espaços da orla, as principais praias freqüentadas pela população de Natal eram as praias do Centro e a praia da Redinha, sendo esta última-, um local freqüentado pela Classe Média nos períodos de veraneio, nas décadas de setenta e oitenta.

Com relação às praias do Centro, esse espaço experimentou por algum tempo a presença maciça da população natalense em seus momentos de lazer e recreação, mas, com a intensificação da atividade turística, essas praias perderam sua posição de destaque, na preferência de alguns residentes, para as práticas de lazer e recreação. Concomitantemente a esse fato, ocorreu a construção da Via Costeira, que possibilitou a ligação das praias do Centro à região sul da Cidade, principalmente à praia de Ponta Negra, até então pouco freqüentada pela população.

Após conclusão da Via Costeira, Ponta Negra se firmaria como o mais novo espaço de lazer para os residentes, pois a praia, até então, era o local de veraneio da Classe Média e Alta, predominando na área as chamadas “segundas residências”. Após a inserção da praia na política do PRODETUER/RN, o local passou a ser produzido e refuncionalizado para a efetivação da atividade turística. Tal processo atribuído à mudança de função da área-, trouxe mudanças significativas para a praia. Uma delas se refere às obras de urbanização da orla realizadas no ano de 2000, quando foram retiradas todas as barracas à beira-mar, para serem substituídas por quiosques padronizados.

Fora as demais mudanças presenciadas no principal espaço turístico da Cidade, devido às obras de urbanização, feitas pelo Poder Público, a partir dessas obras infra-estruturais a praia de Ponta Negra tornou-se alvo preferencial do capital imobiliário, desencadeando-se sobre tal espaço uma forte especulação imobiliária-, processo que começou a ser relatado nos principais jornais impressos da Cidade, chamando a atenção da população para as rápidas transformações socioespaciais que o bairro começara a vivenciar após a sua refuncionalização de bairro residência para uma área turística.

A partir de então, o espaço turístico de Ponta Negra passou a atrair investidores do Setor de Serviços (hoteleiro, restaurantes, bares, boates, agências de viagem, etc.), ligados à atividade, contribuindo para a firmação dessa área enquanto espaço turístico por excelência, com a oferta de variados serviços ligados ao entretenimento, construindo, assim, para o local, a imagem do mais novo “*point*” da vida noturna da Cidade (NEVEROVSKY, 2005).

A cidade de Natal cada vez mais vem concretizando o seu modelo turístico, cujas bases para o início da atividade foram firmadas em torno da exploração das suas belezas

naturais, representadas pelas praias, continuando até o momento atual a incidir sobre esse mesmo modelo de sol e praia.

A modalidade de Turismo praticado em Natal é aquela baseada no Turismo de Massa, modalidade esta que se volta para o Turismo de Lazer e Recreação, calcados em uma intensa urbanização nas áreas turísticas. Essa modalidade de Turismo se caracteriza “pelo grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano” (RUSCHMANN, 1999, p.110).

Dessa forma, a urbanização turística vem transformando os espaços de lazer da Cidade em locais turísticos, conferindo a estes uma nova feição, uma vez que aos poucos vão perdendo a sua característica de espaços populares, produzidos e desfrutados pelos residentes, para se reverterem em espaços turísticos altamente valorizados, que se especializam no consumo turístico-, e que selecionam cada vez mais os seus freqüentadores locais, segregando, inclusive, o residente de menor poder aquisitivo e voltando-se para os residentes das Classes Média e alta.

Essa especialização conferida aos espaços turísticos faz deles uma mercadoria cara para o conjunto dos residentes. Tal fato foi observado na pesquisa junto aos residentes da Cidade, pois, quando perguntado aos moradores locais sobre os fatores que contribuíram para o seu afastamento das praias, a questão da elevação nos preços dos produtos e serviços lá oferecidos foi um aspecto levantado por 16,4% das pessoas entrevistadas.

Além dos serviços praticados nas praias, os estabelecimentos de entretenimento também foram citados pelos entrevistados como locais que deixaram de ser atrativos para o lazer do residente, tais como: bares (8,6%); casas de *show* (7,8%) e restaurantes (5,2%). Tal fato evidencia que cada vez mais os serviços especializados se voltam para a clientela turística, bem como para os segmentos sociais de melhor poder aquisitivo.

Além da concentração dos serviços nas áreas turísticas, a especialização e expansão destes resultam, em geral, na segregação das classes sociais menos favorecidas, por se tratar de uma forma cara de lazer, em que a freqüentação a esses equipamentos é privativa. Tal realidade destoia da situação socioeconômica da maioria da população. Além do mais, o aumento no preço dos produtos e serviços acaba afastando o residente de menor poder aquisitivo, principalmente em períodos de alta estação, quando ocorre um aumento significativo no fluxo de turistas nas áreas turísticas, concomitantemente com uma inflação nos preços dos produtos e dos ingressos aos estabelecimentos privados.

Os espaços turísticos, tanto da Via Costeira como o de Ponta Negra, podem ser analisados sob a luz da intencionalidade de Santos (1999), que revela a intencionalidade nas

ações em parceria com os atores hegemônicos por excelência, o Poder Público e os empresários do Setor Turístico, que, juntos, irão eleger e criar novas áreas para o desempenho da atividade turística, restringindo a sua função à especialização do lazer turístico.

A tabela a seguir mostra o aumento no número dos meios de hospedagem nos últimos seis anos, através de dados coletados junto à Secretaria de Turismo – Setur,

Tabela 1
Município de Natal
Capacidade dos Meios de Hospedagens no Município de Natal /RN – 2000/2006

Município	2000	2001	2002	2003	2004/2006*
	MHS	MHS	MHS	MHS	MHS
Natal	158	179	186	179	199

Fonte: SETUR -RN.

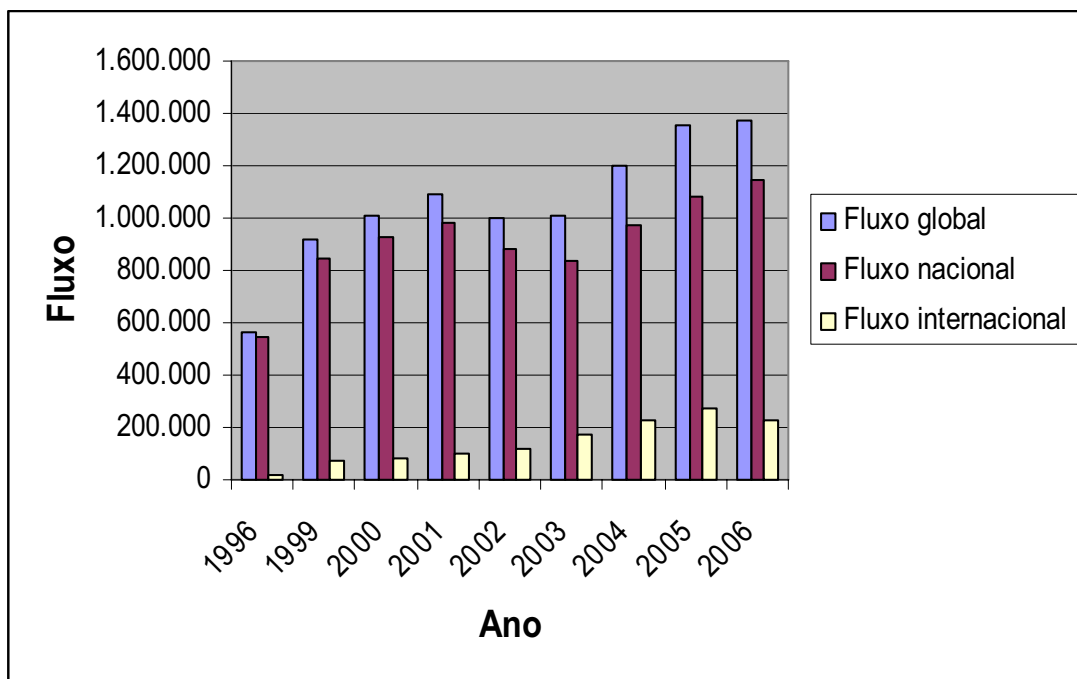
Nota* - Segundo a Setur, o período entre os anos de 2005 a 2006, não foi realizado levantamento do número dos MHS.

O significativo crescimento dos meios de hospedagem na Cidade, no período de 2001 a 2006, reafirma a importância que a atividade turística assume para Natal, notadamente com a expansão dos empreendimentos de hospedagem.

Em matéria veiculada pelo portal eletrônico do Governo do Estado (ASSECOM)⁴, em janeiro de 2006, Natal aparece em destaque no censo realizado pela Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH), na oitava posição, com relação à disponibilidade de hotéis, respondendo por 1,2% da hospedagem nacional. Esse resultado reforça os investimentos do Poder Público e dos empresários turísticos, a fim de ampliar a capacidade dos meios de hospedagem para atrair um maior fluxo turístico para a Cidade.

Tal ampliação dos meios de hospedagem propiciou a intensificação do fluxo turístico para a Cidade, conforme gráfico a seguir:

⁴ Portal eletrônico do Governo do Estado disponível em: www.rn.gov.br/assecom. Acesso em: 17/01/2006.



Fonte: FONSECA (2005); SETUR-RN.

Nota: não dispomos dos dados referentes aos anos de 1997 a 1998.

Gráfico 3 - Evolução do Fluxo Turístico em Natal – 1996, 1999/2006

Com base nesses dados do fluxo turístico, nota-se um crescimento do número de turistas estrangeiros no ano de 1996 e entre os anos de 1999/2006. Com relação à queda do fluxo turístico no ano de 2006, não obtivemos dados a respeito desse fato.

Verifica-se, então, que o aumento no fluxo turístico de estrangeiros começa a se tornar significativo a partir do ano de 1999 em diante, de acordo com o gráfico acima. Percebemos então que o aumento no número de turistas estrangeiros para a Cidade-, coincide com a aparição / intensificação dos problemas de ordem socioambientais nas praias.

Devido a essa questão, o trabalho enfocará tal recorte temporal - a partir dos anos de 2000 aos dias atuais-, e buscará indícios para a sua confirmação, uma vez que associa a intensificação da atividade turística com a incidência de problemas de natureza socioambiental nas praias da Cidade.

A seguir serão detalhadas as transformações socioambientais evidenciadas nas praias da Cidade que foram produzidas pela/para a atividade turística, além das diversas modificações socioespaciais nelas evidenciadas.

O Turismo em Natal, como em quase todos os destinos turísticos mundiais, sofre os efeitos da sazonalidade. Tal processo se reverte diretamente sobre a atividade, no que diz

respeito aos efeitos negativos que esta provoca para o Setor Turístico, tais como: desemprego, baixa ocupação hoteleira, etc.

O fluxo turístico na Cidade apresenta algumas variações em determinadas épocas do ano. Para a época do verão, considerada a “alta estação”-, que vai do mês de novembro a fevereiro-, o fluxo de turistas nacionais e internacionais aumenta consideravelmente na Cidade. Já para outros meses do ano, esse fluxo reduz-se consideravelmente, exigindo medidas alternativas, por parte do Poder Público e dos hoteleiros, para a atração de turistas nacionais.

O Governo do Estado, junto com a Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte - a Setur-, direcionou algumas ações durante o mês de abril do ano de 2007, a fim de amenizar os efeitos da “baixa estação” para a Rede Hoteleira e para os demais serviços ligados ao Turismo na Cidade.

Essas ações e investimentos financeiros em *marketing* tinham como objetivo a divulgação do destino Natal, junto às principais cidades brasileiras, em especial para o estado de São Paulo, considerado principal emissor de turistas para o Rio Grande do Norte (TRIBUNA DO NORTE, 2007).

Todos os espaços produzidos para a atividade turística em Natal são áreas de praias que se constituem como importantes espaços de lazer e recreação para os residentes. No entanto, o desenvolvimento da atividade turística tem prejudicado as práticas de lazer dos residentes a estes espaços, uma vez que a forte urbanização nessas áreas tem causado impactos ambientais, ocasionado pela deficiência da rede de esgoto, tanto dos empreendimentos turísticos como das residências próximas as praias. Além dos problemas ambientais, os de natureza social, também são verificados nos espaços turísticos, como a prostituição, a insegurança, entre outros.

Conforme a pesquisa realizada com os residentes, percebeu-se um índice significativo de pessoas que deixaram de freqüentar determinadas praias da Cidade, devido ao aparecimento de problemas socioambientais nessas praias, passando a eleger outras até de municípios diferentes, para o desempenho das suas práticas de lazer.

As praias do Centro e a Redinha, caracterizadas pela freqüência da população de menor poder aquisitivo, possuem um aspecto diferenciado dos demais espaços turísticos da Cidade, onde a urbanização turística é intensa. Esse aspecto diz respeito ao pouco investimento turístico na área. Com relação aos problemas socioambientais ocasionados pela intensificação do fluxo turístico em ambas as praias, somente as do Centro enfrentam esses problemas, que agora se tornam constantes devido a uma saída gradual dos segmentos

pertencentes à Classe Média. A praia da Redinha, por não ser um espaço turístico, não apresenta esse quadro de problemas socioambientais.

O espaço da Via Costeira continua sendo uma área voltada exclusivamente para os empreendimentos turísticos, tendo, ultimamente, assumido um padrão internacional. Alguns empreendimentos turísticos na área têm a faixa de praia como extensão de seus estabelecimentos. Mesmo que essa privatização ocorra de forma velada, a divisão entre o espaço público e o privado se confunde, sendo que a transitoriedade dos residentes nesse espaço é pouco expressiva.

Em Ponta Negra, a presença dos residentes ainda é marcante, representada tanto pelas classes socioeconômicas elevadas, quanto pelas populares. Embora essa praia continue a ser um local freqüentado pelos residentes, que têm o local como área de lazer e recreação, observamos que esta vem perdendo atratividade enquanto área de lazer para os moradores locais de diversas camadas sociais.

Sobre o Turismo e o Urbano em Natal, Lopes Júnior (2000, p.49) indaga que: “Em Natal, a urbanização turística não chega a moldar toda a cidade, em redefinir completamente sua vida econômica”. De certo, o Turismo não chega a moldar toda a cidade através do seu processo de urbanização turística, mas as áreas próximas aos espaços turísticos e aos seus entornos são contempladas com os benefícios dessa urbanização, através da expansão do comércio e dos serviços, como também através de obras de ampliação da infra-estrutura urbana.

Autores como Santos (2001) descrevem algumas obras em infra-estrutura que estão ligadas ao processo de urbanização turística e que vêm se intensificando na região sul da Cidade. Entre essas obras, o autor cita as que apresentam maior relevância para o Turismo e para a Cidade, destacando o Complexo Viário do 4º Centenário de Natal, na BR-101, que possibilitou uma melhor circulação do fluxo viário, tendo beneficiado a população.

Santos, por sua vez, destaca também algumas obras consideradas *de embelezamento*, tais como: o pórtico dos quatrocentos anos, na entrada da cidade, à margem da BR-101-, uma estrela cadente (cauda de cometa), simbolizando o anúncio do nascimento de Jesus Cristo e iluminando uma escultura estilizada dos três Reis Magos.

Assim, a Cidade passa por um processo de urbanização que não se volta exclusivamente para o Turismo, mas que se expressa em benefícios para uma parte dela, uma vez que moderniza algumas áreas próximas aos espaços turísticos. Furtado (2005) enfatiza que, embora essas obras incluídas no processo de urbanização turística venham a propiciar

uma maior circulação do fluxo turístico, o conjunto da Cidade também é beneficiado com essa urbanização.

Ressaltamos que a urbanização turística no litoral nordestino reproduz a lógica do modelo de urbanização brasileira, que se caracteriza por intensificar melhorias infra-estruturais em algumas áreas da cidade, segregando parte da população desses espaços.

No caso da urbanização turística verificada em Natal, as áreas beneficiadas com esse processo apresentam melhores condições em infra-estrutura e uma melhor oferta de serviços qualificados e especializados, voltados para o fluxo turístico, mas também utilizado por uma parcela da população da Cidade, mais precisamente as classes sociais mais favorecidas. Com relação aos espaços públicos localizados próximos às áreas turísticas, estas que são “visíveis ao turista são mais bem cuidados, existindo jardinamentos, calçadas e iluminação” (LIMA, 2006, p.126).

Todos esses aspectos trazem à tona a fase excludente da atividade turística praticada na Cidade, pela qual a população vem sendo excluída de seus locais de lazer. Tal aspecto segregador vem se tornando mais perverso ao incidir sobre os moradores de menor poder aquisitivo, que acabam migrando para outros locais mais acessíveis economicamente na Cidade, que, no caso, são as praias do Centro e a praia da Redinha, locais onde a especulação nos preços dos produtos e serviços não se compara aos praticados na praia de Ponta Negra.

Essa especialização de certos espaços para uma determinada clientela de freqüentadores - os turistas e a Classes Média e Alta-, tende restringir intencionalmente a presença dos moradores das camadas mais populares-, uma forma de segregação que atende à lógica de produção turística-, e que tende a direcionar e privilegiar essa forma de urbanização das áreas turísticas para o visitante e não para o residente das camadas populares.

2.2. A Produção dos Espaços Turísticos

O espaço geográfico se define por ser uma construção social, impregnado de história, valores e significados-, que vêm sendo construídos ao longo do tempo pela Sociedade. Assim, esse espaço é uma construção da Sociedade materializada nos objetos e ações nesse espaço social. Conforme Carlos (1984, p.249), ele é: “produto do trabalho social e sujeito da ação, espaço e sociedade tornam-se indissociáveis e interdependentes”.

Sendo assim, o espaço geográfico se constitui como um produto social que se encontra em constante processo de produção / (re) produção, em decorrência das ações humanas sobre

o espaço vivido, conferindo a este características próprias de cada fase de evolução da Sociedade.

Já o Turismo, como atividade econômica, tem forte ligação com o espaço, pois constitui-se em uma atividade que, para se reproduzir, necessita da incorporação de certos espaços ao seu universo de domínio e controle.

Essa incorporação é fundamental, pois o espaço é o suporte crucial para a realização da atividade. Diferentemente de outras atividades econômicas, o Turismo necessita constantemente da apropriação e produção espacial, pois essa apropriação é necessária para a diversificação do produto turístico e continuidade da atividade.

A produção dos espaços turísticos se faz na medida que o Turismo se firma como atividade de grande envergadura para uma dada localidade. Essa produção conta com a parceria de determinados agentes (Poder Público e os empresários do Setor Turístico) envolvidos no processo de produção dos espaços turísticos.

No intuito de dinamizar a economia local, o Poder Público lança as bases para a produção dos espaços turísticos, na preparação deste para a vida dos investidores. Mesmo com o discurso de gerar emprego e renda, com a criação de novos empregos, um dos principais objetivos do Governo, em muitas localidades esse modelo de produção espacial tem uma face excludente, no que tange à inserção do residente como usuário desse espaço turístico.

Aliás, a produção dos espaços turísticos segue a mesma lógica da produção urbana, apresentando espaços diferenciados segundo as classes socioeconômicas-, espaços dotados com condições infra-estruturais diferenciadas. Dessa forma, as desigualdades socioespaciais, a segregação social, os conflitos e os problemas de ordem socioambiental que afligem os centros urbanos, também são percebidos nos espaços turísticos.

Uma das principais modificações verificadas nos espaços turísticos são aquelas evidenciadas através da especulação imobiliária. Esse processo é responsável por diversas mudanças socioespaciais nas áreas turísticas, como a elevação do preço da terra, principal causadora do processo de segregação socioespacial. A esse respeito, Mendonça (2001) se reporta ao fato de que, além do Turismo dar início ao processo de especulação imobiliária, com a valorização de novas áreas para o ingresso da atividade turística, também faz com que as características ambientais de cada localidade se tornem completamente secundárias, ou seja, sem importância, no que tange a ações preservacionistas que garantam a sustentabilidade dos recursos ambientais.

Destacamos que as rápidas modificações ocorridas nos espaços turísticos evidenciam um aspecto importante quanto à sua sustentabilidade, pois, na medida que o espaço assume função turística, os problemas de ordem socioambiental, nessas áreas, passam a necessitar de um equacionamento. Sendo assim, deve haver a elaboração e execução de um planejamento urbano nas áreas turísticas que envolvam medidas de controle e de prevenção de certos problemas de ordem socioambiental, que não venham em curto prazo prejudicar o desenvolvimento da atividade nem tampouco a inviabilizar a qualidade ambiental dos espaços de lazer dos residentes.

No caso de Natal, o Turismo, como afirma Lopes Júnior (2000, p.230), “também potencializa uma situação de degradação anteriormente existente”. Essa realidade pode então ser justificada pela necessidade, por parte do Poder Público, de agilização na efetivação da atividade em seus territórios, chegando a passar por cima de questões socioambientais mal resolvidas-, fato esse observado em Fonseca (2005, p.136), quando a autora mostra que:

Os problemas ambientais emergentes com a urbanização turística e com as atividades econômicas desenvolvidas no entorno de localidades turísticas, ainda não são, de fato, alvo de preocupação da maioria dos gestores públicos e de membros da iniciativa privada [...].

Tal postura, segundo a autora, tende a comprometer o desenvolvimento satisfatório da atividade. Yázigi (2003) se reporta ao fato de que o espaço urbano deve ser visto como uma totalidade pelo Poder Público, diante do planejamento turístico. Assim, a Cidade deve ser pensada como única e não fragmentada, com intervenções urbanísticas pontuais junto aos espaços turísticos, a fim de evitar torná-la uma cidade desagradável do ponto de vista socioambiental, prejudicando a qualidade de vida de toda a população e tornando-a inviável para se praticar o Turismo.

O Turismo, ao recriar nos seus espaços formas diferenciadas de uso, ou seja, na medida que se apropria dos espaços refuncionalizando-os em nome da função turística, verifica-se uma tendência de privatização destes. Geralmente são os espaços públicos os afetados pela expansão privatista do Turismo. Silva, M.G. (2004) levanta essa questão ao se referir ao processo “segregador”-, evidenciado nos espaços turísticos. Para a autora, isso se faz através da cobrança de taxas aos moradores locais para que os eles possam frequentar tais espaços e consumir as atrações ali existentes. A consequência imediata dessa segregação é, segundo autora, a ocorrência de guetos de lazer nas cidades turísticas.

Essa segregação socioespacial evidenciada nos espaços turísticos influi diretamente nas práticas de lazer da população local. Como o Turismo é uma atividade capitalista, age de forma a se apropriar dos recursos (naturais e culturais) e dos espaços, para deles extrair, o que é observado em qualquer outra atividade capitalista, em que os espaços públicos e os elementos naturais neles contidos vêm se tornando mercadoria. Nesse contexto, Santos (2000, p.48) observa que “hoje, os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas etc.) foram impunemente privatizados”.

Em Natal, esse lado negativo conferido aos espaços turísticos, na conseqüente privatização dos espaços públicos, ocorre de forma diferenciada em certos trechos da orla. Assim, nos espaços turísticos existentes na Cidade ainda prevalece a dimensão pública, ou seja, a atividade não privatizou os espaços-, representados pelas praias urbanas. Essa privatização ocorre apenas em alguns trechos da orla, mas de forma velada, como é o caso da Via Costeira.

Em Natal, o Turismo e o seu conseqüente processo de urbanização têm provocado a especulação imobiliária nos espaços inseridos na produção turística. Ponta Negra, como principal espaço turístico, encontra-se em intenso processo de especulação imobiliária, tendo como principal fator de aquecimento desse mercado o investidor estrangeiro. Devido à valorização da área, muitos estrangeiros de várias nacionalidades estão investindo no mercado imobiliário e contribuindo para o crescimento no número de imobiliárias que se especializam na venda de imóveis para o turista estrangeiro, principalmente do padrão dos *flats*. Essa tendência do turista estrangeiro em adquirir apartamentos e *flats* para a segunda residência, de acordo com Neverovsky (2005), tem contribuído para a intensificação do processo de verticalização do bairro.

Além do bairro de Ponta Negra, as praias do Centro, precisamente no trecho que corresponde à praia de Areia Preta, tornaram-se, nos últimos anos, um local de forte especulação imobiliária, com a construção de espigões à beira-mar. Esse processo foi iniciado a partir dos anos de 1990 devido à intensificação da atividade turística na área.

Ambos os processos, que vêm ocorrendo nas duas localidades turísticas-, Areia Preta e Ponta Negra-, trazem prejuízos significativos para a população de baixa renda, os principais atingidos com o processo de verticalização. A respeito desse aspecto, Costa (2000, p.240) comenta sobre os impactos socioespaciais decorrentes do processo de verticalização, mostrando que esse processo:

Se insere em locais privilegiados da cidade e com características eminentemente seletiva, contribuindo, dessa forma, para que a população de baixa renda se coloque à margem dessa “nova” forma de morar e se obrigue a residir em áreas periféricas, distantes do seu local de trabalho e destituídas dos serviços básicos necessários, acentuando os problemas de segregação sócio-espacial da cidade, uma vez que o mercado de terra age como um elemento estruturador desse processo.

Mas não é apenas a especulação imobiliária que é causadora da exclusão do residente das áreas turísticas. A especulação nos preços dos serviços e produtos vendidos nos estabelecimentos comerciais, tais como os restaurantes, quiosques, etc., é um dos fatores que vêm se destacando entre os que mais têm contribuído para a insatisfação dos moradores locais.

Essa elevação nos preços dos produtos e serviços oferecidos nas áreas turísticas vem reforçar a lógica dessa produção, inerente à urbanização turística evidenciada principalmente em países periféricos, ou seja, são espaços que tendem a ser produzidos para o visitante em detrimento do residente. Nesse contexto, a tendência é que as camadas menos favorecidas da população transfiram suas práticas de lazer para outros locais mais acessíveis economicamente.

Esse pode ser considerado um fator seletivo junto aos espaços turísticos, na medida que a especulação toma proporções significantes, a ponto de só quem poderá vir a frequentar e consumir o espaço serão aquelas parcelas dos residentes que possuem um poder aquisitivo mais elevado. No entanto, outros fatores contribuem para que mesmo essa população econômica mais favorecida deixe de frequentar tais áreas, promovendo o agravamento da degradação ambiental das localidades turísticas.

Com o advento do Turismo, Natal experimentou um rápido processo de urbanização, no que tange ao aumento da sua população, pela vinda de novos moradores para a Cidade. Esse fluxo migratório, segundo Lima (2006), mostra que a atividade turística é um dos fatores que vem impulsionando o aumento da população de Natal, através da vinda de investidores (brasileiros e estrangeiros), tanto do Setor Hoteleiro como do Imobiliário-, fato esse já observado por Mascarenhas (2004), quando analisa que o processo de urbanização turística é um dos responsáveis pelo crescimento populacional nas áreas turísticas.

As praias de Natal, como espaços de sociabilidade dos residentes, foram progressivamente inseridas no processo de urbanização turística, apresentando assim um quadro gradual, onde, em cada fase em que o turismo se desenvolve, novos espaços são contemplados pelas Políticas Públicas de Turismo e abarcados pelos empresários turísticos.

Com o objetivo de tornar os espaços turísticos mais atrativos tanto para o visitante quanto para a população local, o Poder Público realizou algumas obras infra-estruturais nas praias urbanas, como, por exemplo, a ampliação e instalação de uma nova iluminação na orla da Cidade, contemplando desde as praias do Centro às praias de Ponta Negra e Redinha. O valor estipulado da obra foi de R\$ 267,4 mil reais. Essas obras foram realizadas em etapas durante os meses de fevereiro a abril de 2007, cujo objetivo foi tornar o visual das praias ainda mais atrativo e melhorar a segurança para as pessoas que as freqüentam, principalmente durante a noite (TRIBUNA DO NORTE, 2007).

Esse é um fato que demonstra como os espaços públicos vão ganhando novos significados, o que não elimina a possibilidade de o espaço produzido poder atender tanto o residente quanto o turista, levando aquele a conciliar suas práticas de lazer com os turistas.

Os principais espaços turísticos na Cidade que estão inseridos no processo de urbanização turística são: as praias do Centro, de forma menos intensa que os demais, como a praia de Ponta Negra e a Via Costeira-, a praia da Redinha, que não é considerada como espaço turístico, mas que poderá a desempenhar a atividade devido a diversas obras infra-estruturais, realizadas pelo Poder Público.

As Praias do Centro

Localizada na Região Administrativa Leste⁵ da cidade de Natal, as praias do Centro englobam as seguintes praias: Areia Preta, praia do Meio, Praia dos Artistas e Praia do Forte, dentre as quais, a Praia de Areia Preta e a Praia do Meio se constituem hoje como bairros residenciais. As praias do Centro, como espaços turísticos, são anteriores às duas políticas de Turismo para a Cidade-, a política de Megaprojetos e o PRODETUR/RN.

O marco inicial para a inserção dessas praias nas práticas de lazer foi a construção do Hotel Internacional Reis Magos, na década de 1960. A partir desse Projeto, as praias do Centro passaram a ser bastante freqüentadas pelos residentes da Cidade, compostos tanto por segmentos sociais da Alta Sociedade como por aqueles representados por estudantes, jornalistas, artistas, trabalhadores e profissionais liberais da Classe Média Baixa (LOPES JÚNIOR, 2000).

⁵ A Região Leste da cidade compreende os seguintes Bairros: Rocas, Ribeira, Praia do Meio, Cidade Alta, Petrópolis, Areia Preta, Mãe Luiza, Alecrim Barro Vermelho, Tirol, Lagoa Seca.

O Hotel Reis Magos foi o primeiro estabelecimento hoteleiro a ser construído na orla da Cidade. Sua construção foi responsável pelo impulsionamento da urbanização da área, através da instalação de novos empreendimentos no local, como bares, restaurantes, boates, etc. Esses empreendimentos, juntamente com as obras em infra-estrutura do local, permitiram que essas praias se tornassem a principal área de lazer e diversão para os residentes e posteriormente para os turistas. O Hotel foi intensamente freqüentado pelas classes de melhor poder aquisitivo da Sociedade, como por políticos, artistas e turistas, sendo desativado no final da década de oitenta.

A figura abaixo mostra duas imagens do Hotel Reis Magos. Na primeira vemos uma cena do seu movimento no período das décadas de 60 e 70, período este em que o estabelecimento era intensamente freqüentado pela elite local e por turistas-, na segunda, vemos o Hotel no ano de 2007, em seu estado atual, ou seja, sem uso. Antes do seu fechamento, por volta do final dos anos oitenta, o estabelecimento passou por algumas reformas em sua estrutura física.



Fonte: NEVEROVSKY -2005.

Figura 1 - Hotel Reis Magos em pleno funcionamento nos anos sessenta e setenta



Fonte: pesquisa de campo, 2007.

Figura 2 - Hotel Reis Magos desativado - 2007

As praias do Centro, que por muito tempo foram freqüentadas pelos residentes, experimentaram um processo de decadência a partir do final da década de 1990, devido à saída gradual de parte de uma parcela da população, que passou a eleger outras praias da Cidade para as suas práticas de lazer, como, por exemplo, a praia de Ponta Negra. Como mostra Lopes Júnior (2000), a urbanização do litoral sul de Natal redimensionou a dinâmica espacial da Cidade, como também as práticas de lazer dos residentes que se intensificaram para a praia de Ponta Negra, na região sul da Cidade.

Esse deslocamento da população (de melhor poder aquisitivo) em direção a outros locais de lazer trouxe profundas mudanças nas formas de uso para as praias do Centro. Essa transferência de parte da população para outros locais de lazer fez com que essas praias adquirissem um caráter mais popular, ou seja, com a saída de parte da população, o local foi sendo utilizado principalmente pela população de baixa renda, tanto da Cidade como do entorno da praia. A figura a seguir mostra um trecho das praias do Centro:



Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Figura 3 - Visão Parcial das Praias do Centro (Praia dos Artistas e Praia do Meio) - 2007

A saída de parte significativa dos residentes das praias do Centro ocorreu justamente pelas conseqüências da exploração da atividade turística, como os problemas socioambientais e a prostituição que atraía turistas nacionais e estrangeiros em busca do Turismo Sexual (LOPES JÚNIOR, 2000).

A urbanização da praia de Ponta Negra (2000) pode estar associada como um dos motivos que contribuíram para a saída de parte dos residentes das praias do Centro. Nesse período, Ponta Negra passa a diversificar e ampliar os estabelecimentos destinados à oferta de produtos e serviços impulsionados pela atividade turística. Considera-se que a soma desses fatores atraiu o residente para a realização do seu lazer no espaço de Ponta Negra, notadamente as Classes Média e Alta.

A conseqüência imediata dessa saída de alguns residentes do local foi o aparecimento dos problemas socioambientais, tais como: poluição, prostituição, violência, vandalismo, etc.

Esses problemas prejudicaram a imagem da praia, uma vez que os residentes passaram a associar as praias do Centro um local de insegurança.

Ao final da década de 1990, essas praias foram manchete no jornal “Tribuna do Norte”, de 03 de maio de 1998, devido ao seu estado de decadência e de abandono. A matéria era intitulada com a seguinte frase: “Decadência da praia do Meio afasta natalense”. As praias do Centro, que, nas décadas de 70 e 80 e meados de 90, eram bastante conhecidas pelas suas belezas naturais e pelos agitos da vida noturna, foram afetadas pela intensificação de problemas socioambientais que gradativamente contribuíram para o afastamento da população, dos comerciantes locais-, e dos turistas.

O Poder Público, na preocupação de resgatar a imagem positiva daquela área, realizou, no ano de 2001, obras infra-estruturais em toda a sua orla, no intuito de revitalizá-la e torná-la novamente atrativa para as práticas de lazer dos residentes e para o Turismo.

As obras de reurbanização da praia se constituíram da ampliação do calçadão da Avenida “Presidente Café Filho” (FIGURA 4), da reestruturação do Sistema Viário, da abertura de um acesso mais fácil às praias, como também da implantação de um Complexo Esportivo e de Lazer na área, com a instalação de equipamentos, e da modernização da orla para a instalação de quiosques (FIGURA 5, p.51), além das obras de paisagismo (PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL, 2005), conforme figuras abaixo:



Fonte: SETUR-RN. Disponível em: <<http://www.setur.rn.gov.br/index1.html>>

Figura 4 - Reurbanização do Calçadão nas Praias do Centro - 2001



Fonte: PREFEITURA DO NATAL, 2005.

Figura 5 - Quiosque instalado na Praia do Meio após a Reurbanização - 2001

O objetivo principal dessa obra de reurbanização foi estimular a vinda dos residentes que haviam deixado de freqüentar a praia, como também estimular a intensificação do fluxo turístico para o local. Porém-, essa investida não surtiu o efeito desejado, nem da parte do Poder Público e dos empresários locais, que também seriam beneficiados com a intensificação da atividade turística para a área. Apesar dos investimentos efetuados, observamos que a área apresenta dificuldades em se recolocar como área turística importante.

Atualmente, as praias do Centro ainda se apresentam com pouca atratividade para o conjunto dos residentes, conforme pesquisa de campo junto aos moradores da Cidade, quando foi feita uma comparação das praias que eles freqüentavam antes (anterior ao ano 2000) e após a intensificação da atividade turística (a partir do ano 2000). O resultado foi o seguinte: 60,3% freqüentavam as praias do Centro enquanto espaço de lazer, no período anterior à intensificação do Turismo, contra 25% nos dias atuais.

Mesmo com a presença dos serviços destinados ao Turismo, as praias dessa área não se constituem como um local de intensa atividade turística, como ocorre com a praia de Ponta Negra.

As iniciativas para revitalizar a área continuam, porém a ser implementadas pelo Poder Público, que investiu, no ano de 2007, recursos públicos em obras de ampliação e melhoria da iluminação da orla referida. Entretanto, as praias ainda convivem com problemas socioambientais, pois as obras de urbanização não tiveram o cordão de erradicá-los, o que contribuíram para desagradar os residentes que ainda as freqüentam.

A Via Costeira

A construção da Via Costeira, enquanto espaço turístico, marca a entrada de Natal no processo de urbanização turística. Esse espaço turístico consolidou a entrada de Natal no mercado turístico nacional, uma vez que a Cidade não contava com equipamentos de hospedagem de grande porte.

A Via Costeira se constitui uma via de acesso com aproximadamente 12 km de extensão, interligando as praias da Região Leste às da Região Sul. Idealizada dentro da política regional de megaprojetos, turísticos no final da década de 1970, o megaempreendimento denominado “Parque das Dunas /Via Costeira” - PD/VC-, possibilitou a consolidação do Turismo na cidade de Natal, inserindo-a entre os principais destinos regionais e nacionais do País.

Assim, o Projeto “Parque das Dunas / Via Costeira” possibilitou a construção de um complexo turístico na Cidade, concentrando hotéis de grande porte que até então inexistiam. Antes desse Projeto, Natal não possuía uma boa infra-estrutura hoteleira para atender ao fluxo turístico que se deslocava para a Cidade.

O referido Projeto segue o modelo urbanístico dos Complexos Turísticos, sendo que “uma das características desses empreendimentos está ligado com a sua localização, pois a mesma é um fator estratégico e está vinculada à exploração de paisagens de ecossistemas naturais” (SILVA, M.G.,2004, p.84).

O Megaempreendimento do Parque das Dunas / Via Costeira foi construído numa área dunar que cerca a Cidade na parte leste, sendo localizado dentro de uma Zona de Proteção Ambiental - ZPA⁶ .

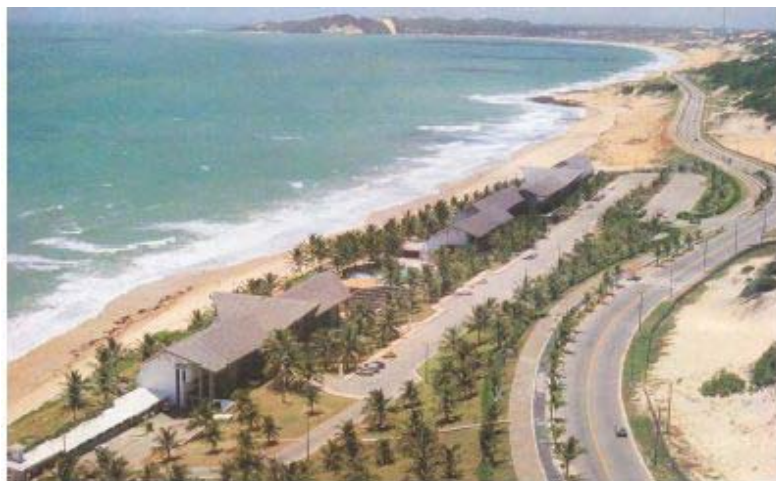
A sua localização foi alvo de críticas por parte dos ambientalistas, que não a aceitavam, pois este fora construído sobre um ecossistema dunar e se constituía numa área de preservação ambiental.

Essa intervenção espacial do Poder Público para a realização de obras turísticas revela uma visão voltada para o lado econômico, em detrimento das questões socioambientais. A implementação do Projeto PD/VC repercutiu em um custo ambiental caro para a Cidade, uma vez que desestabilizou o ecossistema dunar naquela área.

⁶- A ZPA - 02 – abrange o Parque Estadual Dunas de Natal e área de Tabuleiro Litorâneo adjacente ao Parque (Avenida “Engenheiro. Roberto Freire”).

Para a construção do Projeto “Parque das Dunas/ Via Costeira”, houve concessão, por parte do Governo do Estado, de benefícios em incentivos fiscais, para os empresários locais construírem na área seus empreendimentos hoteleiros.

Inicialmente, os primeiros investidores na área da Via Costeira eram constituídos por empresários locais. No entanto, a partir do ano 2000, a área passou a ser alvo das investidas do capital internacional, com o início da construção de empreendimentos de várias nacionalidades. A figura abaixo ilustra alguns hotéis ao longo da Via:



Fonte: NEVEROVSKY, 2005.

Figura 6 - Visão Parcial da Via Costeira

Por conseguinte, a Via Costeira se consolida como um pólo turístico, consolidando também o caráter internacional dos empreendimentos. A área possui cerca de dez hotéis que atingem um padrão de quatro a cinco estrelas, sendo que alguns já apresentam características de *resorts*. Alguns desses empreendimentos foram comprados por grupos internacionais, como, por exemplo, o do grupo espanhol *Serhs*, o português *Pestana*, o americano *Blue Tree Park Natal Pirâmide Resort & Convention* e outro, ainda em construção, pertencente a uma operadora turística brasileira, o Hotel “Natal Praia *Resort*”, do Grupo BRA /PNX.

Para aprimorar a atividade turística na Cidade, os empresários da Via Costeira se reuniram e formaram o “Pólo Turístico da Via Costeira”. Esse Pólo é composto de uma associação de empresários brasileiros e estrangeiros-, uma espécie de cooperativa de hotéis-, com o objetivo de organizar um trabalho em conjunto para divulgar, no Brasil e no Exterior, o Turismo do Rio Grande do Norte, como também reivindicar melhorias junto ao Poder Público, com serviços em infra-estrutura e manutenção para a área.

A Via Costeira, enquanto espaço de lazer, não se constitui como espaço com forte presença do residente. Embora a sua faixa de praia seja uma área pública, alguns trechos próximos aos hotéis, veladamente, inibem a circulação dos residentes.

Dessa forma, os números confirmam essa realidade, demonstrando que a Via Costeira, antes da intensificação do Turismo, apresentava uma média de 6% de freqüentação dos residentes, em comparação aos dias de hoje, com seus 4,3% de um universo de pessoas entrevistadas.

Além da orla na Via Costeira não ser habitualmente freqüentada pela população local, os empresários turísticos, de certa forma inibem a presença dos residentes, na medida que iniciaram a construção de uma cerca margeando o entorno de alguns dos hotéis-, e, conseqüentemente, limitando o acesso da praia pela Via. Ações como estas tendem a tornar cada vez mais essa área como um espaço turístico sem a presença do residente.

Ponta Negra

Localizada na Região Administrativa Sul⁷ da Cidade, o bairro de Ponta Negra se constituiu inicialmente como uma vila de pescadores, assim como a maioria das localidades turísticas litorâneas. As primeiras intervenções urbanísticas na área surgem impulsionadas pela Classe Média que, ao eleger Ponta Negra como um local de veraneio, impulsionou a construção de uma infra-estrutura para o local. Mas é a partir dos anos de 1970 que Ponta Negra se torna um bairro residencial, destinado a uma população pertencente à Classe Média.

O Turismo em Ponta Negra ganha um impulso a partir de meados dos anos de 1990, através da política do PRODETUR/RN I-, a qual possibilitou a melhoria e ampliação da infra-estrutura do bairro e consolidação do local enquanto importante espaço turístico.

As obras implementadas por essa política foram responsáveis pela atração dos investidores turísticos privados para Ponta Negra. Assim, aos poucos a atividade turística ia se fortalecendo no local, que, diferentemente do padrão dos empreendimentos existentes na Via Costeira, pautou os seus empreendimentos turísticos como sendo de médio e pequeno porte (NEVEROVSKY, 2005).

A intensificação da atividade turística na referida área proporcionou uma gradual refuncionalização do bairro em área turística, de modo a que Ponta Negra passa a ir perdendo

⁷ A Região Sul da cidade compreende os seguintes Bairros: Ponta Negra, Lagoa nova, Capim Macio, Candelária, Nova Descoberta, Neopólis, Pitimbu.

o seu caráter de local de veraneio para se constituir como área turística. Conforme relata Lopes Júnior (2000, p.53), “As antigas casas de veraneio da elite local, distribuídas próximas ao mar, seguindo a praia, foram cedendo lugar para os hotéis, bares, boates, pousadas”.

Essa valorização de Ponta Negra fez com que se intensificasse a procura do local por investidores estrangeiros. Tal procura, aos poucos, vem direcionando a produção imobiliária da área para uma nova clientela, formada pelos turistas estrangeiros. Essa intensificação do Turismo nessa área foi decorrente da política do PRODETUR/RN, que possibilitou a formação de um novo espaço turístico na Cidade.

Tal como ocorreu anteriormente com as praias do Centro, a partir do ano 2000, o espaço de Ponta Negra transformou-se no *point* de Natal. Nessa área, a vida noturna é bastante agitada, devido às várias casas de *shows* que o local abriga, como também a maioria dos serviços destinados aos turistas, desde serviços de entretenimento como de hospedagem.

A praia de Ponta Negra é então considerada-, o principal espaço turístico, sendo freqüentada, enquanto local de lazer e diversão, tanto por residentes como por turistas advindos de várias partes do Brasil e do Mundo.

No ano 2000, foi executado o Projeto “Orla de Ponta Negra”, responsável pela construção de um calçadão na orla marítima, com três quilômetros de extensão e, em substituição às antigas barracas da praia, quiosques de fibra de vidro (SEMURB, 2006).

Essa Praia, após as obras de urbanização iniciadas no final dos anos 90, começou a se turistificar e a receber turistas estrangeiros. A partir de então, Ponta Negra passa a ser destaque nos principais jornais da Cidade, devido às transformações socioespaciais que a praia vem experimentando após a efetivação da atividade turística no local. Com a intensificação dos serviços na área, a especulação imobiliária-, e os problemas de natureza socioambiental (criminalidade, prostituição, poluição, ambulantes, etc.) começam a se intensificar e a desagradar o residente.

No ano de 2001, as transformações socioespaciais da praia de Ponta Negra, ocasionadas pelas obras de urbanização, são matéria principal de um dos jornais da Cidade, o “Diário de Natal”. O tema da reportagem trazia a seguinte frase: “Ponta Negra: praia nova, caras novas, tudo mudado”, mostrando que, a partir dos investimentos do Prodetur/RN revertidos em obras infra-estruturais, a praia começava a receber um número significativo de turistas, com o crescimento de turistas estrangeiros.

A partir daí, Ponta Negra se torna centro das atenções, notadamente pela incidência de problemas de ordem socioambiental, ao mesmo tempo que o fluxo de turistas estrangeiros passa a se intensificar na área. Crimes como furtos aos turistas, a presença de ambulantes ao

longo da orla, como no calçadão, a presença de prostitutas nas barracas na praia, assediando os turistas, esgotos a céu aberto, inflação nos preços dos produtos e dos serviços oferecidos na praia, entre outros, são problemas que vêm se tornando uma constante na rotina da praia mais badalada e principal espaço turístico da Cidade.

Como espaço turístico, Ponta Negra também vem sofrendo as conseqüências da incidência dos problemas socioambientais, entre eles, a poluição, causada pela deficiência na infra-estrutura local, que não suporta a intensa urbanização das áreas próximas à orla, conforme pode ser observado na figura a seguir:



Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Figura 7 - Esgoto na Orla de Ponta Negra – 2007

A presença de esgotos na praia são exemplos da deficiência do saneamento da área. Somado a isso, os próprios moradores locais, em conjunto com alguns estabelecimentos turísticos da área, têm contribuído para o agravamento da poluição da praia, ao ligarem seus esgotos domésticos, através de ligações clandestinas, à rede esgoto pluvial, resultando no despejo das águas servidas diretamente na praia.

Além dos problemas socioambientais existentes na área, a intensificação do fluxo turístico internacional e, com ele, a vinda de turistas à procura do Turismo Sexual, e de

demais turistas atraídos pela beleza da Cidade, proporcionou o agravamento de outros problemas sociais, tais como: a prostituição, o tráfico de drogas, a violência. A conjunção desses fatores vem aos poucos provocando o descontentamento dos residentes para com esse espaço de lazer, culminando, muitas vezes, com a saída destes.

Diante desse quadro problemático que a praia de Ponta Negra vem apresentando, verifica-se uma variação relacionada ao uso desse espaço, enquanto área de lazer, pois observa uma diminuição da frequência dessas áreas pelos residentes. Conforme dados obtidos na pesquisa, antes da intensificação do Turismo, 37,1% dos residentes freqüentavam essa praia para a prática do lazer e atualmente esse percentual caiu para 22,4%. Um dado pequeno, porém preocupante, pois, se essa proporção se acentuar, esse espaço poderá experimentar o mesmo fim observado nas praias do Centro.

A Praia da Redinha

Localizada na Região Administrativa Norte⁸ de Natal, a praia da Redinha inicialmente foi constituída como vila de pescadores e, por muito tempo, passou a ser freqüentada por veranistas de outras regiões da Cidade pertencentes à Classe Média-, firmando-se assim, por muitos anos, como um dos locais mais tradicionais de veraneio da Cidade. A vila de pescadores, tal qual Ponta Negra foi transformada em bairro, com o processo de urbanização turística impulsionado pela classe, acima referida, através da construção de segundas residências.

A Redinha não se constitui ainda como um espaço propriamente turístico, não apresentando, assim, o processo de urbanização turística, apesar de se observarem obras infra-estruturais (urbanização da praia e a conclusão da ponte Forte-Redinha), que visa à preparação da área para uma possível intensificação do fluxo turístico para o local. A praia da Redinha é um local de lazer que ainda se mantém com forte caráter popular, sendo freqüentada pelos residentes, em sua maioria originários dos bairros da região norte da Cidade.

Esse caráter popular da praia da Redinha é corroborado por dados coletados junto aos moradores da Cidade. Desses dados, percentual de residentes que freqüentavam a praia antes da intensificação da atividade turística na cidade era de 26,7% e atualmente sobe para 39,7%,

⁸ A Região Norte de Natal abrange os seguintes Bairros: Lagoa Azul, Pajuçara, Potengi, Nossa Senhora da Apresentação, Redinha, Igapó e Salinas.

confirmando o caráter popular da praia, que prevalece devido à área não se constituir como um espaço propriamente turístico.

A praia da Redinha também passou por obras de reurbanização, no intuito de dotá-la de condições infra-estruturais para melhor recepcionar os residentes que ali freqüentam. Como aponta o Prefeito da Cidade⁹, em matéria veiculada no *site* do Governo¹⁰, a Redinha, até o ano de 2003, era a única praia urbana de Natal que faltava ser urbanizada, como ocorreu com as praias do Forte, do Meio, dos Artistas e com Areia Preta e Ponta Negra. Efetivado esse processo, a Redinha passa a ser inserida, mesmo que de forma discreta, na produção turística. Abaixo segue a figura referente à instalação de quiosques na citada praia.



Fonte: SEBRAE/RN, 2007.

Figura 8 - Equipamentos Instalados após a Reurbanização da Praia da Redinha - 2003

Atualmente, o Poder Público vem apostando suas expectativas quanto à intensificação do fluxo de turistas na área devido à conclusão da ponte sobre o rio Potengi, denominada popularmente de: “Forte-Redinha¹¹”, obra de grande envergadura para a Cidade, cuja inauguração foi realizada no dia 21 de novembro do ano de 2007. Tal empreendimento tem o intuito de intensificar a atividade turística para as praias do litoral norte em relação a Natal, e

⁹ Até o término do trabalho, o Prefeito da Cidade era Carlos Eduardo Alves, cujo mandato vai até o ano de 2008.

¹⁰ Portal eletrônico do Governo do Estado. Disponível em: <<http://www.rn.gov.br>> acesso em 26/08/2003.

¹¹ Oficialmente denominada de: “Ponte de Todos” - Newton Navarro.

provavelmente a praia da Redinha também será beneficiada com a intensificação do fluxo turístico.

2.3. Os Problemas Socioambientais

O surgimento dos problemas socioambientais decorre, na maioria das vezes, do crescimento desordenado das cidades, o qual, por sua vez, incide negativamente sobre o meio ambiente, comprometendo a qualidade de vida da população nas áreas urbanas. Sobre esse aspecto de degradação ambiental, Souza (2000, p.113)-, afirma que esta tanto pode ser:

Entendida como o solapamento da qualidade de vida de uma coletividade na esteira dos impactos negativos exercidos sobre o ambiente – que tanto pode ser “ambiente natural” ou recursos naturais quanto o ambiente construído, com seu patrimônio histórico - arquitetônico, seu valor simbólico-afetivo etc.

No entanto, algumas destinações turísticas são acometidas pela incidência desse tipo de problemas, muitas vezes associados ao desenvolvimento do Turismo.

Como toda atividade econômica, o Turismo também é passível de gerar efeitos negativos sobre o meio ambiente. Pela natureza da atividade, ou seja, a partir do momento em que esta se inicia, o ambiente é “inevitavelmente modificado, seja para facilitar o turismo ou durante o processo turístico” (OMT, 2003, p.184), havendo, portanto, uma transformação tanto no ambiente natural quanto no construído.

Nem sempre, porém as intervenções do Turismo podem ser consideradas as únicas a incidirem negativamente sobre o meio ambiente. Nesse contexto, Ruschmann (1999, p.56) questiona que:

Qualquer mutação econômica ou social, independentemente de sua origem, pode provocar modificações na relação do homem com seu espaço. Portanto, o turismo não pode ser responsabilizado por todos os efeitos negativos e agressões à natureza.

A referida autora finaliza mostrando que o Turismo não é o único fator responsável pela degradação ambiental, pois o que vai levá-lo a tal estágio irá decorrer da forma como a atividade é planejada e gerida pelo Poder Público e Privado, conforme aponta a OMT (2003, p. 184):

Não é possível desenvolver turismo sem que ocorram impactos ambientais, mas é possível, como planejamento correto, gerenciar o desenvolvimento turístico como objetivo de minimizar os impactos negativos ao mesmo tempo em que se estimulam os impactos positivos.

Dos impactos ambientais positivos, têm-se alguns, entre eles: a criação de planos e programas de conservação e preservação de áreas naturais, de sítios arqueológicos e, ainda, de monumentos históricos (RUSCHMANN, 1999, p.59), a preservação e a restauração de monumentos antigos, locais e prédios históricos; a criação de parques nacionais, a proteção de recifes e praias e a manutenção de florestas; (COOPER *et al.*, 2001, p.184-185).

Dentre os impactos negativos ocasionados / associados ao desenvolvimento do Turismo, podemos ressaltar a poluição dos ambientes provocada pela intensificação dos empreendimentos turísticos na orla, os quais, por sua vez, descarregam águas servidas diretamente nas praias devido à deficiência no saneamento dessas áreas, contribuindo para que os esgotos prejudiquem a balneabilidade¹² destas.

Outros impactos são evidenciados nos espaços turísticos, como, por exemplo, a destruição da paisagem, causada pela construção de empreendimentos em áreas de proteção ambiental; congestionamentos nas áreas turísticas e em seu entorno, devido ao aumento do fluxo turístico que, pressionando a infra-estrutura local, se reverte em danos ao meio ambiente, “além de agredir a qualidade de vida dos moradores locais e a experiência vivida pelos visitantes” (RUSCHMANN, 1999, p.60); aumento de criminalidade; prostituição-, e comércio informal, dentre outros.

Para monitorar a qualidade das praias de Natal, com relação aos índices de balneabilidade, foi criado um projeto denominado de Programa Estadual “Água Viva”, que vem sendo realizado desde o ano de 2001, com a parceria dos órgãos estaduais e instituições de ensino, respectivamente pelo IDEMA (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte), FUNCERN (Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte) e CEFET-RN (Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte).

O Projeto visa à medição, em pontos espalhados pela orla urbana, dos níveis de poluição, indicando aos banhistas os pontos em condições próprias ao banho. Para tal, as

¹² Balneabilidade é a qualidade das águas destinadas à recreação de contato primário, sendo este entendido como um contato direto e prolongado com a água (natação, mergulho, esqui-aquático, etc), em que a possibilidade de se ingerir quantidades significativas de água é também expressiva. O estudo da balneabilidade de uma praia compreende a medida das condições sanitárias, objetivando a sua classificação em PRÓPRIA e IMPRÓPRIA para o banho, em conformidade com as especificações da Resolução CONAMA nº. 274/2000. Disponível em: <<http://www.cefetrn.br/programaaguaaviva/programa.php>> Acesso em 01/05/2007.

praias são classificadas em *próprias* ou *impróprias* para banho, segundo critérios estabelecidos na Resolução CONAMA, nº 274/2000 (CEFET/RN).

O referido Programa estabeleceu alguns pontos da Cidade para o monitoramento da qualidade das praias, os quais consistem em: a praia de Ponta Negra, a praia de Mãe Luíza, a praia de Miami, onde fica o “Relógio do Sol”, e a Redinha, na parte do Rio Potengi, em frente ao Mercado. (OSÉAS, 2007).

Diante do intenso processo de urbanização turística e, com ele, a crescente instalação dos empreendimentos turísticos nas áreas litorâneas, alguns trechos das praias em Natal vêm apresentando índices de contaminação significantes. Essa constante poluição tem levado algumas praias a receberem a classificação de *impróprias* para o uso de seus frequentadores.

Dentre as que geralmente recebem a denominação de *impróprias*, tem-se: a praia de Areia Preta, localizada na região oeste de Cidade e pertencente às praias do Centro. Essa praia compõe uma área que apresenta forte pressão imobiliária e que vem sofrendo os efeitos da poluição causada pela deficiência na rede de saneamento básico local.

Sobre os problemas ambientais ocasionados pela poluição das praias, devemos ter de antemão o conhecimento mais detalhado da realidade local, pois, em algumas situações, os próprios moradores das áreas turísticas contribuem para a sua degradação ambiental, através de práticas indevidas, com ligações clandestinas feitas à rede de esgoto pluvial do local. Essas ações fazem com que os esgotos domésticos, tanto das residências quanto dos estabelecimentos turísticos, sejam despejados diretamente nas praias.

No processo de turistificação dos espaços turísticos, o papel do Poder Público e da Iniciativa Privada é decisivo para a produção dos espaços turísticos, uma vez que, juntos, têm um peso significativo para o desenvolvimento da atividade.

Diante desse processo de produção espacial para fins turísticos, os agentes produtores do espaço turístico têm sua responsabilidade no que concerne à preservação do meio ambiente. Para os gestores e planejadores da atividade, tanto da esfera pública como da privada, ambos vão desempenhar papéis significativos no processo de planejamento do Turismo.

Ruschmann e Widmer (2004, p.68)-, enumeram as competências e atribuições dadas aos órgãos públicos e à Iniciativa Privada dentro do planejamento do Turismo, expondo algumas competências para ambos. Segundo as autoras, cabe ao Estado:

- Estabelecer diretrizes e políticas para o desenvolvimento do Setor;
- Estabelecer normas e regulamentos de preservação ambiental, bem como para a abertura e funcionamento de equipamentos e serviços turísticos;

- Criar mecanismos de fiscalização e controle;
- Promover o desenvolvimento da infra-estrutura básica (vias de acesso, saúde, saneamento, etc.);
- Promover o desenvolvimento turístico nos níveis nacional, estadual e municipal;
- Criar condições para a captação de recursos, promover facilidades na obtenção de créditos e financiamentos e estimular o desenvolvimento da atividade na esfera privada;
- Realizar pesquisas e estatísticas sobre o Turismo, bem como promover e incentivar o desenvolvimento destas em esferas não-governamentais;
- Incentivar a capacitação profissional, etc.

Quanto à Iniciativa Privada, cabe a esta:

- Observar leis e regulamentos, bem como mecanismos de fiscalização e controle;
- Atuar no desenvolvimento da infra-estrutura turística;
- Planejar cuidadosamente o funcionamento de suas atividades e equipamentos para atender com qualidade às necessidades e desejos do turista;
- Utilizar-se de mão-de-obra capacitada;
- Desenvolver associações, com vistas à troca de experiências e informações bem como para melhor articulação na criação e defesa de interesses perante empresários e/ou Governo;
- Manter-se atualizado quanto às tendências do Turismo;
- Elaborar pesquisas com clientes, acompanhando a funcionalidade e a qualidade de seu estabelecimento, etc.

Ações articuladas entre a Iniciativa Privada e o Poder Público podem vir a estimular a elaboração de medidas capazes de gerar resultados, no que se refere à estruturação de projetos de preservação ambiental nas áreas turísticas. Além dessas iniciativas, deve haver a abertura para que segmentos da Sociedade possam fazer parte das decisões junto ao planejamento turístico, a fim de evitar os efeitos negativos sobre o meio socioambiental.

Outros problemas socioambientais estão associados à intensificação do Turismo, como o sexo e também o crime, sendo estes responsáveis pela proliferação da incidência da prostituição e da violência nas áreas turísticas.

Muitos destinos turísticos são prejudicados pela incidência da prostituição impulsionada, por alguns visitantes-, que procuram esse tipo de serviço. Essa prática não é nova e, de acordo com COOPER *et al.* (2001, p.209-210), a viagem de turistas para “desfrutar de encontros amorosos, já era rotina entre os primeiros turistas europeus”.

A presença desse *tipo de turista* pode ser prejudicial para a sustentabilidade dos destinos turísticos, uma vez que gera um sentimento, os moradores locais, de rejeição para com o visitante, que desrespeita os princípios morais da localidade. Nas entrevistas junto aos residentes, uma pequena parcela representada por 0,9% demonstrou incômodos com o assédio de determinados turista para com as mulheres nas praias da Cidade.

Tal situação se reverte em um impacto sociocultural relevante que deve ser combatido através de políticas governamentais, no intuito de salvaguardar o bem-estar da população, que se torna vítima desse tipo de turista, resultando no afastamento da população das áreas turísticas.

Um ponto deve ser destacado em se tratando da realidade brasileira, pois o Turismo praticado no País, como também em Natal, foi por alguns anos calcado nas belezas das mulheres brasileiras. Esse fato fez com que a imagem do País fosse vinculada à sexualidade do povo, instigando o imaginário de um país sensual, propício a encontros amorosos entre o turista estrangeiro com mulheres brasileiras.

Essa imagem da mulher brasileira sensual foi substituída pela vinculação das belezas naturais das praias, com o sol e mar, embora esse imaginário calcado na beleza da mulher, ainda continue fazendo parte das motivações de alguns turistas que desembarcam na Cidade e no País.

Nas praias de Natal-, e principalmente na praia de Ponta Negra, esse tipo de turista era uma constante, desagradando os seus freqüentadores. Diante dessa realidade, o Poder Público promoveu algumas ações para o combate do sexo-turismo, as quais se reverteram em medidas pontuais que levaram à instalação de câmeras ao longo da praia de Ponta Negra.

Além dessas medidas, outras se somam no combate à exploração sexual, fazendo o Poder Público recorrer a outras formas de atuação, com base em medidas preventivas, dentre as quais, têm-se campanhas publicitárias dirigidas aos turistas estrangeiros, feitas diretamente no seu desembarque, bem como a fixação de cartazes ao longo dos pontos turísticos da Cidade, distribuição de panfletos, fixação de *outdoors*, vinculação de filmes publicitários junto às principais emissoras de TV da Cidade, *outdoors* com abrangência em todo o Estado, com mensagens que alertam aos turistas estrangeiros as punições ao crime (TRIBUNA DO NORTE, 2006).

Essas ações lograram resultado nos trechos contemplados com o Projeto, mas não foram suficientes para acabar com os problemas sociais relacionados à prostituição, à violência e ao tráfico de drogas, entre outros verificados na praia de Ponta Negra. O que se ocorreu na prática foi a transferência desses problemas para outros pontos turísticos do bairro, além da área de praia.

Detalhando melhor a ocorrência dos principais problemas sociais mais comuns em áreas com intensa presença de turistas estrangeiros, como exemplo-, o crime praticado contra os turistas.

Mesmo sendo difícil de identificar o vínculo entre Turismo e a criminalidade (COOPER *et al*, 2001), na maioria dos casos, as áreas turísticas são invadidas pela intensificação desta última, que atinge não apenas os turistas mas também os frequentadores das praias, além dos moradores locais.

O aumento do fluxo turístico, principalmente o fluxo de estrangeiros, se torna um fator de atratividade para a ocorrência de certos tipos de crimes, associados com outras atividades ilegais como: o tráfico de drogas, roubos e violência (COOPER *et al*, 2001), uma vez que os turistas estrangeiros despertam um imaginário de serem pessoas bem afortunadas e possuem bastante dinheiro.

Ainda sobre a questão da violência nas áreas turísticas, 14,7% dos residentes entrevistados disseram que esse é um dos motivos que os tem levado a se ausentarem das praias na Cidade.

Medidas de prevenção para os espaços turísticos visam a impedir que estes se tornem (in) sustentáveis, tanto para a população quanto para a atividade turística. Exemplos locais nordestinos mostram que, se o Turismo não for bem dirigido, todos os pontos turísticos existentes na Cidade podem ser contaminados pela incidência de problemas socioambientais, como demonstra Coriolano (2001, p.95), ao referir-se ao caso do Ceará:

Pode-se comprovar que o turismo, se mal implementado, causa degradações e destruições irreversíveis. A descaracterização ambiental, a degeneração das culturas locais, a prostituição, o uso de drogas são fatos encontrados em todos os pólos turísticos do Ceará.

Os pontos turísticos em Natal convivem com os problemas de ordem socioambiental demonstrando uma contradição, pois, quanto mais a atividade se intensifica, mais esse tipo de problema aparece. Essa realidade vem descontentando tanto os residentes quanto os turistas que frequentam a cidade.

Pesquisa feita pelo Sebrae/RN¹³, no ano de 2006, no intuito de traçar o perfil dos turistas estrangeiros que visitam a cidade de Natal, bem como os principais motivos que os levam a optarem por Natal como destino turístico, revelou alguns pontos que merecem ser bem discutidos.

Nessa pesquisa, perguntou-se aos turistas quais os motivos que os levaram a visitar a cidade de Natal, como também a ela retornarem. Os principais motivos citados pelos turistas foram: a hospitalidade do povo, a beleza das praias e o clima da Cidade. Esses fatores são, segundo a pesquisa, os mais significantes tanto para a vinda dos turistas quanto para o seu retorno à Cidade.

Sobre o aspecto levantado pelos turistas estrangeiros, a respeito da hospitalidade do povo, estudos feitos pela Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte – Setur, no período de 2001/2006¹⁴, com o objetivo de avaliar o nível de satisfação do turista estrangeiro perante os atrativos da Cidade, mostram que o quesito “hospitalidade do povo” recebeu a classificação de *ótimo* pelos entrevistados. Sendo assim, a pesquisa realizada pelo SEBRAE/RN reafirma que a posição de destaque para a hospitalidade do povo se reverte como um dos principais fatores motivadores do fluxo turístico internacional.

Apesar desse aspecto positivo, os resultados revelaram, porém, alguns itens que vêm desagradando os turistas estrangeiros, dentre os quais, têm-se os de ordem socioambiental, como: a poluição das praias, a prostituição e a insegurança.

O fato relevante nessa pesquisa é demonstrado pela insatisfação dos turistas para com o que vem ocorrendo nos espaços turísticos da Cidade, com os problemas dessa ordem.

Esses dados devem ser inseridos no rol de ações, por parte dos órgãos públicos, a fim de evitar que as áreas turísticas na Cidade venham a se tornar impróprias tanto para o residente quanto para a atividade turística.

Sobre a atuação do Poder Público diante do planejamento turístico, percebemos que esta vem sendo incipiente, no que concerne à preservação dos espaços urbanos diante de uma gestão integrada com os demais espaços fora das áreas turísticas. Uma cidade que se desponta como turística-, deve ter seu planejamento focalizado em ações voltadas para contemplar a cidade em sua totalidade.

¹³ Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte – SEBRAE/RN.

¹⁴ Indicadores básicos do Turismo 2001/2006. Governo do Estado do Rio Grande do Norte - Secretaria de Turismo – SETUR, 2007.

A população local já enfrenta o descontentamento para com os espaços turísticos, devido a fatores negativos que vêm repercutindo na opinião dos residentes. Dentre esses fatores, o que mais se destacou foi a incidência dos problemas de ordem socioambiental, apontados por 13,8% dos entrevistados.

O fato é que a realidade dos espaços turísticos traz alguns questionamentos que merecem um maior destaque, dada é a sua importância para o planejamento do Turismo na Cidade. Nesse contexto, o aparecimento e agravamentos dos problemas socioambientais têm se mostrado indesejáveis tanto para o visitante quanto para o residente.

O turista é um agente que confere sentido aos espaços turísticos, pois sem ele não há turismo. Entretanto-, ele é caracterizado pela transitoriedade, ou seja, é um agente que não fixa estadia e não desenvolve laços de afinidade com o local visitado e a sua relação com o espaço é passageira, ou seja, fugaz. Na visão de Cruz (2002), caso o turista não se sinta satisfeito com as condições socioambientais dos espaços freqüentados por eles, a sua posição é de ir embora e, numa atitude mais radical, nunca mais voltar a esse destino turístico.

No entanto, o mesmo não ocorre com o residente, que vive o seu cotidiano nessas localidades e sofre os efeitos indesejáveis da atividade. Diante disso, na produção do espaço turístico, o residente também deve ser ouvido e considerado, pois se trata do espaço onde ele reside.

O capítulo objetivou analisar a evolução socioespacial da atividade turística pelos espaços de lazer dos residentes, correlacionando a freqüentação da população à sustentabilidade desses espaços, mostrando que o processo de turistificação tem contribuído para a emergência / intensificação dos problemas de natureza socioambiental, a partir do momento em que os espaços turísticos passam a receber o turista estrangeiro.

3 O RESIDENTE E A URBANIZAÇÃO TURÍSTICA EM NATAL

Busca-se neste capítulo analisar e responder a questionamentos que recaem sobre como o residente se insere na produção dos espaços turísticos, destacando aqui a sua atuação enquanto agentes produtores desses mesmos espaços.

O espaço geográfico é considerado o palco das relações sociais, na medida que ele é o suporte físico das ações humanas, traduzindo-se no uso que essas pessoas fazem dele, de forma ativa, na condição de agentes produtores. Assim ele é “objeto de consumo, um instrumento político, e um elemento na luta de classes” (GOTTDIENER, 1997, p.127).

Nessa perspectiva, exposta pelo autor, que se remete ao pensamento de Lefebvre, a produção do espaço se constitui um produto social, fruto dessas diversas ações que se realizam no plano do cotidiano das pessoas. Entretanto, o espaço não é apenas produto, ele é também condição de reprodução social, de modo que os condicionantes são recíprocos.

Sendo assim, a Sociedade tanto atribui significado ao espaço, como se torna sujeito dessa produção, não apenas como consumidor, ou reproduzidor das relações sociais dentro do processo produtivo, mas como usuário e freqüentador desse espaço onde a vida humana se faz. Santos (1999, p.83)-, enfatiza a dinamicidade do espaço geográfico, observando que o mesmo se constitui “um sistema de valores, que se transforma permanentemente”. Ele acrescenta que o espaço é a sociedade (SANTOS, 1999, p.84).

Neste contexto, a Sociedade passa a ser um agente fundamental na produção e (re) produção do espaço social, na medida em que atua fazendo valer seus direitos cidadãos, exigindo a demanda pelos serviços de assistência junto ao Poder Público, como também se manifestando em defesa de seus direitos básicos, como aqueles ligados à reprodução da vida-, e, com ela, o lazer. São essas múltiplas ações, dentre outras, que fazem do homem um agente produtor do espaço.

Sendo assim, nesta parte do trabalho, será enfatizado o papel do residente na produção do espaço turístico natalense, considerando-o enquanto um elemento de fundamental importância para a sustentabilidade das áreas *turísticas*. Partimos do pressuposto de que os espaços turísticos-, e, com eles, o Turismo-, não se sustentam sem a presença do morador local em tais espaços, pois “*gente atrai gente*” (KNAFOU, 1996, p.) e, como Santos (1999, p.88) revela, “é a sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes

um sentido, uma vida”. Essa idéia do autor pode ser interpretada à luz dos espaços turísticos, uma vez que, sem a presença da sociedade nesses espaços, não haveria sentido para o turista viajar nem sequer permanecer nos locais, em se tratando da modalidade do Turismo praticado em ambientes urbanos.

Entretanto, observamos que, para outras formas de Turismo, ou seja, um Turismo de Elite, a convivência e circulação pelo entorno dos complexos turísticos não chegam a fazer parte do roteiro desse tipo de turista. Krippendorf (2000) chega a relatar situações ocorridas em viagens turísticas aos destinos pobres, onde o contato entre o turista e o residente chega a ser pouco expressivo, pois não há interesse daquele em manter algum diálogo ou intercâmbio cultural com os moradores locais.

Um exemplo que confirma bem o pensamento de Knafou (1996) e o de Santos (1999) está no resultado de uma pesquisa feita pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (SEBRAE/RN), no ano de 2006. Essa pesquisa, que tinha como alvo os turistas estrangeiros desembarcados em Natal, demonstrou que um dos principais motivos que levavam o turista estrangeiro a vir para a Cidade, assim como a ela retornar, era hospitalidade do povo. Nesse sentido, a ênfase que é dada à hospitalidade do residente corrobora com a frase de que “*gente atrai gente*”.

Seguindo essa linha de raciocínio, fundamentada na frase dita por Knafou (1996)-, e transpondo essa idéia para o objeto em estudo, verificamos que os espaços turísticos existentes na cidade de Natal têm apresentado indícios de que a relação espaços turísticos / presença do residente deve caminhar de maneira harmoniosa, para que nem a atividade turística nem os espaços turísticos venham a ser prejudicados com as conseqüências de uma saída em massa do residente de tais espaços.

Ademais, serão contemplados neste capítulo os principais agentes produtores dos espaços turísticos, como o Poder Público e os empresários do Setor, através da participação de cada um deles no planejamento turístico.

3.1. As Novas Territorialidades no Espaço Turístico

À medida que os espaços são inseridos no processo de urbanização turística, transformações de natureza sociocultural, ambiental e econômica são evidenciadas neles. Aliás, a adequação desses espaços para a vinda de novos freqüentadores, bem como de novos empreendimentos turísticos, propicia o aparecimento de novas territorialidades.

Partindo do conceito de território para compreendermos melhor a relação entre os espaços apropriados para o (e pelo) Turismo e o poder decorrente deste, que os eleva à categoria de territórios turísticos, temos aqui uma definição de território feita por Souza (1995, p.78), que define o conceito de território como sendo: “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder”.

Dessa forma, é o ato de apropriação que eleva os espaços à categoria de territórios turísticos “quer se faça referência ao Poder Público, estatal, quer ao poder das grandes empresas” (ANDRADE, 1998, p.213). No caso dos territórios turísticos, são as empresas ou os empreendimentos turísticos que vão se apropriar e gerir esses novos territórios. Há de se considerar também que o simples ato de consumo turístico do território o eleva à categoria de territórios turísticos (CRUZ, 2002).

Estudiosos como Haesbaert (2004), que vem se dispondo a discutir e analisar a evolução do conceito de território ao longo do pensamento geográfico, neste caso, o autor remete-se às esferas que devem estar contidas nas análises conceituais acerca do território, a saber: esferas política, econômica, simbólica ou simbólico-cultural.

Transpondo essas dimensões para a formação dos territórios turísticos, tem-se a dimensão *econômica*, representada pela apropriação espacial feita pelos agentes capitalistas ou os empresários turísticos; a *política*, representada pela figura do Poder Público, que entra no processo conferindo a permissão para que os agentes turísticos apropriem-se de determinados espaços-, e a dimensão *simbólica ou simbólico-cultural*, que é consequência da apropriação e formação de territórios pelos grupos sociais, formando suas territorialidades.

Nos territórios turísticos, encontramos várias formas de territorialidades, desde aquelas formadas pelos agentes capitalistas, àquelas demarcadas por laços de afinidade, ou seja, delimitadas de forma simbólica pelos grupos sociais. Além do mais, com a formação dos territórios turísticos, as áreas litorâneas convivem com o aparecimento de outras formas de territorialidades-, constituídas pelos turistas.

Com relação às territorialidades encontradas nos espaços turísticos-, a dos residentes e a dos turistas-, Knafou (1996) apresenta a seguinte classificação: territorialidade sedentária e territorialidade nômade, mostrando que: “Há diferentes tipos de territorialidades que se confrontam nos lugares turísticos: a territorialidade sedentária dos que ai vivem freqüentemente, e a territorialidade nômade dos que só passam [...]”(KNAFOU, 1996, p.64).

Entretanto, nas áreas turísticas, não são apenas esses dois tipos de territorialidades que aparecem. Existem também outras formas evidenciadas nos espaços turísticos, como as formadas por aqueles que inicialmente vêm na posição de turistas-, e que, num segundo

momento vêm para fixar moradia nos locais turísticos, ou ainda-, desempenhar alguma atividade relacionada ao Setor Turístico, enquanto empresários turísticos.

Esses novos moradores das áreas turísticas são denominados de *adventícios* por Fonteles (2004). Segundo o autor, estes são geralmente pessoas vindas dos grandes centros urbanos, que procuram desenvolver um outro estilo de vida, diferente do realizado em seus locais de origem. Devido os problemas associados à vida nas cidades grandes, os adventícios procuram fixar moradia em locais que favoreçam o contato com a Natureza, na busca de uma melhor qualidade de vida.

Os territórios turísticos também estão sujeitos ao aparecimento de territorialidades transitórias, representadas pelos vendedores informais, ambulantes, e por territorialidades formadas por grupos marginalizados, como o da prostituição, da violência, como a do tráfico de drogas, moradores de ruas, entre outras. Tais problemas, em alguns casos, estão atrelados à maneira rápida como esses espaços se *turistificam*. Conforme Coriolano e Silva (2005, p.119), “um território está “turistificado” quando foi alvo da interferência de políticas públicas e privadas, apresentando atividades hegemonicamente priorizadas aos turistas e não aos residentes”.

Nos espaços turísticos, observa-se uma tendência para a formação de múltiplas territorialidades que surgem com a intensificação da atividade turística. Assim, os espaços são submetidos ao aparecimento de grupos ao longo do dia, ou seja, são territorialidades que têm sua temporalidade definida. Algumas destas são constituídas por pessoas que trabalham informalmente nas áreas turísticas, como os vendedores ambulantes e outros pequenos comerciantes. Outros sujeitos também passam a transitar e formar seus territórios nas áreas turísticas, como, por exemplo, as territorialidades marginalizadas, compostas por pessoas que se inserem na atividade de forma ilegal. São constituintes desse universo, as territorialidades da prostituição, do tráfico de drogas, dentre outros. Algumas dessas territorialidades podem vir a se reverter em efeitos negativos, no que confere à sustentabilidade dos espaços turísticos.

Outro elemento que deve ser inserido na análise socioespacial do Turismo é o conseqüente processo de desterritorialização, que consiste numa outra fase da formação dos territórios turísticos, uma vez que, para a criação de novos territórios, em decorrência da atividade turística ou de qualquer outra atividade econômica, territórios preexistentes são desfeitos ou desarticulados. Sendo assim, no momento em que há uma desterritorialização, ocorre uma reterritorialização. Para Corrêa (1998, p.251), desterritorialização é entendida como:

A perda dos territórios apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de *contradições* capazes de desfazerem o território. Novas territorialidades ou re-territorialidades, por sua vez, dizem respeito à criação de novos territórios, seja através de reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território: neste caso os deslocamentos espaciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilita o abandono dos velhos territórios para os novos.

Sendo assim, pretendemos aqui-, fazer uma breve discussão do processo de desterritorialização, uma vez que alguns autores o utilizam para exemplificar melhor o processo de exclusão socioespacial evidenciado nos espaços apropriados pela atividade turística.

Ressaltamos que, para se compreender o processo de desterritorialização, é preciso de antemão contextualizar que definição de território se está abordando. Neste caso, o conceito de território em discussão é aquele apropriado pela dimensão simbólica, ou seja, pelas relações sociais dos residentes. Assim, a desterritorialização acontece no plano das relações dos residentes com seu território demarcado por laços de afinidade, conferindo a estes um sentimento de pertencimento aos seus territórios, que é “antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades” (HAESBAERT, 2004, p.35).

Há ainda um outro ponto que merece se levantado com relação à intensificação e ao aparecimento de novas territorialidades nos espaços turísticos. Neste contexto, essas novas territorialidades, ditas marginalizadas, poderiam contribuir para uma saída gradual do residente dos espaços turísticos, deixando-os vulneráveis à degradação socioambiental.

Segundo Haesbaert (2004), o processo de desterritorialização ocorre com a perda dos territórios pelos grupos sociais, tanto por questões políticas, quanto por questões econômicas ou simbólicas. Em se tratando de áreas turísticas, o processo de desterritorialização que se evidencia-, pode ser potencializado tanto pela vertente econômica quanto pela simbólico-cultural.

No caso da vertente econômica, a apropriação territorial se inicia através dos agentes turísticos, a partir do momento em que ocorre a apropriação e produção dos territórios turísticos, refuncionalizando a área que anteriormente era destinada à pesca artesanal.

Quando o processo de desterritorialização ocorre no plano do cotidiano das pessoas, desestruturando e desfazendo os seus territórios, abarcados simbolicamente ou simbólico-

culturalmente através dos seus laços de afinidade, que são desfeitos, por razões diversas, os residentes tendem a eleger outras áreas para a suas praticas de lazer ou moradia (HAESBAERT, 2004).

Nesse caso, o Turismo gera a desestruturação das territorialidades formadas pelos moradores locais, culminando com a saída destes das áreas turísticas, devido ao seu desaparego por esses territórios, que deixam de pertencer aos moradores locais. Esse tipo de situação é retratado no conceito de territorialidade de Andrade (1998, p.214), a saber:

Expressão territorialidade pode ser encarada tanto como que se encontra no território e está sujeita à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar ao território.

Em Natal, as áreas turísticas evidenciam um processo de desterritorialização no plano do cotidiano dos residentes junto aos territórios turísticos. Neste caso, a desterritorialização dos territórios dos residentes, apreendidos simbolicamente por estes, se faz à medida que ocorre a aparição de determinadas formas de territorialidades, associadas à intensificação da atividade turística. Essa intensificação desafia, inclusive, a sustentabilidade das áreas turísticas. As praias do Centro, neste caso, são um exemplo que sustenta tal afirmação.

Ao evidenciar-se a saída de uma parcela da população desse local, mais precisamente da Classe Média, ao final da década de 1990, a área em questão entrou em processo de decadência, tornando vulnerável à incidência de problemas socioambientais, e passando a abrigar territorialidades transitórias, como as da prostituição, das drogas, etc. São fatores que, juntos, desagradam e afastam alguns freqüentadores do local.

O descontentamento dos residentes é tamanho que as praias do Centro, mesmo sendo submetidas a constantes obras de revitalização, continuam a sofrer com a imagem negativa que essas territorialidades impregnaram a esse espaço. Os seus freqüentadores restringem-se à população de baixa renda. Somando-se a esse quadro, têm-se outros problemas de ordem socioambiental, tais como: poluição, violência, etc.

De acordo com o encaminhamento do Turismo em certas localidades, no que tange ao posicionamento do Poder Público e dos empresários turísticos, enfatizar só lado econômico da atividade tende a se reverter negativamente para os espaços turísticos, pois pode torná-los vulneráveis a uma degradação ambiental. Para Fonteles (2004, p.44), na realidade enfrentada

pela Sociedade Contemporânea, o modelo de desenvolvimento busca e “privilegia o lucro fácil e em curto prazo, não importando tantos os impactos socioambientais”.

A consequência imediata dessa postura, por parte dos órgãos públicos, seria o aparecimento e a intensificação das ações de outros agentes ou grupos marginalizados, que, através da ocupação e permanência desses espaços, desenvolveriam suas territorialidades, tais como-, prostitutas, traficantes, marginais, etc.

Neste caso, a formação dessas territorialidades contribuiria para o afastamento dos turistas, uma vez que eles seriam alvos preferenciais por esses grupos, como também do residente. Tal afastamento seria prejudicial aos espaços turísticos, que poderão entrar num estágio de decadência, com dificuldades de revitalização.

3.2. A População Local e o Planejamento Turístico

Ruschmann (1999) afirma que a finalidade de um planejamento turístico consiste em controlar e ordenar as ações do homem sobre o território, incluindo a defesa dos interesses dos moradores locais. Como o residente é um agente presente no processo de urbanização turística, é interessante e fundamental a sua participação junto ao planejamento do Turismo.

Autores como Pearce (2001, p.162)-, fazem referência à importância da incorporação das perspectivas das comunidades locais no planejamento turístico, na medida que:

É preciso reconhecer que a comunidade ou os grupos representam os interesses das comunidades não são necessariamente especialistas em planejamento de turismo. Contudo o seu direito de começar as propostas não deve ser ignorado, uma vez que o próprio ato de manifestar opiniões é freqüentemente terapêutico e construtivo.

Coriolano e Silva (2005, p.93)-, também reafirmam a participação da comunidade nos assuntos inerentes ao planejamento dos espaços turísticos, embora os residentes não sejam vistos como agentes importantes no processo de planejamento ou “nas políticas de turismo, como elemento – chave do sistema turístico, precisa ser considerada. Os anfitriões devem ser incluídos nos planos e projetos turísticos, sendo um dos principais parceiros”.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo - OMT (1999), a inserção da população pode se dá através de mecanismos distintos, como entrevistas ou consulta pública etc., os quais devem ser inseridos nas diferentes fases do processo de planejamento.

Sobre a participação da população local junto ao planejamento turístico, Mendonça (2001) exalta que é interessante que os planejadores dos novos pólos e centros turísticos comecem a levar em consideração os anseios das populações, com relação aos locais onde esses empreendimentos serão construídos, a fim de efetivar uma elaboração conjunta de um plano de desenvolvimento do Turismo nas cidades.

Magalhães (2002) chama a atenção para que, no planejamento turístico, seja levada em consideração a realidade local, ou seja, que os governos tenham a preocupação de não inserir elementos externos à realidade para cada área turística, pois a introdução de modelos estranhos à realidade do Brasil, por exemplo, pode ser prejudicial, uma vez que tais modelos muitas vezes estão baseados numa exploração ambiental predatória, assim como acontece com os grandes empreendimentos hoteleiros.

A existência de uma articulação entre a população e os planejadores turísticos levaria a uma melhor distribuição dos benefícios do Turismo sobre as populações locais e, em contrapartida, a atividade poderia contribuir para melhorar a qualidade de vida dos moradores, ajudando também a diminuir as diferenças sociais, os conflitos e os problemas socioambientais nas áreas turísticas.

A inserção da população local no planejamento turístico é uma idéia compartilhada por vários estudiosos que se debruçam em estudar a relação Turismo e Meio Ambiente, uma vez que é necessário ter em pauta nas Políticas de Turismo essa preocupação como meio físico e social, pois o futuro da atividade turística em determinadas localidades vai depender de como o Turismo foi planejado, se de forma excludente ou com medidas de inclusão social.

A inclusão da Sociedade no processo de Planejamento Urbano já é uma realidade presente na maioria das cidades brasileiras, através dos Planos Diretores. De acordo com as diretrizes contidas no Estatuto da Cidade (2005, p.13):

Os Planos Diretores devem resultar de um processo amplamente participativo da população e de associações representativas dos vários segmentos econômicos e sociais, não apenas durante o processo de elaboração e votação, mas, sobretudo, na implementação e gestão de suas decisões.

Através do planejamento participativo, os governos locais direcionam melhor os seus recursos para serem investidos em setores sociais, de acordo com a necessidade de cada

cidade. Essas medidas favorecem a ampliação e redistribuição dos recursos municipais para a população.

Aliás, o planejamento participativo pode ser considerado um avanço, em se tratando da inserção da população local na tomada de decisões orçamentárias, de maneira democrática, com a participação dos cidadãos.

Ressaltamos que essa participação democrática junto ao planejamento das cidades foi conquistada através dos movimentos sociais ao redor de questões urbanas. Assim, o Estatuto da Cidade foi aprovado após mais de uma década de lutas populares, tendo como protagonistas entidades civis, como também a luta dos movimentos urbanos em defesa do direito à cidade e à habitação e de lutas cotidianas por melhores serviços públicos e oportunidades de uma vida digna (BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005).

Sobre o planejamento participativo na atividade turística, embora muitos autores venham ressaltando a sua importância para o sucesso da atividade, outra ala de autores questiona a idéia, por não acreditarem no seu sucesso, devido à atividade turística ser uma atividade econômica regida por atores hegemônicos e dentro de um modelo de desenvolvimento brasileiro, que, em sua essência, é excludente, o que dificulta a inclusão social e, portanto, a participação da população no processo de planejamento turístico (SANSOLO, 2003).

Vários entraves podem servir de justificativa para que não haja a inserção dos residentes nas tomadas de decisões que envolvam a atividade turística. Um deles diria respeito à heterogeneidade dos residentes, ou seja, a sociedade é formada por vários segmentos sociais e, por isso, ficaria inviável a participação de pessoas com um universo de vida diferente daqueles que se encontram diretamente ligados à atividade, de modo que poderia haver uma discordância de opinião entre esses diferentes agentes (SWARBROOKE, 2000).

No entanto, a participação dos diversos segmentos da Sociedade no Planejamento Urbano está respaldada por Lei Federal, sendo uma exigência prioritária para a elaboração de Planos Diretores e estabelecido pelo Ministério das Cidades. Sendo assim:

Todos os cidadãos estão habilitados a participar do planejamento de sua cidade e podem intervir na realidade de seu município. Para que essa capacidade saia do plano virtual ou potencial e concretize-se na forma de ação participativa, os processos de elaborar planos e projetos têm de prever métodos e passos que todos os cidadãos compreendam com clareza, em todos os municípios (BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2002, p.13)

Essas considerações acerca da participação dos cidadãos junto ao planejamento nas cidades vêm reforçar a necessidade de se repensar a atividade turística enquanto produtora e reordenadora dos espaços turísticos urbanos, uma vez que uma cidade não pode ser planejada abstraindo seus moradores do processo de decisão e execução de projetos que vão acarretar uma mudança na forma de uso dos espaços urbanos.

No Brasil, são poucos os exemplos que mostram a participação da Sociedade no planejamento turístico. Embora sejam raros, há casos em que a participação popular consegue driblar o poder hegemônico dos principais atores no processo de exploração do Turismo. Um caso que pode ser considerado de sucesso, com relação à participação da comunidade na atividade turística, é o do município da Prainha do Canto Verde (Beberibe-CE), que vem articulando ações junto com os moradores locais a fim de impedir que o Turismo desarticule a cultura local e degrade o meio ambiente na Comunidade:

Dentre os núcleos tradicionais, destaca-se a comunidade da Prainha do Canto Verde, uma vila de pescadores que vem desenvolvendo um projeto de turismo de forma comunitária, onde os residentes do lugar possuem participação no desenvolvimento da atividade turística e, conseqüentemente, participação nos lucros, gerando melhorias consideráveis na qualidade de vida de seus habitantes. (MENDES; CORIOLANO, 2003, p.181).

O despertar e a conscientização da Comunidade para a participação no desenvolvimento da atividade turística surgiram no momento em que o Turismo mostrava-se como uma atividade predatória e potencializadora de problemas socioambientais. A partir daí, foi elaborado, em parceria com os moradores locais, um modelo de Turismo adequado à realidade do local. Assim, o Turismo praticado na comunidade de Canto Verde é desenvolvido e articulado com a economia local, de maneira a complementar as atividades produtivas existentes na Comunidade. Uma outra característica inerente à Comunidade da Prainha do Canto Verde refere-se às ações e articulações da Comunidade na execução da modalidade de Turismo, denominado de *Turismo Alternativo*, que:

É desenvolvido utilizando-se dos recursos naturais e culturais existentes nos lugares. Diferencia-se do turismo de massa [...], pois nessa [...] nova modalidade de turismo, também chamada de turismo socialmente responsável pela comunidade da Prainha do Canto Verde, prioriza a conservação do meio ambiente e das culturas tradicionais, emerge como uma alternativa para pequenas comunidades que possuem atrativos turísticos desenvolverem essa atividade econômica, criando oportunidades de trabalho e geração de renda para seus moradores. (MENDES; CORIOLANO, 2003, p.191).

Embora haja essa discussão de que “a comunidade local deve participar ativamente no planejamento do turismo [...]” (SWARBROOKE, 2000, p.59), no caso da cidade de Natal, os idealizadores do Turismo na cidade não se deixam tomar por esse tipo de preocupação, nem a população tampouco despertou para a luta por sua inserção junto ao planejamento turístico.

Contudo, os residentes entrevistados no estudo demonstraram conhecimento sobre a importância de se levar em consideração os interesses da população local, em se tratando de um planejamento turístico de forma participativa (25,9%), no intuito de ampliar os benefícios da atividade de para a cidade como um todo.

Além de reconhecerem os aspectos positivos que o Turismo apresenta, eles também revelaram conhecer os problemas indesejáveis que a atividade pode acarretar ao meio ambiente, posicionando-se conscientes e atentos ao que vêm ocorrendo nas áreas turísticas, como por exemplo, os problemas de natureza socioambiental (prostituição, poluição, violência, criminalidade, etc.), especulação imobiliária, impactos socioculturais e a exploração da mão-de-obra local pelos empresários turísticos.

No entanto, como é do conhecimento geral, o Turismo pode apresentar-se como uma atividade econômica passível de contribuir para a melhoria das condições de vida de uma dada localidade, caso haja a participação do residente no seu processo de planejamento e gerenciamento, como vem ocorrendo na comunidade da Prainha do Canto Verde.

Mesmo não sendo comum a inserção da população local nas decisões turísticas, a população em geral não pode se acomodar diante dessa realidade. Garantir que os direitos dos cidadãos sejam respeitados, assim como o direito ao lazer e ao acesso aos espaços públicos, é dever do Poder Público, como também é seu dever salvaguardá-los dos problemas socioambientais. Diante disso, a Sociedade Civil deve se reunir e organizar-se para se posicionar em defesa de seus direitos básicos, se possível, recorrendo à formação de movimentos de resistência a essa lógica capitalista, na qual o Turismo se inclui-, caracterizando-se por desenvolver um modelo turístico excludente.

3.3. O Papel do Residente diante da Urbanização Turística

Como foi explicitado anteriormente, o espaço geográfico é produzido pelo homem ao desenvolver suas diversas atividades, inclusive as cotidianas, sejam elas na condição de consumidores ou de usuários do espaço em seus momentos de lazer (CARLOS, 1984), ou ainda através dos grupos excluídos (CORRÊA, 1989).

Este trabalho optou por relacionar a produção espacial e o residente, considerando-se duas situações: primeiramente, a população se torna um agente produtor ao se apropriar e desenvolver suas práticas de lazer nos espaços públicos, representados, neste estudo, pelas praias da Cidade; na segunda situação, o residente abandona seus espaços de lazer e, nesse caso, sua saída também se reverte numa forma de produzir o espaço, na medida que essa ação potencializa a inserção de outros grupos nos espaços de lazer.

O fato relevante que Lima (2006) insere na discussão sobre os agentes produtores do espaço mostra que atitudes descompromissadas com os espaços públicos, através da ausência de medidas reivindicatórias pelos moradores locais, tornam-se um fator que contribui para a degradação socioambiental desses espaços. Nesse contexto, observa-se que o residente produz o espaço através do seu uso, o que o faz um cidadão com deveres que incluem a demanda, junto ao Poder Público, por serviços básicos (saúde, educação, lazer, moradia, segurança, etc.), os quais se reverterão em ações para a manutenção e segurança desses espaços públicos.

No processo de urbanização turística em Natal, os espaços públicos da orla se constituem como alvos preferenciais dos agentes do mercado turístico para a produção da atividade turística. Mesmo se constituindo como espaços turísticos, os moradores locais também entram nessa produção, realizando suas atividades de lazer, e, como cidadãos, demandando obras infraestruturais e outras medidas preservacionistas.

No entanto, a realidade observada nas praias de Natal, onde o processo de turistificação é intenso, revela uma atitude passiva de uma parcela significativa dos residentes em não buscar medidas junto ao Poder Público, a fim de solucionar problemas de natureza socioambiental que surgem com a intensificação da atividade turística em tais áreas de lazer.

Observamos então que alguns residentes optaram por diminuir a sua frequência às praias ou simplesmente transferem suas práticas de lazer para praias localizadas em outros municípios.

Outra parcela continua a freqüentar esses espaços, passando a conviver com os problemas socioambientais, de uma forma acomodada, sem reivindicar melhorias junto aos

órgãos competentes. A figura abaixo mostra uma situação-, em que constantemente a orla de Ponta Negra é agredida com a poluição causada pela deficiência na rede de esgotos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Figura 9- Frequentadores Conciliando suas Práticas de Lazer com a Poluição na Praia - Ponta Negra - 2007

Conforme estamos discutindo neste trabalho, a intensificação dos problemas socioambientais nas áreas de lazer turistificadas está relacionada ao aumento do fluxo turístico internacional para esses locais, considerando que os problemas dessa natureza passaram a ser destaque na imprensa local, ao mesmo tempo que os resultados das pesquisas feitas pelos órgãos oficiais demonstram aumento no número de estrangeiros vindos para a Cidade (GRÁFICO 3, p.38).

Além dos problemas socioambientais, a forte presença e intensificação do número de turistas nos espaços turísticos, ou seja, a constituição de novas territorialidades (consideramos aqui-, tanto a sua permanência quanto a sua circulação temporária)-, por tais agentes, também pode ser um fator que vem contribuindo para o afastamento dos residentes de seus espaços de lazer, provocando, portanto, sua desterritorialização.

Considerando-se que Natal é um destino turístico que tanto recebe fluxo de turistas estrangeiros quanto de brasileiros, a pesquisa se propôs a identificar a opinião dos residentes

com relação ao crescente número de turistas que desembarcam na Cidade e que passam a freqüentar as áreas de lazer, ou seja, as áreas das praias. Na relação entre o residente e o Turismo, a população entrevistada tinha como opções de escolha as seguintes classificações, tanto para os turistas nacionais como para os estrangeiros-, “Bom”, “Regular”, “Ruim” e “Péssimo”. Os resultados obtidos seguem na Tabela abaixo:

Tabela 2
Município de Natal
Nível de Satisfação do Residente em relação ao Fluxo Turístico
de Brasileiros e Estrangeiros - 2007

Fluxo Turístico	Classificação			
	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Brasileiros	75,2%	22%	0,9%	1,8%
Estrangeiros	64,1%	24,3%	6,8%	4,9%

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Os dados acima recaem sobre uma pequena porcentagem na classificação de “Péssimo”, quanto ao fluxo de estrangeiros na Cidade, segundo opinião dos entrevistados. Mesmo com o resultado, no quesito “Regular”, que apresentou um índice maior para o fluxo estrangeiro, um número significativo dos residentes considera que é “Bom” o aumento no número de turistas nacionais.

Ainda sobre a relação do residente com o turista, fizemos uso aqui dos estágios da escala de Doxey (1975), baseando-nos na interpretação de Ruschmann (1999)-, e empregando-os na forma de alternativas em que o entrevistado tinha de opinar. Os estágios do referido modelo nos serviram como um indicador do nível de satisfação dos residentes com relação ao aumento do fluxo turístico na Cidade. Considerando-se os estágios que compõem a escala e os resultados obtidos, temos: *Euforia* (51,4%); *Apatia* (45%); *Irritação* (1,8%) e *Antagonismo* (1,8%).

A maioria dos entrevistados se encontra “Eufóricos” em relação à presença dos turistas. Em seguida, observamos uma porcentagem significativa para os que se sentem “Apáticos” com essa relação, por considerarem que o turista é o agente capaz de proporcionar a geração de emprego e renda para a Cidade. Nesse sentido, a opinião dos residentes pesquisados irá se dividir entre aqueles que consideram que o desenvolvimento da atividade turística será capaz de proporcionar aspectos positivos e outros que acreditam que a atividade potencializará aspectos negativos.

Dentre os pontos positivos da atividade, segundo os residentes consultados, o quesito “Aumento do Número de Emprego” obteve a maior porcentagem, sendo seguido do “Aumento da Renda para a Cidade”, conforme Tabela abaixo:

Tabela 3
Município de Natal
Aspectos Positivos Proporcionados pelo Turismo, segundo Entrevistados

Aspectos Positivos	Porcentagem (%)
Número de Emprego	35,3
Renda para a Cidade	16,4
Infra-estrutura da Cidade	5,2
Intercâmbio Cultural	3,4
Divulgação da Cidade	2,6
Dinamização do Comércio Local	0,9
Não se Aplica*	36,2
Total	100

Fonte: pesquisa de campo, 2007;

Nota: o item “não se aplica” incluem aqueles entrevistados que responderam a questão seguinte, podendo conter também entre a análise, aqueles que não responderam a nenhuma das perguntas.

Sobre os aspectos negativos proporcionados pelo Turismo na Cidade apontados pelos residentes, observamos que o quesito “Problemas Socioambientais” se destacou entre os demais indicados, seguido pelos quesitos “Especulação Imobiliária” e “Impactos Socioculturais”, conforme Tabela a seguir:

Tabela 4
Município de Natal
Aspectos Negativos Proporcionados pelo Turismo, segundo Entrevistados

Aspectos Negativos	Porcentagem (%)
Problemas Socioambientais	13,8
Especulação Imobiliária	10,3
Impactos Socioculturais	4,3
Exploração da Mão-de-obra Local	1,7
Não se Aplica*	69,9
Total	100

Fonte: pesquisa de campo, 2007;

Nota: * - o item "não se aplica" incluem aqueles entrevistados que responderam à questão anterior, podendo também conter na análise-, aqueles que não responderam a nenhuma das perguntas.

A seguir, abordaremos duas diferentes formas de atuação dos residentes na produção dos espaços turísticos, as quais classificamos em duas categorias: a inserção passiva e a inserção ativa do residente no processo de urbanização turística.

3.3.1. A Inserção Passiva dos Residentes na Produção dos Espaços Turísticos

Abordamos anteriormente que o residente se configura como um agente fundamental na produção dos espaços turísticos, desenvolvendo sua cidadania, ou seja, o seu direito ao lazer nos espaços públicos e prevalecendo os deveres na defesa e manutenção deste.

A atuação da população em relação à defesa de seus espaços de lazer se reverte em uma situação em que a maioria dos residentes assume uma atitude passiva. Podemos analisar esse comportamento sobre os seguintes aspectos: em primeiro lugar, não é comum no Planejamento Turístico ocorrer a inserção da população nas decisões e nas etapas do planejamento, seja por negligência dos agentes turísticos (Poder Público e o dos agentes do mercado turístico)– seja por uma atitude hegemônica, ou seja, em não inserir deliberadamente a população na esfera do planejamento turístico.

Em segundo lugar, existe o conformismo de parcela significativa da população entrevistada em não buscar medidas reivindicatórias para tentar reverter esse quadro socioambiental nas suas áreas de lazer. Devemos analisar também que a atitude de

passividade da população vem do descrédito em o Poder Público vir também considerar os interesses dos moradores (CORIOLANO; SILVA, 2005).

Sendo assim, a atividade turística se concretiza cada vez mais na Cidade associada a uma intensa transformação socioespacial nos locais turistificados, devido à construção e ampliação dos equipamentos turísticos pelos agentes do mercado turístico e pelo Poder Público, intervenções espaciais estas que se revertem no crescimento do número do fluxo e da receita turística.

Ressaltamos que, quando se trata de decisões pertinentes a essa expansão da atividade, da distribuição da renda entre os diversos setores da Sociedade e dos efeitos negativos que a atividade é passível de causar ao meio ambiente e aos espaços públicos, os residentes são, porém, excluídos desse processo de planejamento.

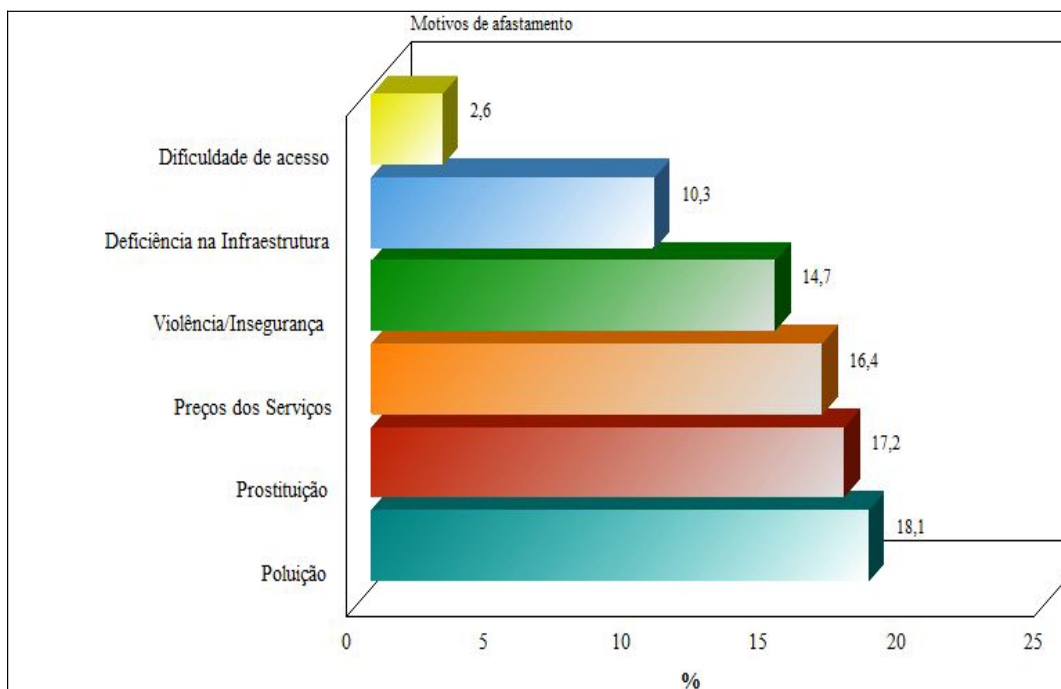
Para reforçar a ausência de mecanismos e ações por parte do Poder Público na inclusão da participação do residente junto ao planejamento turístico, observamos que, em sua grande maioria, a população entrevistada respondeu que nunca foi consultada (93,7%) pelo Poder Público sobre planejamento dos espaços turísticos.

A pouca expressividade dos residentes em relação às formas de protestos diante de tais problemas tem levado muitos a optar por outro tipo de atitude, ou seja, o afastamento das áreas turísticas, como uma forma de protesto silencioso, que vem sendo seguido por alguns residentes. Assim, a escolha por esse tipo de protesto faz do residente um agente passivo, diante da degradação de suas áreas de lazer.

A inexistência de um planejamento participativo na atividade turística reforça a lógica dessa produção espacial que tende a privilegiar o visitante em detrimento da população local, pois, na gestão da atividade turística prevalecem as ações do Poder Público e dos agentes do mercado turístico, que comandam de forma hegemônica a atividade, excluindo a possibilidade de considerar o residente enquanto agente ativo e participante da gestão do espaço turístico.

Diante da improbabilidade de, a curto prazo, integrar a população nas decisões políticas sobre a atividade turística, juntamente com a atitude pouco politizada do residente, os problemas socioambientais nos espaços turísticos não só continuam como também intensificam-se, principalmente com relação à poluição da orla causada pela deficiência na infraestrutura de saneamento básico.

Os resultados do estudo convergem para a confirmação de que a população local vem desenvolvendo atitudes passivas diante dos efeitos negativos que a atividade tem proporcionado ao ambiente público das praias urbanas. O Gráfico a seguir mostra os motivos que têm contribuído para o descontentamento e a conseqüente saída dos residentes das praias:



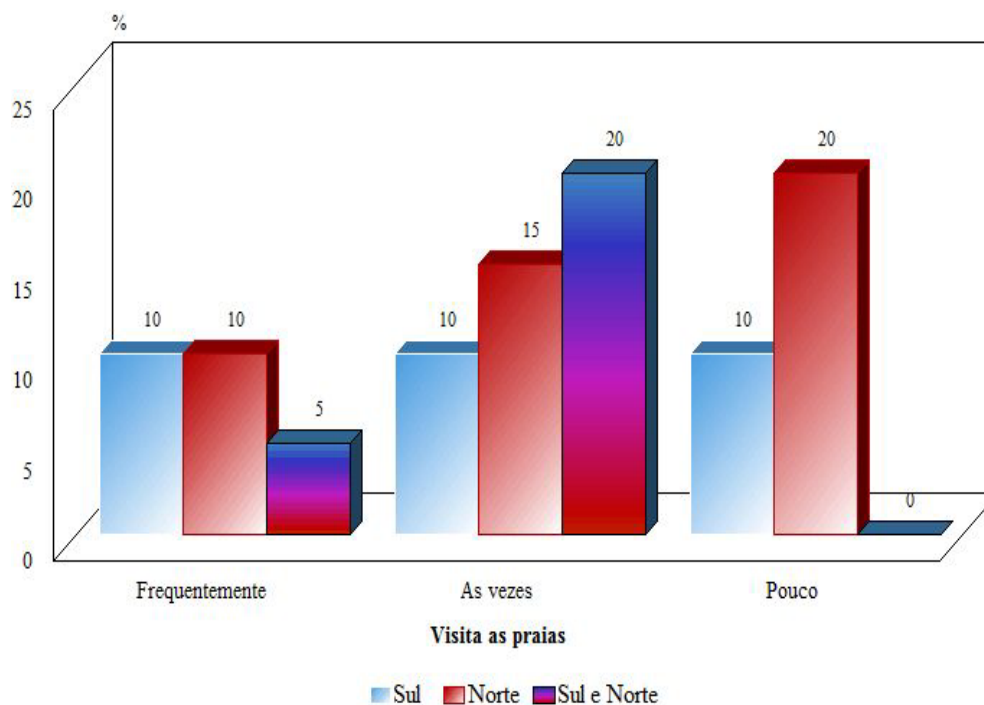
Fonte: pesquisa de campo, 2007.

Gráfico 4 - Principais Motivos que Causam o Afastamento dos Residentes das Praias de Natal

Os quesitos que mais se destacaram, conforme opinião dos residentes, foram: “Poluição” (18,1%), “Prostituição” (17,2%), e “Preços dos Produtos e dos Serviços” (16,4%). Devido a esses motivos expostos no gráfico acima, os residentes estão optando por desenvolver suas práticas de lazer em praias pertencentes a outros municípios.

Na pesquisa, identificamos que 19,6% dos residentes entrevistados estão transferindo suas práticas de lazer para as praias localizadas em outros municípios, de modo que, na medida que as praias de Natal passaram a ser freqüentadas mais intensamente pelos turistas, os problemas de ordem socioambiental também se intensificaram, resultando na saída gradual dos residentes das praias.

Dessa amostra foi identificada a freqüência dos residentes aos Litorais Sul e Norte, tomando como referência a cidade de Natal. Os resultados apresentaram situações em que ambas as áreas foram citadas por cada entrevistado. Os resultados foram correlacionados com a freqüência de visitação às praias localizadas nas duas áreas (Norte e Sul) e que estão distribuídos no Gráfico a seguir:

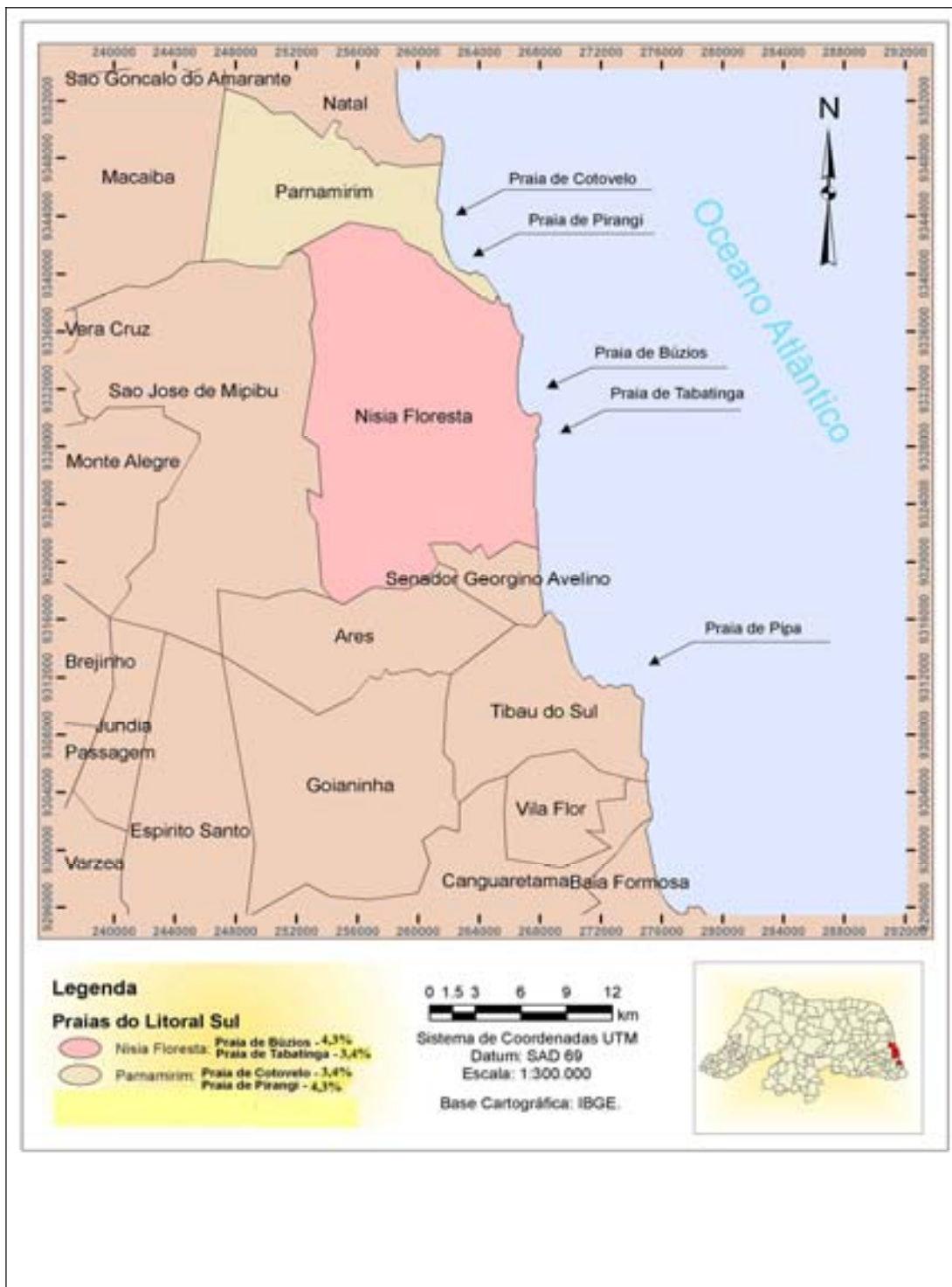


Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Gráfico 5 - Frequência às Áreas Litorâneas ao Norte e ao Sul do Município de Natal/RN, segundo Opinião dos Residentes Pesquisados.

Detalhando melhor as praias pertencentes aos Litorais Norte e Sul mencionadas pelos residentes, as mais citadas do Litoral Sul¹⁵ foram: Pirangi (4,3%) e Búzios (4,3%), sendo que as praias de Cotovelo e Tabatinga obtiveram porcentagem de (3,4%), todas pertencentes aos municípios de Parnamirim e Nísia Floresta, conforme Mapa abaixo:

¹⁵ Os municípios pertencentes ao Litoral Sul são: Arez, Baía Formosa, Canguaretama, Nísia Floresta, Parnamirim e Tibau do Sul.



Fonte: pesquisa de campo, 2007.

Nota: Mapa trabalhado por Paiva, 2007.

Mapa 2 - Distribuição do Percentual de Frequentação das Praias do Litoral Sul, segundo os Residentes- 2007

As praias do Litoral Norte¹⁶ que mais se destacaram foram: as praias de Touros (4,3%), Muriú (4,3%) e Pitangui (4,3%), que se encontram nos municípios de Touros, Ceará - Mirim e Extremoz, conforme Mapa a seguir:



Fonte: pesquisa de campo, 2007;

Nota: Mapa trabalhado por Paiva, 2007.

Mapa 3- Distribuição do Percentual de Freqüentação das Praias do Litoral Norte, segundo os Residentes- 2007

¹⁶ Os municípios pertencentes ao Litoral Norte são: Areia Branca, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Extremoz, Galinhos, Grossos, Guamaré, Macau, Maxaranguape, Pedra Grande, Porto do Mangue, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Tibau e Touros.

Dentre os municípios-, e as suas respectivas praias, citadas pelos residentes destacam-se aqui-, Ceará-Mirim, Extremoz, Parnamirim, Nísia Floresta e Tibau do Sul. Todos eles foram inseridos na Política do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte' - PRODETUR/RN (FONSECA, 2005). Esses municípios foram contemplados com obras em infra-estrutura e na ampliação e recuperação das suas vias de acesso. Essas obras possibilitaram um melhor acesso a esses municípios-, e às suas respectivas praias. Para o litoral sul, destaca-se aqui a construção da Rota do Sol (1993)-, e, posteriormente, com os investimentos do PRODETUR/RN, o seu prolongamento. A construção dessa via pode ser considerada como o marco para a ocupação e deslocamento dos investimentos imobiliários para essa área, conforme explicita Fonseca (2005, p.156):

Nesse sentido, a construção da rota do sol, cujo trecho inicial foi inaugurado em 1993 e ligava Natal à praia de Pirangi do Norte, no município de Parnamirim, constitui um marco, pois esse eixo viário desencadeou rápida ocupação e investimentos imobiliários no litoral ao sul de Natal, especialmente nas áreas de praia de Parnamirim – Pium, Cotovelo e Pirangi do Norte.

Nos municípios acima referenciados, verificamos uma tendência para uma produção imobiliária voltada tanto para a construção de imóveis para o desempenho da modalidade da chamada “segunda residência”, como para a procura por domicílios para residência fixa.

Os municípios e as suas praias estão assim distribuídos: Extremoz (Pitangui, Barra do Rio, Graçandu, Genipabu e Santa Rita)-, Parnamirim (Pium, Cotovelo, Pirangi do Norte)-, Nísia Floresta (Pirangi do Sul, Búzios, Tabatinga, Barreta)-, Tibau do Sul (Pipa)-, Ceará-Mirim (Muriú, Porto-Mirim, Jacumã) (FONSECA, 2005).

Com o objetivo de caracterizar melhor os residentes que passaram a frequentar praias fora de Natal, fizemos uma correlação com os níveis salariais destes e observamos que a faixa salarial que se destacou estava compreendida entre 01 a 03 salários mínimos (7,5%), conforme observado na Tabela 5, na página seguinte. Esta análise mostra que não são apenas os residentes pertencentes às classes sociais mais favorecidas que estão transferindo suas práticas de lazer para outros municípios. O mesmo está se dando com as classes populares. Dessa forma, alguns residentes optam por se ausentarem das praias da Cidade, como forma de protesto ou por simples reação involuntária.

Tabela 5
Município de Natal
Nível Socioeconômico dos Residentes que Frequentam Praias
em Outros Municípios 2007

Faixa Salarial	Porcentagem (%)
Acima de 10 SM*	0,9
De 05 a 10 SM	3,7
De 03 a 05 SM	4,7
De 01 a 03 SM	7,5
Até 01 SM	2,8

Fonte, Pesquisa de campo, 2007;

Nota*: SM – Salário Mínimo.

Consideramos que essa atitude dos residentes enquanto atores sociais repercute no processo de produção espacial. Esse tipo de reação facilita o surgimento de outros grupos sociais nos espaços turísticos, desencadeando novas formas de territorialidades, como é o caso da prostituição, do tráfico de drogas, entre outros.

A omissão ou a passividade dos moradores, diante dessa produção espacial excludente, embora se processe numa realidade que esbarra no poder hegemônico dos agentes turísticos (empresários e Poder Público), dificulta ainda mais a possibilidade de inserção do residente nesse processo.

Nesse sentido, conforme as palavras de Coriolano e Silva (2005, p.144), “A sociedade enfrenta e partilha desse processo hegemônico de forma subordinada, e, embora sendo maioria, tem sempre menor poder de decisão, apesar de exercer pressão política em determinados momentos”.

3.3.2. A Inserção Ativa dos Residentes na Produção dos Espaços Turísticos

Quando a Sociedade Civil Organizada não compartilha com a lógica capitalista excludente de ações governamentais distantes dos interesses sociais, verifica-se uma tendência que tende a caminhar para a formação dos contramovimentos, uma reação da Sociedade contra os desmandos do mercado capitalista, devido-, “a ausência do Estado e a voracidade conquistadora de agentes de mercado obrigam sociedade a reagirem na luta cotidiana pela sobrevivência” (CRUZ, 2007, p.11).

No processo de urbanização turística em Natal, a Sociedade Civil começa, mesmo que timidamente, a se posicionar de maneira crítica diante da turistificação dos espaços de lazer na Cidade, originando movimentos sociais que lutam contra essa intensa produção e valorização espacial, motivada pelo crescimento da atividade turística, que é responsável por uma forte especulação imobiliária sobre áreas ambientalmente frágeis (Áreas Dunares, áreas protegidas por lei) e por provocar problemas de ordem socioespaciais e ambiental (segregação socioespacial, poluição, prostituição, violência,).

Neste contexto, o estudo mostrou que uma pequena parcela dos residentes entrevistados está engajada em algum tipo de manifestação contra os problemas de natureza socioambiental evidenciados nas áreas onde o processo de turistificação intensificou-se, ou seja, a partir do momento em que houve um aumento do número de turistas, principalmente o turista estrangeiro.

Dos resultados obtidos junto aos entrevistados, no que se refere às ações dos residentes em defesa dos espaços turísticos, no sentido de combater os problemas socioambientais, apenas 31% dos residentes disseram se manifestar de alguma forma, enquanto 68,1%, ou seja, a maioria dos entrevistados, responderam que não se manifestam, conforme a Tabela abaixo:

Tabela 6
Município de Natal
Formas de Reivindicações dos Residentes em Relação aos Problemas Socioambientais

Tipo de Manifestação	Porcentagem (%)
Denunciando aos Órgãos Competentes.	14,7
Mobilizando a Sociedade	6,0
Fazendo Passeatas	4,3
Divulgando na Imprensa	1,7
Outro tipo de Manifestação	4,3
Não se Manifesta	68,1
Não Responderam	0,9
Total	100

Fonte: pesquisa de campo, 2007

A luta em defesa de seus direitos ao lazer e moradia é uma prática que faz do residente um agente de fundamental importância na produção do espaço turístico, no sentido de

mobilizar o Poder Público para realizar ações, objetivando suprir as demandas da Sociedade pelos serviços públicos.

A importância de se discutir a atuação do residente enquanto agente produtor do espaço turístico se faz oportuno, uma vez que, no processo de produção dos espaços turísticos, apenas o Poder Público, os empresários do Setor Turístico e os turistas são citados, embora o residente seja um agente tão importante quanto os demais.

O espaço geográfico é fruto das intervenções humanas ao longo dos tempos, sendo este um produto social em constante processo de (re) produção. As ações humanas vão se traduzir em intervenções espaciais, impulsionadas por diversos agentes, entre eles: o Estado, as empresas capitalistas e a Sociedade Civil.

A Sociedade, enquanto agente produtor do espaço urbano irá, através de suas relações sociais, produzir e (re) produzir esse espaço. Sendo assim, o cotidiano das pessoas, nas suas várias formas de sociabilidade manifestadas nos locais públicos, como também as lutas sociais na busca de melhores condições de vida nos espaços urbanos, são exemplos de como a Sociedade se insere na produção do espaço. Para Carlos (1984, p.197), “os movimentos sociais nascem da consciência das diversas classes, surgindo para o indivíduo como direito de participação nas decisões”.

Antes de entrar no contexto dos movimentos sociais, nascidos em decorrência da atividade turística na Cidade, reportemo-nos a uma breve contextualização do que vem a ser um movimento social, em que o contexto histórico se torna expressivo, bem como o que esse tipo de movimento significa nos dias atuais e que questões defende.

Para uma melhor compreensão das lutas urbanas, Gohn (1991, p.34) conceitua os movimentos urbanos da seguinte forma:

Os movimentos sociais urbanos propriamente ditos assim devem ser qualificados por conterem uma problemática urbana, que tem a ver com o uso, a distribuição e a apropriação do espaço urbano. Portanto, são movimentos sociais urbanos as manifestações que dizem respeito à habitação, ao uso do solo, aos serviços e equipamentos coletivos de consumo.

Ao fazer uma retrospectiva histórica a respeito da atuação da Sociedade Civil no Brasil, a referida autora mostra que esta teve papel importante nas conquistas sociais a partir da década de 1970. Nesse período, os movimentos sociais seguiam associados ao conceito de autonomia, ou seja, eram lutas travadas sem a participação estatal, pois se lutava contra o Estado. Assim, “na linguagem política corrente, tal conceito se torna sinônimo de participação

e organização da população civil do país na luta contra o regime militar” (GOHN, 2005, p.70).

Foi nesse contexto histórico, marcado pelo Regime Militar, que muitos movimentos emergiram no combate a esse Regime, que se caracterizava como não democrático e com políticas públicas que se direcionavam aos interesses dos capitalistas, dentro de um cenário que-, “estimulou o surgimento de inúmeras práticas coletivas no interior da sociedade civil, voltadas para a reivindicação de bens e direitos sóciopolíticos, negados pelo regime político vigente” (GOHN, 2005, p.70).

Ainda segundo a autora, nos anos de 1980 e 1990, a Sociedade Civil insere, no seu campo de atuação, questões ligadas à cidadania, extrapolando, dessa forma, “[...] a demanda pelos direitos civis para incluir outros direitos como os direitos sociais básicos [...]” (GOHN, 2005, p.75).

Assim, a participação da Sociedade Civil no contexto das lutas urbanas se tornou expressiva a partir do Regime Militar. Nessa época, os movimentos reivindicavam a participação dessa Sociedade nas decisões políticas de forma democrática.

Ao termino do Regime Militar, as lutas urbanas inserem o conceito de cidadania e lutam por direitos básicos, não contra o Estado, mas junto a ele, através de reivindicações coletivas. Uma característica marcante dos movimentos urbanos é a sua heterogeneidade, ou seja, eles integram pessoas pertencentes a distintos segmentos da Sociedade.

Devido às mudanças do cenário político decorrentes da globalização da economia, o papel do Estado ganha novos significados, de acordo com a ideologia neoliberal. Neste contexto:

O papel do Estado na oferta dos serviços públicos foi flexibilizado ou desregulamentado, ficando o mesmo como gestor e controlador dos recursos, transferindo responsabilidades para organizações da sociedade civil organizada [...]” (GOHN, 2005, p.108).

As lutas urbanas se ampliam nesse momento em que o Estado repassa as suas obrigações para com a sociedade, mediante as políticas neoliberais que vêm desobrigando paulatinamente o Poder Público de atuar intensivamente nas questões ligadas aos interesses da população.

Sendo assim, diante das características do Estado, o qual ao mesmo tempo que atende aos interesses dos agentes capitalistas, tem que prover investimentos para atender às

demandas da população, verifica-se o agravamento dos problemas urbanos, como a violência, a degradação ambiental, a deficiência de moradia, o desemprego, dentre outros.

Diante dessa postura, a Sociedade se vê descrente com relação à oferta dos serviços públicos e no que concerne a outras situações que tendem a privilegiar os interesses do mercado em detrimento dos direitos da população em geral, tal como vem acontecendo nos espaços turísticos, uma vez que a urbanização turística vem incidindo sobre o direito ao lazer dos residentes. No processo de urbanização turística, a preparação dos espaços para o turista é prioridade diante dos demais problemas urbanos enfrentados pela população. Assim:

É crescente o sentimento de dúvida no País em relação ao Estado e ao setor privado, pois não conseguem oferecer condições de bem-estar social e qualidade de vida digna para o cidadão, especialmente para a maioria, por não aceitarem afastar-se do lucro (CORIOLANO; SILVA, 2005, p.144-145).

Diante desse cenário, Gohn (2005) irá classificar os movimentos urbanos em treze eixos temáticos, que envolvem movimentos sociais relacionados às questões urbanas, como saúde, educação, contra políticas neoliberais, entre outros. Dentre esses eixos temáticos, destacam-se as:

Mobilizações e movimentos sociais de recuperação de estruturas ambientais, físico-espaciais (como praças, parques), assim como de equipamentos e serviços coletivos (área de saúde, educação, lazer, esportes e outros serviços públicos degradados nos últimos anos pelas políticas neoliberais); ou ainda mobilizações de segmentos atingidos pelos projetos de modernização ou expansão de serviços (GOHN, 2005, p.84).

Diante dos problemas advindos da atividade turística, os movimentos sociais ocorridos na cidade de Natal se enquadram nesse eixo temático, acima exposto por Gohn (2005), sobre a temática ambiental, como também na reivindicação de melhorias dos equipamentos de lazer na Cidade. A intensificação da atividade turística recai sobre intervenções urbanísticas que incidem sobre o meio ambiente, provocando a inquietação de alguns segmentos da Sociedade. Somando-se a esse quadro, tem-se a atuação do Poder Público diante do processo de urbanização turística, que tende a relegar certos espaços da Cidade aos interesses dos agentes turísticos, em detrimento dos interesses do residente.

Em Natal, os primeiros movimentos reivindicatórios em defesa do meio ambiente surgiram no final da década de 1970, período no qual a atividade turística começava a ser

implementada na Cidade, com intervenções urbanísticas em áreas que apresentavam frágil caráter ambiental, devido a projetos turísticos que não respeitavam o meio ambiente.

Foi assim com o Projeto do Parque das Dunas / Via Costeira (PD/VC), no final da década de 1970 e início de 1980, quando uma via foi construída por entre uma área dunar, considerada como local de proteção ambiental, para a implementação de uma cadeia hoteleira de grande porte. O movimento era formado por profissionais liberais e ambientalistas que reagiam contra a localização do Megaprojeto Turístico, uma vez que os empreendimentos provocariam um impacto ambiental muito forte na área. Para Lopes Júnior (2000, p.130), esse movimento social foi considerado “mais importante movimento social relacionado à questão ambiental em Natal e o que mais produziu reordenações positivas nas intervenções ambientais dos governantes locais”.

A reação da população contra o Projeto PD/VC, obteve resultados significantes para a Cidade, embora, a luta não tenha impedido a construção do Megaempreendimento Turístico. Entre suas perdas e conquistas, os ambientalistas conseguiram que os empresários turísticos redefinissem seus objetivos iniciais, e, com a intervenção do Poder Público, foi criada uma reserva ecológica para a preservação do ecossistema daquela área-, o Parque Estadual das Dunas¹⁷, considerado uma vitória significativa para os ambientalistas (LOPES JÚNIOR, 2000).

Após a luta contra a construção da Via Costeira, na década de 1980, outro movimento se aquecia, agora voltado com o objetivo de impedir o avanço da especulação imobiliária que incidia sobre um outro espaço turístico na Cidade. Essa luta tinha o intuito de dificultar a construção de espigões na orla da praia de Areia Preta. O movimento era composto pelos moradores locais-, “entidades estudantis, igreja católica e algumas das personalidades públicas que haviam se envolvido com a luta anterior contra o projeto Via Costeira” (LOPES JÚNIOR, 2000, p.131).

Em meados da década de 1990, os movimentos sociais passam a reivindicar o seu direito ao espaço público da orla, ou seja, com a expansão da urbanização turística, alguns empreendimentos hoteleiros se apropriaram de áreas próximas ao bairro de Mãe Luíza, dificultando o acesso às praias do Centro para os moradores do bairro.

Mas, diante dos impasses travados entre ambientalistas e empresários imobiliários, a luta representou ganhos, mais precisamente para os empresários, que se beneficiaram da

¹⁷ O Parque Estadual Dunas de Natal é uma Zona de Proteção Ambiental – ZPA, que pela diversidade de sua flora, fauna e das belezas naturais, constitui importante unidade de conservação destinada a fins educativos, recreativos, culturais e científicos (PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL, SEMURB, 2005).

legislação urbanística da Cidade, que, “de acordo com o Plano Diretor, Areia preta é o único trecho da orla urbana passível de verticalização na via à beira-mar” (SILVA, M.F.,2004, p.127-128).

As conseqüências da verticalização desse trecho da orla foram consideradas como uma falta de respeito para com os marcos históricos da Cidade (o Farol de Mãe Luíza), encobrendo a paisagem e agravando a situação de risco de várias famílias que há anos viviam na encosta localizada por trás dos prédios, onde se localiza o bairro de Mãe Luíza (SILVA,M.F., 2004).

No decorrer do ano de 2006, outro movimento em defesa do meio ambiente desponta na Cidade. O alvo dessas reivindicações recai sobre a construção de empreendimentos imobiliários próximos ao “Morro do Careca”, detentor de um alto valor sentimental para os residentes, localizado na praia de Ponta Negra.

O “Morro do Careca” é considerado um dos principais cartões postais da Cidade, representando forte apelo publicitário para o Turismo. Nesse contexto, essa paisagem natural tem despertado o interesse do Setor Imobiliário, que a utiliza como recurso mercadológico, seguindo uma tendência do mercado em atrair um público que prefere morar próximo à Natureza, sendo que o porte dos empreendimentos pode vir a comprometer a visualização de uma das mais lindas praias de Natal.

Foi então que o movimento denominado de *S.O.S¹⁸ Ponta Negra* foi criado, contando com a participação de ambientalistas, profissionais liberais, estudantes, entre outros segmentos da Sociedade Civil. O movimento tenta dificultar a construção desses empreendimentos imobiliários em uma área de proteção ambiental, como também impedir que a população local seja atingida pela forte especulação imobiliária.

O movimento *S.O.S Ponta Negra* conseguiu, com a sua luta e reivindicações, fazer com que o Poder Público embargasse as obras de tais empreendimentos, como também discutir a criação de áreas não edificantes para o bairro de Ponta Negra. A respeito do sentido e da força de mobilização que o movimento imprimiu, o idealizador do referido movimento, o jornalista, Yuno Silva (2007), fala a respeito do foco central da luta-, “mostramos a todos que o povo (nós) ainda tem o poder de mudar as coisas pra melhor quando mobilizado e unido por

¹⁸ O movimento começou com a denúncia no *blog* do jornalista Yuno Silva, que entrou no ar no dia 17/09/2006, com o intuito de protestar contra as construções dos espigões no entorno do Morro do Careca. Quatro dias depois, o assunto já ganhava as primeiras páginas de todos os principais jornais do Estado (TRIBINADONORTE, 4/12/2006).

uma mesma causa. Não queremos ganhar nada material (dinheiro), queremos apenas garantir nossa qualidade de vida”.

Portanto, a força e o poder de organização dos movimentos urbanos, segundo Carlos (1984, p.183), “vão colocar em xeque a produção de um espaço em função dos objetivos do capital e não dos da maioria da população”.

Diante de todos esses movimentos que vêm provocando uma inquietação em parte de uma parcela da população, inicia-se uma discussão acerca da intensa produção espacial para fins turísticos, a qual vem seguindo um modelo de urbanização-, que se reverte numa produção espacial que tende a deixar de lado tanto as questões ambientais importantes quanto os interesses da população.

Trata-se de áreas turísticas inseridas numa realidade reveladora de que esses interesses são deixado em segundo plano, dentro de um contexto de racionalidade espacial inerente a essa forma de urbanização para fins turísticos, caracterizada pela construção de estabelecimentos e pelo apoio à atividade, da parte do Poder Público e dos empreendedores turísticos (FONSECA; COSTA, 2004).

Nesse modelo de produção do espaço turístico, a população local, tanto aquela que mora nas áreas turísticas como os residentes frequentadores das praias urbanas, vem sofrendo com os efeitos desse modelo de urbanização, que tende a excluí-la, em grande medida, de seus espaços de lazer e moradia.

A característica desses movimentos pode ser observada na sua composição, na maioria das vezes, constituída por pessoas pertencentes a classes sociais mais favorecidas, além de estudantes universitários, profissionais liberais-, e ambientalistas. Embora o poder de organização e mobilização desses movimentos ainda não se evidencie com uma forte presença da população em geral (Tabela 6, p.90)-, estes já podem contabilizar.

Um saldo positivo, uma vez que vêm obtendo uma ampla divulgação na imprensa local, o que favorece os moradores tomarem conhecimento da luta e da sua importância para a Cidade.

O aparecimento dessas formas de mobilização social é uma maneira dos residentes reivindicarem seus direitos de participar nas Políticas de Turismo e de serem consultados na elaboração e execução do planejamento da atividade.

Fonteles (2004, p.111) faz referência à importância da atuação da Sociedade Civil Organizada-, na defesa dos espaços turísticos, “intervindo com qualidade nessas questões, elaborando e viabilizando planos que diminuam os efeitos catastróficos do turismo, inclusive exigindo o cumprimento da legislação existente”.

Como vemos, o processo da produção espacial para fins turísticos na Cidade marca a existência de conflitos que envolvem uma parcela da população e os agentes produtores turísticos. Esses conflitos representam a luta da população pelo seu direito à permanência nos seus espaços de lazer e moradia, uma vez que a transformação de áreas na Cidade, em locais turísticos, torna os espaços susceptíveis e alvos constantes de especulação imobiliária e de problemas socioambientais.

O ressurgimento dos movimentos sociais em Natal mostra que a Sociedade não está totalmente apática com relação à defesa dos seus interesses. Mesmo diante do intenso processo de urbanização em certos pontos da Cidade, esses movimentos colocam em questão os interesses dos agentes capitalistas, instigando a participação da Sociedade. Mesmo que ainda não consigam envolver parcela significativa da população, já apresentam resultados positivos na defesa dos interesses desta e em outras conquistas.

A reação da população local diz respeito ao que Cruz (2007) chama de “contramovimentos”, reveladores de que as ações hegemônicas dos produtores do espaço turístico não anulam a reação da Sociedade Civil na defesa de seus direitos básicos, como vem ocorrendo nos espaços de lazer do residente, apropriados pelo mercado do turismo (Ponta Negra). O fortalecimento desses contramovimentos poderá se reverter em um quadro favorável para os residentes, que, de certa forma, ainda, segundo a referida autora, “a sociedade civil organizada, seja na forma de associações, de Organizações Não-governamentais, ou outras, pode tomar para si as rédeas do processo”. (CRUZ, 2007, p.11).

O resultado positivo dessas lutas pode ser observado nos dizeres de Carlos (1984), quando este mostra que as lutas servem tanto para a defesa com relação ao direito à cidadania, quanto para a integração dos indivíduos pertencentes a diversos grupos sociais, em torno de uma mesma causa. Sendo assim:

Na luta, na possibilidade de troca e transformação da vida cotidiana há a identificação como outro; a criação de laços de união e solidariedade, a consciência do coletivo, como base de qualquer movimento social. Nesse processo ativo, os indivíduos se identificam como integrantes de classes e camadas sociais diferenciadas (CARLOS, 1984, p.194).

O residente se insere, portanto, como agente produtor dos espaços turísticos, de forma ativa, não só pela sua participação na arrecadação dos impostos, que se reverterão em subsídios para a manutenção desses espaços, como também pela sua participação em

movimentos sociais, reivindicando o seu direito à cidade e ao lazer, no processo do planejamento turístico.

Embora os resultados da pesquisa revelem um índice significativo de pessoas que não se manifestam diante dos problemas socioambientais evidenciados nas praias, existem iniciativas, por parte de alguns residentes, que podem vir a se fortalecer no combate aos efeitos negativos do Turismo, em algumas áreas.

Qualquer forma de resistência, seja ela através de passeatas, seja através de movimentos sociais organizados, como as associações de bairros, ou até com a mobilização de parcela significativa da população, se reverterá em ações que podem vir a mudar a postura dos gestores da atividade, no sentido de ampliar o campo da participação popular junto ao Turismo.

Mesmo diante do pequeno grau de politização e engajamento dos entrevistados, para com os problemas que emergem nos espaços produzidos para o Turismo, notamos que o residente tem consciência do que este vem a ser, enquanto atividade econômica geradora de benefícios para uma cidade e para sua população, conforme evidenciado na Tabela a seguir:

Tabela 7
Município de Natal
Benefícios que a Atividade Turística poderá gerar para a População Local,
segundo os Entrevistados

Tipos de benefícios	Porcentagem (%)
Geração de Empregos	24,1
Diminuição dos Problemas Socioambientais	4,3
Melhoria dos Níveis de Renda	5,2
Promoção do Planejamento Participativo	25,9
Melhoria da Infra-estrutura das Praias	6,9
Dinamização do Comercio Local	4,3
Outros	1,7
Não Responderam	27,6
Total	100

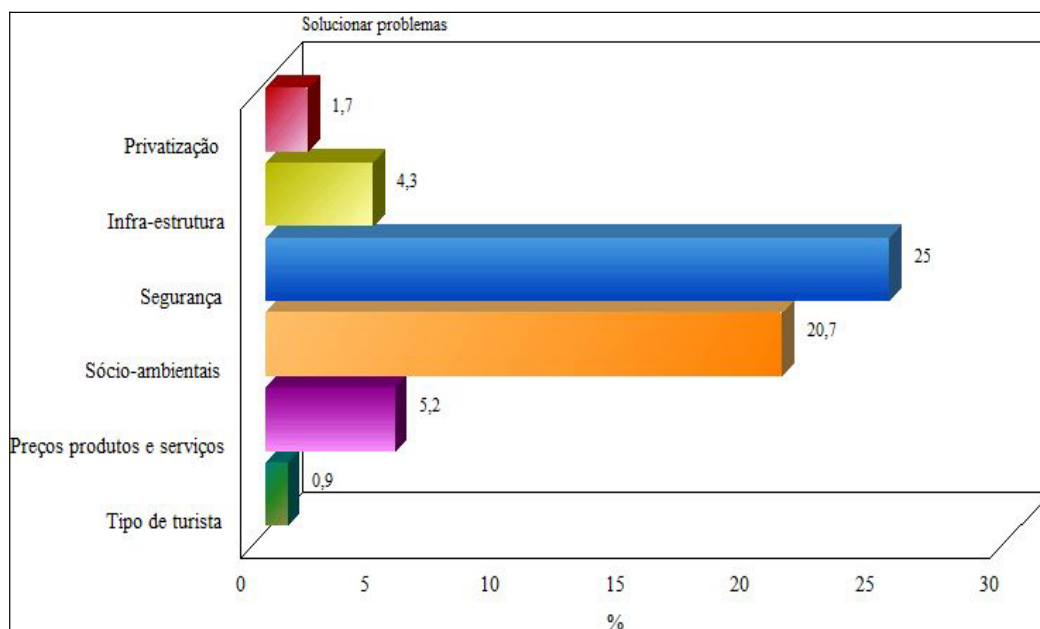
Fonte: pesquisa de campo, 2007.

Os quesitos referentes ao “Aumento no Número de Empregos” (24,1%) e ao “Combate aos Problemas Socioambientais” (4,3%)-, foram os que mais se destacaram entre

os demais, segundo os residentes pesquisados. Com relação ao “Planejamento de Forma Participativa” (25,9%), esta foi uma questão apontada pelos entrevistados, mostrando seus anseios e expectativas por sua inserção no planejamento da atividade.

Esse quesito - “Planejamento de Forma Participativa” - expressa o entendimento dos residentes, no sentido de que, para haver um desenvolvimento sustentado da atividade, faz-se necessária a inclusão dos diversos setores sociais no planejamento turístico, a fim de amenizar os efeitos dessa atividade sobre a população, como, por exemplo, a exploração da mão-de-obra local, a degradação do meio ambiente e a exclusão dos residentes da atividade econômica.

Com base no que deveria ser feito pelo Poder Público, para que o residente volte a frequentar as praias de Natal, os entrevistados abordaram vários pontos que, segundo eles, deveriam ser melhor trabalhados pela Administração Pública. O Gráfico a seguir traz as principais medidas apontadas pelos residentes:



Fonte: pesquisa de campo, 2007.

Gráfico 6 - Principais Medidas para o Retorno dos Residentes às Praias da Cidade, segundo os Entrevistados

O gráfico acima revela as principais medidas, segundo os residentes, do que deve ser feito nas praias da Cidade pelo Poder Público, para que eles voltem a frequentá-las periodicamente. O quesito “Problemas Socioambientais” (20,7%) foi o que mais se destacou

entre os entrevistados. Nessa categoria, englobam-se a prostituição, a poluição das praias, entre outros. “Uma maior Segurança nas Praias” (25%) ficou em segundo lugar, demonstrando uma preocupação, por parte da população, em relação à falta de segurança nas áreas de praia, durante determinado período do dia, principalmente à noite. “A Elevação no Preço dos Produtos e Serviços” (5,2%) é aqui citada-, como causadora do afastamento de alguns residentes das áreas de praia, devendo ser, portanto, na visão dos entrevistados, combatida. “Deficiência na Infra-estrutura das Praias” (4,3%) é considerada uma das prioridades que a Administração Pública deveria assumir, de acordo com os entrevistados.

O quesito “Privatização” (1,7%) foi levantado por uma pequena porcentagem dos entrevistados, sendo que, nessa categoria, se enquadram a privatização de ruas, devido à especulação imobiliária, que vem aos poucos descaracterizando a paisagem natural das praias, como é o caso da praia de Ponta Negra.

A categoria “Tipo de Turista” (0,9%) deve-se ao fato da presença, nas praias, de estrangeiros que vêm à procura de encontros amorosos, sem, inclusive, respeitarem as mulheres acompanhadas ou aquelas que não aceitam esse tipo de companhia. Tal situação tem levado alguns moradores se ausentarem das praias, principalmente à noite.

A análise desses resultados revela que uma parcela significativa dos residentes está ciente dos aspectos positivos e negativos do Turismo, tanto sociais quanto ambientais, bem como do que deve ser realizado pelo Poder Público para que eles possam voltar a desempenhar suas práticas de lazer com mais frequência nas praias.

Concluimos que, diante desse quadro, a população saberia como se posicionar em relação a medidas que o Poder Público viesse a tomar para que seus espaços de lazer não fossem tão agredidos com os problemas decorrentes da intensificação do Turismo ou, pelo menos, poderia contribuir para equacioná-los, caso fosse algo realmente de interesse dos agentes hegemônicos da atividade turística.

O que foi exposto neste capítulo teve o propósito de mostrar como o Turismo provoca alterações nos espaços por ele eleitos para o desencadeamento de suas atividades, o papel que cada agente vai desempenhar nesse processo, como também suas atribuições e a sua responsabilidade diante do planejamento turístico. A articulação desses agentes possibilitará a tomada de decisões, de forma a ampliar os benefícios e minimizar os efeitos negativos que essa atividade pode vir a provocar no meio ambiente e sobre a população local.

C ONSIDERAÇÕES FINAIS

A racionalidade da produção do espaço turístico é dada pelos agentes hegemônicos que qualificam uma destinação para o consumo, enquanto a lógica de produção do espaço para o residente é outra, pois o espaço é para ser vivido. Os interesses, portanto, são distintos.

Nesse contexto, surge a indagação de como conciliar essas duas lógicas distintas e como o Poder Público medeia essa relação. Também nasce o questionamento sobre como garantir o funcionamento da atividade turística, sem esquecer a necessidade de garantir o bem comum, que o espaço é de uso comum, especialmente-, a área de lazer, que é um direito do cidadão.

Ao longo do processo de produção dos espaços turísticos na Cidade, transformações foram evidenciadas nos espaços de lazer do residente, com a inserção de equipamentos e serviços turísticos para o consumo dos turistas, além das transformações de ordem socioespacial nesses espaços.

O Turismo se insere na cidade de Natal no final da década de 1970, articulado e idealizado pelo Poder Público e em parceria com os empresários do Setor. Aquele Poder lança as bases para a organização espacial para fins turísticos, concedendo benefícios e incentivos aos empresários locais para a construção dos empreendimentos. Essa iniciativa governamental despontava para a preparação e a conseqüente inserção da Cidade no circuito turístico nacional e internacional. Cria-se então a Via Costeira, inserida no Projeto “Parque das Dunas Via Costeira – PD/VC”, o qual desencadeou o processo de urbanização turística em Natal.

Nesse momento, a atividade turística é então articulada sem cogitar a possibilidade de inserir a opinião do conjunto da população no processo. O modelo de urbanização turística que se iniciava na Cidade se apresentava com intervenções urbanísticas pontuais, que dispensavam outras formas de produção espacial que contemplasse a inclusão do residente.

Baseado num modelo de urbanização turística de Cancún, segundo Cruz (2002), foi então realizada a construção de uma cadeia de hotéis de grande porte, em uma área escolhida e destinada a ser um território turístico por excelência.

Esse modelo de urbanização seguia um padrão urbanístico que privilegiava a localização em áreas naturais. Dessa forma, em Natal, foi construída toda uma infra-estrutura na área, passando por cima de questões ambientais significativas para a Cidade, pois, para a

construção da Via Costeira, fez-se necessária a desestruturação do ecossistema local (hoje uma unidade de preservação ambiental denominada “Parque Estadual das Dunas”), constituído de dunas e por uma vegetação com resquícios de mata atlântica. A partir de então, o Turismo tem provocado, ao eleger seus territórios turísticos, o desencadeamento de intervenções espaciais que tendem a não respeitar o meio ambiente.

Também data desse período-, final da década de 1970-, o surgimento das manifestações populares que se opunham a essas ações predatórias do ambiente, inerentes ao modelo de urbanização turística que era adotada para os espaços turísticos na Cidade. Nas décadas seguintes, com a intensificação da atividade turística, outros movimentos sociais emergiram, ampliando o seu leque de reivindicações iniciado pelo combate e defesa do meio ambiente, mas que agora também se soma às lutas e reivindicações ligadas às questões sociais, como o direito a moradia, para aqueles que são vítimas do processo de especulação imobiliária.

Dada a dimensão que essa produção espacial assume, conta-se que ela atinge patamares onde a expansão e apropriação territorial se fazem às custas da desarticulação do espaço cotidiano dos moradores dos bairros residenciais, assim como dos espaços públicos. As implicações sociais desse processo de urbanização turística podem ser consideradas o resultado de uma (re) organização espacial motivada e voltada apenas para os interesses dos empresários turísticos, em detrimento dos da população que mora no entorno desses espaços.

Em meados da década de 1990, o bairro de Areia Preta-, foi alvo dos empresários imobiliários, o que proporcionou a especulação imobiliária da área, prejudicando os moradores dos bairros próximos, que tiveram o acesso à praia dificultado. As praias, como espaços públicos, são inseridos na produção turística, em que a especialização desses espaços culmina com instalações de uma rede de serviços destinados ao consumo pelos turistas, não correspondendo à realidade da maioria dos moradores locais.

O Turismo em Natal ganha novas feições a partir do momento em que a Política do Prodetur/RN (iniciado em meados dos anos 90) entra em ação, intensificando o processo de urbanização turística nos espaços eleitos para receberem os benefícios dessa política pública. Os investimentos desse Programa foram aplicados na melhoria e ampliação da infra-estrutura básica, no intuito de consolidar o Turismo já existente nesses locais. Os investimentos do Prodetur/RN foram, assim, responsáveis por estruturar os espaços turísticos na Cidade, mais precisamente a Praia de Ponta Negra, possibilitando a consolidação da atividade na área.

A partir desse momento, o Turismo desenvolvido na Cidade ganha proporções internacionais, com a vinda de investidores e do capital internacional. O resultado dessa nova

fase do Turismo Globalizado em Natal é expresso no padrão arquitetônico dos empreendimentos construídos para a recepção do fluxo de turistas internacionais-, uns já apresentando características de *resorts*. Alguns desses empreendimentos de caráter internacional estão localizados na Via Costeira, um território eminentemente turístico que vem se especializando, cada vez mais, para esse fim. O espaço de Ponta Negra também passa a receber investidores internacionais e a contar com hotéis e demais estabelecimentos pertencentes a empresários estrangeiros.

Essa especialização e a concentração de estabelecimentos turísticos nesses dois espaços fazem da Via Costeira um parque hoteleiro e de Ponta Negra uma área com equipamentos variados voltados tanto para a hotelaria como para os demais serviços de apoio à atividade.

A urbanização turística já é uma realidade que abrange os principais espaços turísticos na Cidade, sendo que mais intensamente para a Via Costeira e Ponta Negra e, em menores proporções, para as praias do Centro e a praia da Redinha. O Poder Público, em sua constante atuação para que o Turismo se fortaleça na Cidade, direciona constantemente ações de *marketing*, objetivando a vinda de novos investidores, com a divulgação do destino da Cidade em eventos internacionais, como nas demais regiões do País.

Essas ações governamentais mostram uma tendência voltada para a expansão da atividade e conseqüentemente a inserção de novos espaços da Cidade no processo de urbanização turística-, sendo que essa produção vem seguindo uma linha excludente, ou seja, recaindo em ações que não se reverterem na possibilidade da participação dos residentes nas etapas de um planejamento turístico participativo. A conseqüência imediata disto é a intensificação dos mesmos dramas socioambientais verificados inicialmente na produção dos espaços turísticos na Cidade.

Paralelamente aos investimentos do Poder Público e às intervenções dos empresários do Setor, a atividade turística revela suas contradições e paradoxos, no sentido de que, quanto mais os espaços recebem investimentos e se especializam na atração de turistas estrangeiros e na oferta de serviços a estes, os problemas de ordem socioambiental intensificam-se.

Exemplos locais não são considerados pelo Poder Público como um quadro de referência para o planejamento turístico. Os problemas de ordem socioambiental, que outrora contribuíram para o afastamento de uma parcela significativa da Sociedade das praias do Centro, atualmente se tornaram uma constante nos espaços turísticos que emergem com intensa atividade turística, como é o caso da praia de Ponta Negra.

Dada a sua magnitude esses problemas resistem às várias investidas do Poder Público no seu combate. Diante desse quadro de problemas, em que os espaços produzidos numa lógica em que o visitante se torna o agente prioritário dessa produção, esses espaços têm sido alvos constantes da prostituição, da violência, da criminalidade, da poluição, etc.,

Com base nisso, a pesquisa se propôs a verificar se essa incidência de problemas socioambientais poderia se reverter no mesmo exemplo verificado nas praias do Centro, onde a saída de uma parcela dos residentes provocou um grave quadro de degradação ambiental na área, resultando em sérios danos para a revitalização da área como local de lazer e de área turística.

Os resultados convergem para uma realidade preocupante. Das pessoas que compuseram o universo de análise, um número significativo vem deixando de freqüentar as praias urbanas da Cidade, na medida que estas vão se *turistificando*.

Em contrapartida, as praias localizadas em outros municípios têm sido alvos preferenciais de uma parte dos residentes, que passaram a transferir suas práticas de lazer para essas localidades, devido à intensificação dos problemas que emergiram associados ao Turismo nas praias da Cidade.

A pesquisa constatou que os residentes que estão saindo das praias de Natal não são apenas aqueles pertencentes às classes socioeconômicas mais favorecidas, mas, em sua maioria, aos das classes mais populares, o que se constitui um dado importante, pois as praias urbanas estão aos poucos deixando ou perdendo o encanto para os seus residentes de modo geral ou se tornando impróprias para seu consumo, devido aos altos preços praticados pelos serviços prestados.

Um fato significativo foi constatado na pesquisa-, o residente também tem sua responsabilidade diante da intensificação dos problemas socioambientais, pois a sua não atuação enquanto sujeitos sociais os torna omissos diante do que vem ocorrendo nos espaços turísticos.

Constatamos também, que os residentes, em número significativo, são cientes dos danos que a atividade pode vir a provocar junto aos espaços turísticos, como também dos benefícios dessa atividade para a Cidade.

Esse grau de entendimento, de uma parte dos entrevistados, ainda não possibilitou, porém, o despertar da Sociedade para uma ação conjunta, com a finalidade de fazer com que lês possam vir a sair do estágio de simples expectadores e se tornarem agentes atuantes no combate a essa problemática socioambiental.

A conclusão do estudo evidenciou um fraco poder de mobilização da Sociedade Civil diante dos problemas socioambientais desencadeados nas praias urbanas. Poucos residentes declararam se manifestar diante da situação problemática a que as praias da Cidade estão expostas.

O que falta, na verdade, é uma articulação e direcionamento das ações dos residentes para com os órgãos competentes, a fim de questionar e pressionar o Poder Público na busca de uma solução, a curto prazo, para os locais atingidos pelos problemas socioambientais.

Ademais, os residentes, ao longo do processo de produção turística na Cidade, assumem papel importante na sustentabilidade dos espaços turísticos, embora ainda não se tenham dado conta do seu potencial, muito menos o Poder Público. A postura dos residentes frente aos problemas associados ao Turismo ainda é de passividade, ou seja, a maioria não luta para defender seus espaços diante da lógica capitalista excludente, socioespacialmente. Essa lógica excludente tem atingido os residentes, tanto os freqüentadores das praias, quanto os moradores das áreas e entornos turísticos.

Diante dessa atitude passiva, ao não lutar e não se reconhecer como agente protagonista dessa produção espacial, o residente não terá condições de enfrentar os atores hegemônicos e findará por reproduzir um círculo vicioso calcado na exploração, saturação e, por fim, na decadência dos espaços turísticos, uma vez esgotada as potencialidades turísticas do lugar, numa deterioração dos espaços de lazer dos residentes.

A população local, porém, ao resgatar a sua cidadania, fazendo prevalecer seus direitos na busca de sua participação na gestão do espaço turístico, poderá contribuir, inclusive, para a sustentabilidade da destinação. Dessa forma, um modelo de gestão turística deve direcionar ações que contemplem a necessidade de se produzir um espaço turístico que integre o residente, de modo que este não perca sua identidade com o lugar, como o que está se evidenciando com esse modelo de turistificação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. Territorialidade, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e o poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A; SILVEIRA, Maria Laura (Org). **Território: globalização e fragmentação**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ARCHER, Brian; COOPER, Cris. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: THEOBALD, William F. (Org). **Turismo global**. Tradução de Anna Maria Capovilla; Maria Cristina Guimarães Cupertino; João Ricardo Barros Pentead. 2.ed. São Paulo: Senac, 2002.

BACAL, Sarah. **Lazer e o universo dos possíveis**. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2003.

BOSS, Glen F. **Psicologia do turismo**. Tradução de Dinah Azevedo. São Paulo: Contexto, 2001.

BOYER, Mark. **História do turismo de massa**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1984.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Geografia do espaço turístico, como construção complexa da comunicação**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famecos/pos/download/tese_castrogiovanni_2004.pdf>. Acesso em: 06/10/2005.

CLAVÉ, S.A. .La urbanización turística: De la conquista del viaje a la reestructuración de la ciudad turística. In: Documentos d' análisis Geográfica, 1998, p .17-43.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE-CEFET-RN. **Programa água viva**. Disponível em: <<http://www.cefetrn.br/programaaguaviva/programa.php>>. Acesso em: 01/05/2007.

COOPER, Chris et al. **Turismo: princípios e práticas**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (Org). **Território: globalização e fragmentação**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

CORIOLANO, Luzia Neide M. Teixeira. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

_____. Turismo e a degradação ambiental no litoral do ceará. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges. **Turismo: impactos sócio-ambientais**. 3.ed. São Paulo, Hucitec, 2001.

CORIOLOANO, Luzia Neide M.Teixeira; SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello. **Turismo e geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: UECE, 2005.

COSTA, ADEMIR ARAUO. **A Verticalização e as Transformações do Espaço Urbano de Natal – RN**. Tese (Doutorado Em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza **Política de Turismo e Território**. 3.ed. São Paulo:Contexto, 2002.

_____. **Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

FALCÃO, José Augusto Guedes. O turismo internacional e os mecanismos de circulação e transferência de renda. In: YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandr; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2.ed. São Paulo : Hucitec, 1999

FONSECA, Maria Aparecida Pontes. **Espaço, políticas de turismo e Competitividade**. Natal, (RN): Edufrn, 2005.

_____. **Políticas públicas, espaço e turismo. Uma análise sobre a incidência espacial do programa de desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Norte**. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes; COSTA, Ademir Araújo. **A Racionalidade da FURTADO, Edna Maria. A onda do turismo na cidade do sol: a reconfiguração urbana de Natal**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

Urbanização Turística em Áreas Deprimidas: O espaço produzido para o visitante. MERCATOR, Revista de geografia da UFC; Fortaleza, n. 6, 2004. p. 25-32.

FONTELES, José Omar. **Turismo e impactos sócio-ambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo, Loyola, 1991.

_____. **O protagonismo da sociedade civil: Movimentos sociais, ongs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.

HENRIQUES, Eduardo Brito. **A Lisboa turística, entre o imaginário e a cidade: a construção de um lugar turístico urbano**. Lisboa: Edições Colibri,1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2007. <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em 23/12/2007.

JORNAL TRIBUNA DO NORTE. **Decadência da Praia do Meio afasta natalense**. Seção: especial. Natal, 03 de maio de 1998.

_____. **Praias de Natal ganham mais beleza e segurança**. Natal, 10 de mar. 2007. Seção economia. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br>> acesso em: 10/03/2007.

_____. **Setur anuncia divulgação do RN no interior de São Paulo**. Natal, 12 de mai. 2007. Seção Economia. Disponível em:< <http://www.tribunadonorte.com.br>>. Acesso em: 12/05/2007.

_____. **Ponta Negra: nova praia, caras novas, tudo mudado!**. Seção: especial. Natal, 27 de maio de 2001.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2000.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia do turismo**. 2.ed. Campinas- SP: Papyrus, 1996.

LIMA, Dália Maria Cavalcanti. **O espaço de todos, cada um no seu lugar o uso dos espaços públicos destinado ao lazer em Natal**. Tese (Doutorado em ciências sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

LOPES JÚNIOR, Edmilson. **A construção da cidade do prazer: Natal**. Natal/RN, EDUFRRN, 2000.

_____. População e meio ambiente nas paisagens da urbanização turística do Nordeste: o caso de Natal. In: TORRES, Haroldo; COSTA, Heloisa. (Org). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: Senac, 2000.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização Turística : Um Novo Nexo entre o lugar e o mundo. IN: SERRANO, C.; BRUHNS, H. T.; LUCHIARI, M. T. (Org). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papyrus, 2000.

MACEDO, Silvio Soares. Paisagem, turismo e litoral. In: YÁZIGI, Eduardo (Org) **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer**: uma introdução. 3.ed. Campinas, SP: Autores associados, 2002.

MASCARENHAS, Gilmar. **Cenários contemporâneos da urbanização turística**. Caderno virtual de turismo, nº14, 2004. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/caderno/mascarenhas>>. Acesso em: 10/01/2005.

MENDES, Eluziane Gonzaga; CORIOLANO, Luzia Neide M.Teixeira. A Prainha do Canto Verde: lócus de Resistência e Turismo comunitário. In: CORIOLANO, Luzia Neide M.Teixeira; LIMA, Luiz Cruz (Org). **Turismo comunitário e responsabilidade sócio-ambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

MENDONÇA, Rita. Turismo e meio ambiente: uma falsa oposição?. In LEMOS, Amália Inês Geraiges. **Turismo: impactos sócio-ambientais**. 3.ed. São Paulo, Hucitec, 2001.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES. Estatuto da cidade: **guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. 4. ed. Senado Federal: Brasília (DF), 2005. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em 10/05/2007.

_____. **Plano Diretor Participativo**: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília (DF), 2002. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em 02/06/2007.

NEVEROVSKY, Catarina: **De gata borralheira a cinderela**: nova espacialidade decorrente do desenvolvimento turístico, diferenciada pelo estilo de vida em Ponta Negra, Natal, RN. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2005.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO – OMT. **El turismo mundial supera las expectativas en 2007** - Las llegadas pasan de 800 millones a 900 millones en dos años. Disponível em :<http://www.unwto.org/index_s.php>. Acesso em 8/02/2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. **Turismo Internacional**: uma perspectiva global. Tradução Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

_____. **Agenda para planejadores locais**: Turismo sustentável e gestão municipal. Madrid: OMT, 1999.

OSÉAS, Luciano. **Balneabilidade**: Pirangi é uma das praias consideradas impróprias para banho. Jornal Tribuna do Norte. Natal, 01 de abr. 2007. Seção Natal. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br>>. Acesso em 01/04/2007.

PEARCE, Philip L. A relação entre residentes e turistas: literatura sobre pesquisas e diretrizes de gestão. In: THEOBALD, William F(Org). **Turismo global**. Tradução de Anna Maria Capovilla; Maria Cristina Guimarães Cupertino; João Ricardo Barros Pentead. São Paulo: Senac, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB). **Conheça melhor o seu bairro**: Praia do Meio. Natal, 2005. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/semurb>. Acesso em 10/12/2006.

RIBEIRO, Luiz César De Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção e moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: civilização brasileira: IPPUR,UFRJ:FASE,1997.

RUSCHMANN, Doris; Widmer, Gloria Maria. Planejamento turístico. In: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org). **Turismo**. Como aprender, como ensinar. Vol. 2. 3.ed. São Paulo: SENAC, 2003.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 3. ed. Campinas-SP: Papirus, 1999.

SANSOLO, Davis Gruber. **Turismo e planejamento participativo**. Revista E. nº. 90, 2003. Disponível em<<http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas>>. Acesso em 18/04/2007.

SANTOS, Paulo Pereira. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI)**: 500 anos da historia econômica do Rio Grande do Norte. 2.ed. Natal –RN: Departamento de Imprensa do Estado, 2001.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 5.ed. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

_____. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 3.ed. São Paulo, Hucitec, 1999.

_____. Espaço e método. 4.ed. São Paulo: Nobel. 1997.

SCHLUTER, Regina G. Desenvolvimento do Turismo: As Perspectivas da América Latina. In: THEOBALD, William F. (org). **Turismo global**. Tradução de Anna Maria Capovilla; Maria Cristina Guimarães Cupertino; João Ricardo Barros Penteado. 2.ed. São Paulo: Senac, 2002.

SECRETARIA DE TURISMO DO RIO GRANDE DO NORTE - SETUR. **Indicadores do turismo**. 2001/2006. RIO GRANDE DO NORTE – 2001-2006. Natal, 2007.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO NORTE – SEBRAE/RN. **Pesquisa turismo receptivo**: perfil do turismo internacional. Maio/2006. Natal. Sebrae. Disponível em:< <http://www.rn.sebrae.com.br/>>. Acesso em: 06/08/2006.

SILVA. Maria da Glória Lanci. **Cidades Turísticas**: Identidades e cenários de lazer. São Paulo: Aleph, 2004.

SILVA, Maria Florésia Pessoa de Souza. **A produção habitacional contemporânea e a auto-exclusão dos ricos no espaço urbano de Natal – RN (1995 – 2003)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal (RN), 2004. Disponível em: <<http://www.ppgau.ufrn.br/Dissertacoes/2004/2004>>. Acesso em: 28/02/2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias de et al. **Geografia: conceitos e tema**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: Conceitos e impacto ambiental**. Tradução de Margaret Dias Pulido 2.ed. São Paulo: Aleph, 2000.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e qualidade: tendências contemporâneas**. 9.ed. Campinas-SP: Papirus, 1993.

URRY, J. **O olhar do Turista**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes Moura. São Paulo: Nobel /Sesc, 1998.

VERA, J.F.et al. **Análisis territorial del turismo**. Barcelona: Ariel,1997

YÁZIGI, Eduardo. **Civilização urbana, planejamento e turismo: discípulos do amanhecer**. São Paulo: Contexto, 2003.

ANEXO A – questionários destinados a população local

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA
Questionário destinado aos residentes

I-CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

1- Sexo:

1- () Masculino 2- () Feminino

2- Idade: _____

3- Grau de Escolaridade:

1() Ensino fundamental incompleto

2() Ensino fundamental completo

3() Ensino médio incompleto

4() Ensino médio completo

5() Ensino superior incompleto

6() Ensino superior completo

7() Pós-Graduação

4- Renda Familiar:

1() Até 1 salário mínimo

2() De 1 a 3 salários mínimos

3() De 3 a 5 salários mínimos

4() De 5 a 10 salários mínimos

5() De 10 a 15 salários mínimos

6() Mais de 15 salários mínimos

5-Profissão/ Ocupação _____

6-Bairro onde reside: _____

II-RELAÇÃO ENTRE RESIDENTE E ÁREAS TURÍSTICAS

7- Quais as Praias de Natal que você freqüentava antes da intensificação da atividade turística? (década de 1990)

1() Ponta Negra

2() Praias do Centro (*Areia Preta, Praia dos Artistas, Praia do Meio e Praia do Forte*)

3() Via Costeira

4() Redinha

5() Nenhuma

8- Você deixou de freqüentar alguma praia de Natal, na medida em que a mesma passou a ser freqüentada pelos turistas?

1() Sim 2() Não

9- Caso sua resposta tenha sido “Sim” na questão anterior, então marque o (s) motivo (s) do seu afastamento?

1() Violência/Insegurança

2() Prostituição

3() Poluição

4() Elevação nos preços dos serviços;

5() Deficiência na infra-estrutura (banheiros, bancos, calçadas, quiosques, iluminação, estacionamento, etc.)

6() Dificuldade de acesso

7() Se outros motivos, quais? _____

10- Quais as praias de Natal que você freqüenta hoje?

1() Ponta Negra

2() Praias do Centro (*Areia Preta, Praia dos Artistas, Praia do Meio e Praia do Forte*)

3() Via Costeira

4() Redinha

5() Nenhuma

11- Você começou a freqüentar praias em outros municípios, na medida em que as praias de Natal passaram a ser freqüentadas pelos turistas?

1() Sim

2() Não

12- Caso a resposta anterior seja “Sim”, aponte quais são as praias? _____

13- Com que freqüência você freqüenta essas praias:

1() Freqüentemente

2() Às vezes

3() Pouco

14- A intensificação do turismo (a partir da década de 1990) fez com que você deixasse de freqüentar alguma área de lazer na cidade?

1() Sim

2() Não

15- Caso sua resposta tenha sido “Sim”, marque as áreas de lazer que você deixou de freqüentar.

- 1() Praças
 2() Praias
 3() Calçada
 4() Bares
 5() Casa de show
 6() Restaurantes
 7() Se outros, aponte quais
-
-

16- Quais os motivos que levaram você a deixar de freqüentar as áreas de lazer na cidade?

- 1() Violência / Insegurança
 2() Prostituição
 3() Poluição
 4() Deficiência na infra-estrutura (banheiros, bancos, calçadas, quiosques, iluminação, estacionamento, etc.)
 5() Dificuldade de acesso
 6() Turismo
 7() Se outros motivos, quais?
-
-
-

17- Você considera que o desenvolvimento da atividade turística acarretou a privatização de alguma área de lazer na cidade?

- 1() Sim 2() Não

III-RELAÇÃO RESIDENTE / TURISMO

18- Como você considera o aumento do número de turistas na cidade? (Brasileiros e Estrangeiros)

- | Brasileiros: | Estrangeiros: |
|---------------------|----------------------|
| 1() Bom | 1() Bom |
| 2() Regular | 2() Regular |
| 3() Ruim | 3() Ruim |
| 4() Péssimo | 4() Péssimo |

19- Na relação entre residente e o turista, em que fase você se identifica?

(Obs. Responder apenas uma alternativa).

1() *Euforia, satisfação*, você se relaciona bem com os turistas, pois eles trazem consigo oportunidades para a cidade e para a população tais como: emprego, negócios e renda;

2() *Apatia*, ou seja, sua relação com os turistas é apenas formal, pois o turista é visto como um consumidor de produtos e serviços;

3() *Irritação*, ou seja, você se sente incomodado com o aumento dos turistas na cidade;

4() *Antagonismo*, ou seja, você não disfarça sua irritação e atribui a responsabilidade aos turistas pelos problemas sócio-ambientais ocorridos na cidade;

20- Na sua opinião, o desenvolvimento da atividade turística tem sido satisfatório para o conjunto dos residentes?

1() Sim

2() Não

21- Caso você tenha marcado “Sim” na questão anterior, enumere os aspectos positivos que o turismo proporcionou para o conjunto dos residentes? _____

22- Caso você tenha marcado “Não” na questão 20, enumere os aspectos negativos que o turismo proporcionou para o conjunto dos residentes? _____

IV- RESIDENTE E O PLANEJAMENTO TURÍSTICO

23- Você alguma vez já foi consultado em relação ao planejamento dos espaços turísticos?

() Sim

() Não

24- Como você tem se manifestado diante dos problemas que a atividade turística tem causado na cidade como: **prostituição, violência, poluição, etc?**

1() Não se manifesta

2() Denunciando aos órgãos competentes;

3() Manifestando sua opinião na imprensa: jornal, televisão, rádio, etc.

4() Mobilizando a sociedade para reivindicar seus direitos contra os problemas decorrentes da intensificação da atividade turística,

5() Fazendo passeatas ou outro tipo de movimento;

() Se outros, Quais? _____

25. Para você, de que forma o turismo poderia trazer maiores benefícios para a população local?

26- Caso você tenha deixado de freqüentar as praias de Natal, na sua opinião, o que deveria ser feito para que você voltasse a freqüentá-las novamente? _____
